



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 129 - SÁBADO, 20 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Dalcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Dalcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 138ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado a homenagear a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom, nos termos do Requerimento nº 744, de 2005, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores. 28427

1.2.2 – Oradores:

Senador Alvaro Dias 28427

Senador Valdir Raupp 28429

Senador Mão Santa 28430

Senador Mozarildo Cavalcanti 28431

Senador Arthur Virgílio (Art. 203, do Regimento Interno) 28463

O SR. PRESIDENTE (Senador Tião Viana). 28464

1.2.3 – Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente

Nº 1.284/2005, de 12 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.148, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 28464

1.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 314/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 177, de 2005, do Senador Luiz Otávio. 28464

Nº 204/2005, de 18 de agosto, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 176, de 2005, do Senador Luiz Otávio. 28464

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 910, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do segundo aniversário de morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, vítima do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque. 28464

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Homenagem à memória de seu irmão, o empresário alagoano José Aprígio. 28464

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações sobre a crise institucional no Estado de Rondônia. 28468

SENADOR EDISON LOBÃO – Regozijo pelo anúncio do edital de licitação das novas obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão. 28469

SENADOR PEDRO SIMON, como Líder – Encaminhamento de requerimento ao presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, Senador Amir Lando, que solicita a transferência de todas as bases de dados relativas às movimentações do MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do Banestado. 28471

SENADOR JOSÉ JORGE – Aprovação, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidania de projeto de reforma eleitoral. 28472

1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 40, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Alberto Silva, que altera o art. 89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos ex-Presidentes da República no Conselho da República. 28475

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Satisfação com a aprovação, ontem, na Comissão de Educação de projeto de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que obriga o uso da Língua Brasileira de Sinais na escola básica. 28478

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Divulgação, pela imprensa, de revelações do advogado Rogério Buratti, relativamente à recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Pallocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Registro de matéria intitulada “As 30 melhores entrevistas da **Playboy**”, que contém entrevista concedida por Lula no Aeroporto de Recife, em julho de 1979. 28480

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Importância da “Carta Aberta à Nação”, elaborada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, e pela Associação Nacional dos Membros do Minis-

tério Público – CONAMP, divulgada na última quarta-feira, sobre a atual crise no País. 28503

SENADOR *PAULO PAIM* – Reivindicação de aprofundamento do debate sobre política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. 28504

SENADOR *ALVARO DIAS* – Denúncias do Sr. Rogério Buratti ao Ministério Público de São Paulo, envolvendo o Ministro Antonio Palocci. Considerações sobre a corrupção no Governo Lula..... 28508

SENADOR *MÃO SANTA* – Agradecimento à Ministra Marina Silva, pela audiência destinada a tratar de assuntos pertinentes ao cultivo de camarão na região Nordeste..... 28510

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Desilusão de militantes do Partido dos Trabalhadores com os atos de corrupção de dirigentes da sigla. 28512

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI* – Destaque para a realização, entre os dias 15 a 20 de agosto, da 33ª Edição do Festival de Cinema de Gramado – RS..... 28515

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Homenagem pelos 60 anos de existência da Fundação Ruben Berta, entidade formada pelos funcionários da Varig..... 28516

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro de matérias publicadas em jornais de grande circulação, em edições de 12 de agosto de 2005, sobre a destruição da imagem ética do Partido dos Trabalhadores..... 28517

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Críticas à elevada carga tributária praticada no Brasil, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 28522

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo de autoria do Sr. Jarbas Passarinho, intitulado “O parlamentarismo do PT”, publicado no jornal *Correio Braziliense* do dia 9 do corrente..... 28522

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Comentários ao artigo intitulado “O elogio da mediocridade”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal *Folha de S.Paulo* do último dia 14 de agosto do corrente..... 28523

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Importância dos trabalhos realizados pela CPMI da Emigração Ilegal. 28524

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, segunda-feira, dia 21, às quatorze horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 28525

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 138ª Sessão Não Deliberativa, em 19 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa da Srª Íris de Araújo, e dos Srs. Paulo Paim e Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do Requerimento nº 744, de 2005, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Maçonaria brasileira, pelo Dia do Maçom.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa, nesta justa homenagem ao Dia do Maçom, o Sr. Laelson Rodrigues, da Loja Grande Oriente do Brasil (Palmas.); o Sr. Sérgio Muniz Gianordoli, da Grande Loja CMB (Palmas.); e o Sr. Antônio do Carmo Ferreira, da Confederação Maçônica do Brasil. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades maçônicas componentes da Mesa, demais autoridades maçônicas, senhores, a presença da maçonaria na história universal é indiscutível, apesar de ela ter sempre estado envolta em muitos mistérios e segredos.

No entanto, falar nessa ordem secular antes de 24 de junho de 1717 é se deparar com especulações, teorias de todo tipo e muitas lendas.

Mas por que 24 de junho de 1717? Porque essa é a data em que a instituição nasceu oficialmente, criada durante a festa de São João Batista, em Londres, quando foi constituída a grande loja mãe do mundo, ou seja, a maçonaria em sua concepção moderna. Existe um substancial consenso entre os historiadores a respeito de que essa seja a data de nascimento da maçonaria modernamente entendida.

No momento em que o País atravessa uma grave crise política, em que os pilares éticos e morais foram

esgarçados por atos praticados por agentes públicos, é mais do que oportuno reverenciar a maçonaria.

A maçonaria, ordem universal constituída por homens de todas as raças e nacionalidades, acolhidos por iniciação e congregados em lojas, nas quais, auxiliados por símbolos e alegorias, estudam e trabalham para o aperfeiçoamento da sociedade humana, deveria inspirar a todos nós, sem distinção ideológica ou partidária.

O Brasil, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, em toda a sua história republicana, jamais foi tão necessitado dos princípios que norteiam a maçonaria. Fundada no amor fraternal e na esperança de que, com amor a Deus, à Pátria, à família e ao próximo, com tolerância e sabedoria, com a constante e livre investigação da verdade, com a evolução do conhecimento humano pela filosofia, ciências e artes, sob a tríade da liberdade, igualdade e fraternidade e dentro dos princípios da moral, da razão e da justiça, o mundo alcance a felicidade geral e a paz universal. Gostaria de ressaltar, senhores, que os enunciados da Maçonaria deveriam ser cultuados por inúmeras instâncias do Poder Público de nosso País, particularmente neste momento de aguda crise política que envolve as instituições públicas brasileiras.

No que se refere à dedução de enunciados maçônicos, gostaria de me referir especificamente a um deles. A Maçonaria, além de combater a ignorância em todas as suas modalidades, constitui-se em escola na qual se impõe o seguinte programa: obedecer as leis democráticas do País; viver segundo os ditames da honra – que destaco; praticar justiça; amar o próximo; trabalhar pelo progresso do homem.

Uma das vertentes da crise política em curso, a qual não podemos ignorar, impõe às instituições maiores da Nação a busca de um novo paradigma nas relações entre os Poderes constituídos bem como no exercício do poder (*latu sensu*). Considero que trilhar a vida segundo os ditames da honra é um bom caminho para qualquer viajante.

A influência da Maçonaria sobre as artes, as idéias, as ciências, assim como sobre os rumos da política, com a adesão às idéias e rituais maçônicos de reis, nobres, militares, religiosos, intelectuais, revolucionários e demais líderes, demonstra a sua amplitude na história da humanidade. Os vínculos entre o mundo científico e a Maçonaria revelam-se muito estreitos desde o início. As primeiras lojas inglesas já eram muito próximas aos ambientes da Royal Society, a Academia Britânica das Ciências.

É curioso observar que, até mesmo na música erudita, a Maçonaria contribuiu de maneira efetiva. Como registra a literatura especializada, na segunda metade do Século XVIII, as atividades concertistas em Viena e em Berlim eram de marca maçônica, como também a dramaturgia musical e grandes músicos, como Mozart e Händel, entres outros.

Sr. Presidente, senhores, com infindável galeria de maçons célebres, entre os quais podemos citar nomes como o de Napoleão, Voltaire, Diderot, Garibaldi e Roosevelt, a Maçonaria chega aos dias atuais vigorosa e irrequieta. O País em que o percentual de afiliados à Maçonaria em relação ao total da população masculina adulta é mais alto é a Inglaterra. Apenas na cidade de Londres estão em atividade 1,8 mil lojas.

A sabedoria proporcionada pela arte da construção, uma especialidade dominada pelos pedreiros livres (*free-mason*), os entalhadores de pedra, espécie de elite profissional de uma época em que a Maçonaria apenas se delineava e de onde a ordem extraiu muitos de seus princípios, deve ser objeto de exame por parte de todos aqueles investidos de mandato popular, notadamente do primeiro mandatário da Nação, o Presidente da República.

A Maçonaria – uma escola de líderes –, inegavelmente, pode induzir, neste momento tão difícil da vida nacional, práticas calcadas nos valores da ordem, ou seja, trabalharmos por uma sociedade mais justa e mais perfeita.

A Maçonaria não impõe limites à investigação da verdade. Esta é a hora da investigação para a assepsia geral. Esta é a hora de nos dedicarmos à responsabilização civil e criminal daqueles que desonraram a sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Não há dúvida de que a verdade liberta e restaura. É hora de buscarmos a verdade. É hora, Sr. Presidente, de sermos absolutamente sinceros. É hora de não agredirmos a inteligência das pessoas. Proteger, neste momento, determinadas lideranças, blindando determinados setores, considerando-os isentos em relação aos escândalos de corrupção que atormentam o País, não é ser absolutamente sincero.

Temos convicções pessoais que devem ser proclamadas, e creio ser este o palco adequado para que eu possa fazer isso. Neste momento estamos em busca do esclarecimento cabal, da elucidação completa de fatos delituosos, conhecidos após as denúncias da existência de uma rede sistêmica e organizada de corrupção com tentáculos no Governo federal e na alta cúpula partidária em conluio com setores da iniciativa privada. Temos ainda uma tarefa complexa à frente, que é a de investigarmos a origem dos recursos utilizados nessa rede sistêmica de corrupção a que me referi.

Falei em convicção pessoal. Tenho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, a convicção pessoal de que, basicamente, esses recursos são públicos, são recursos subtraídos dos impostos pagos com muito esforço e, muitas vezes, pagos com enorme sacrifício pelo povo brasileiro. São recursos públicos subtraídos por meio de contratos superfaturados, por meio de licitações fraudadas, decorrentes de privilégios concedidos pelo Poder Público a determinadas instituições financeiras, que retribuem com operações contábeis simulando empréstimos bancários para justificar recursos repassados ao mundo da política internamente e externamente, até mesmo com a prática do crime de evasão de divisas, lavagem de dinheiro contra a ordem tributária nacional e contra o sistema financeiro nacional.

É a busca dessa verdade que nos impõe neste momento enorme responsabilidade. E é exatamente nesta homenagem à Maçonaria que refletimos sobre a responsabilidade do Congresso Nacional neste momento de transição na vida do País para que possamos emergir dos escombros provocados por este gigantesco escândalo de corrupção para um novo tempo, uma nova imagem, um caminho diferenciado que nos leve a um futuro de dignidade, de honradez no exercício da função pública no Brasil.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, pedindo a reflexão sobre um ditado queniano: “Uma nação não é uma herança recebida de nossos pais, é um empréstimo feito junto aos nossos filhos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias o brilhante pronunciamento feito.

Concedo a palavra agora ao ilustre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti; demais membros da Mesa, ilustres membros da Maçonaria brasileira, ilustres convidados, é motivo de grande satisfação participar desta solenidade em que comemoramos o Dia do Maçom, principalmente na quadra atual da história do Brasil, em que muitas são as dúvidas sobre os homens e as instituições que nos governam.

Hoje, mais que nunca, todos nós precisamos nos inspirar nos ideais cultivados pela Maçonaria, como Ordem Universal formada por homens de todas as raças, credos e nações, unidos por suas qualidades cívicas, morais e intelectuais com o objetivo de construir uma sociedade humana baseada no amor fraternal, na liberdade, na igualdade e na fraternidade.

Muito já se disse e muito já se escreveu sobre a Maçonaria, sua natureza, sobre seu papel na história, sobre maçons ilustres que tiveram participação decisiva em eventos importantes de nossa civilização.

Como homem da Amazônia, gostaria, nesta solenidade, de destacar um aspecto importantíssimo da atuação da Maçonaria que é a defesa da Amazônia, cada dia mais objeto da cobiça internacional. (Palmas.)

Não há dúvida de que a Amazônia é hoje vítima de todos os tipos de traficantes, que se aproveitam das nossas fragilidades e da enorme extensão das nossas fronteiras para realizar ações deletérias, ações criminosas e ações fraudulentas de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de animais, plantas e outros elementos de nossa rica biodiversidade.

A Amazônia possui 61% do território nacional, 10% da população brasileira e é uma das áreas mais desassistidas do nosso País. Comungamos nas mesmas preocupações das Lojas Maçônicas do Brasil com os objetivos das chamadas grandes potências mundiais, que procuram, por todos os meios, diretos ou indiretos, declarar a Amazônia “zona de interesse mundial”, conferindo ao Brasil apenas uma “soberania restrita” sobre a região.

Temos as mesmas preocupações das Lojas Maçônicas do Brasil em relação ao reaparelhamento das nossas Forças Armadas, para que possam cumprir de forma adequada suas atribuições constitucionais de garantir a soberania do País, manter a integridade de nosso território e assegurar as condições dignas de trabalho a todos os brasileiros.

Todas essas questões e todos os elementos relacionados com a problemática da defesa da Amazônia

estão expostos, de forma muito clara e objetiva, numa das melhores obras já publicadas sobre a integridade da Amazônia e soberania do Brasil. Estou me referindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, à obra denominada **A Maçonaria pela Integridade da Amazônia em Defesa da Soberania do Brasil**, de autoria do jurista e grão-mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Waldemar Zveiter.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres membros da Maçonaria brasileira, ilustres convidados, a avassaladora onda denominada globalização vem criando enormes dificuldades para os países emergentes, pois, a partir da aceitação de seus princípios e da aplicação de seus métodos e práticas, verificamos o aumento do poder econômico, do poder político e do poder militar das grandes potências.

Os países mais pobres encontram enormes dificuldades para melhorar suas condições sociais e econômicas nesse chamado mundo globalizado, pois os organismos financeiros e outras agências internacionais impõem cláusulas leoninas, as chamadas condicionalidades.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, nobre Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, cumprimento V. Ex^a pela preocupação constante com a Amazônia, manifestada no seu pronunciamento. Hoje é um dia muito importante, o Dia do Maçom. Mais uma vez, mais um ano, o Senador Mozarildo Cavalcanti convoca todos nós, o Senado Federal, e homenageia os maçons brasileiros. Quero aqui, na pessoa do Ministro José de Jesus, brasileiro, cumprimentar todos os maçons brasileiros. Hoje já chegamos a quase 15 mil. Estamos crescendo, felizmente. Quero deixar registrado ao Senador Alvaro Dias, que também fez um brilhante pronunciamento, que o trabalho que S. Ex^a vem desenvolvendo nas CPIs é muito importante. O Brasil passa por um momento de exigência da transparência, e esse trabalho que o Senado vem exercendo é muito importante. Por isso, neste Dia do Maçom, quero cumprimentar todos os senhores presentes, que vieram de vários Estados brasileiros, e dizer a todos que o Senado da República se sente muito feliz em tê-los aqui, ocupando as bancadas dos Senadores. E sintam-se efetivamente homenageados. Todos os anos, estaremos aqui ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti fazendo esta homenagem, uma homenagem justa a pessoas de bem que estão ajudando a construir um grande País.

Parabéns a todos. Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, pelo aparte. (Palmas.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a. Foi com muito prazer que ouvi o seu aparte.

O significado real e final dessas políticas, com a aplicação dessas condicionalidades, é a perda da soberania dos países mais pobres, que passam a ser monitorados pelo poder econômico e pelo poder político dos países mais desenvolvidos.

O doutor Waldemar Zveiter faz uma análise abrangente da questão amazônica, destacando a soberania nacional, o papel das Forças Armadas, a cobiça estrangeira em relação à Amazônia e as repetidas frases de personalidades estrangeiras com o objetivo de relativizar a soberania brasileira sobre a região.

Tenho plena convicção de que as preocupações de todos os maçons do Brasil são as nossas mesmas preocupações e que podem ser resumidas nas palavras contidas no título do livro citado: integridade da Amazônia e defesa da soberania do Brasil.

Tem sido essa a nossa luta no Senado da República e no Congresso Nacional. A luta por uma Amazônia realmente do Brasil, desenvolvida por brasileiros, para os brasileiros, com independência e com soberania.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e autoridades maçônicas, de que a Maçonaria, a exemplo de todo o mundo, em especial do Brasil, desde os primórdios do Império e da Proclamação da República, tem lutado sempre pelas grandes causas nacionais. E esta é mais uma causa de interesse da Nação por que a Maçonaria brasileira está lutando e vai lutar com todas as forças: a soberania da nossa querida Amazônia brasileira.

Deixo aqui meus cumprimentos a todos os maçons do Brasil, na certeza de que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade serão sempre colocados a serviço dos interesses mais altos do País e da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Valdir Raupp e concedo a palavra, neste momento, ao ilustríssimo Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, Senadores, lideranças maçônicas, não citarei nomes, porque poderia esquecer alguns e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Senador Mozarildo Cavalcanti, ontem V. Ex^a convidou-me a participar desta homenagem. Já che-

gamos aqui irmãos, porque gastamos o melhor de nossa juventude buscando ciência para, com ciência e consciência, servir nossa gente. Dedicamo-nos à ciência médica que achamos ser a mais humana das ciências, e o médico, um grande benfeitor da humanidade. Estamos aqui, prestando homenagem ao maçom. Não tive esse privilégio como V. Ex^a, mas trouxe aqui um testemunho do que isso significa. Primeiro, desde criança, a admiração, porque na minha cidade – e eu diria, como Sêneca, que não há pequena cidade, mas a “minha” cidade –, na minha Parnaíba, no Piauí, uma das lojas é Francisco Correia, meu tio. Mais ainda: padrinho de minha mãe. Sou de uma religião cristã, católica e com certeza meu nome, Francisco, se deve a isso, mas também houve a simpatia familiar de Francisco Correia. E quis Deus aqui encontrar quem significa para mim mais a minha pátria, o Piauí, ali ao lado, Ilídio da Silva Coutinho, um maçom que traduz a grandeza do Piauí e da ordem maçônica. Há 47 anos em Brasília, antes do nascimento, junto com o sonho de Juscelino, representando a bela cidade de Floriano, no Piauí. E quis Deus que, nessa cidade, Senador Alvaro Dias, eu fizesse o primeiro comício para ser candidato a governador do Estado.

Também aqui está um homem que representa aquilo que Cristo disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, o juiz maçom José Alves de Paula. A vida nos colocou, às vezes, confrontando, mas nos confrontos que tivemos, sempre soubemos nos respeitar mesmo não sendo maçônicos, tudo por causa daquilo em que acreditamos: Deus, a família, a família como base da sociedade. Como Rui Barbosa disse, a Pátria é a família amplificada.

Quero dar o testemunho do que é ser maçom. O meu sonho é o Piauí. Eu fui lá porque quis e porque tive um desejo, porque nasci apaixonado por aquele Estado e Deus me permitiu me apaixonar por uma mulher do Piauí, constituir família no Piauí, ter filhos piauienses. Ao longo de minha vida, tenho acompanhado a maçonaria de longe, como se acompanha o firmamento e se olha para a Lua, para o Sol, para as estrelas. Eu respeito a instituição – não faço parte dela –, porque os membros que a compõem, aqueles que fazem parte das Lojas no meu Piauí, todos, são exemplos de dignidade, de trabalho, de companheirismo. A vida me levou para a política, como médico, assim como Mozarildo e Juscelino. Deixamos os templos de trabalho, um consultório ou uma sala de cirurgia, com oportunidade, com os instrumentos da Medicina, que servimos, para, com os instrumentos do poder político, servir muito mais. Aqui está um homem que vê como oportuna esta convocação. Es-

tudando, vi isto ao longo da vida: Deus escreve certo por linhas tortas. O que seria deste País sem a maçonaria? Quem primeiro ouviu o grito de liberdade, igualdade e fraternidade foram os maçons brasileiros como Gonçalves Leite, José Bonifácio. Aquele grito de liberdade, igualdade e fraternidade, quem o trouxe para este País foram os maçons. Vocês são responsáveis pelo governo do povo, pelo povo e para o povo. “És eternamente responsável por aquilo que cativas.” Sei que nós, políticos, lemos muito o **Príncipe**, de Maquiavel, mas gosto mais do **Pequeno Príncipe**, que disse: “És eternamente responsável por aquilo que cativas”. Vocês são responsáveis pela democracia brasileira, e hoje vivemos os momentos mais difíceis. Nunca dantes na história deste País, mesmo antes da República ou pós-ação maçônica criando a República, houve tanta corrupção. Nunca! Falo aqui pelo Líder maior do meu Partido, que redemocratizou nosso País, Ulysses Guimarães, que disse: “A corrupção é o cupim da democracia”.

Eu entendo que Deus, que escreve certo por linhas tortas, chamou o Senador Mozarildo Cavalcanti, líder político, líder maçônico, para este momento de responsabilidade de todos nós, mas muito mais dos senhores, porque a República nasceu do sonho, do ideal e da maçonaria, que faz com que todos os brasileiros, mesmo não tendo o privilégio de ser da sociedade, tenham o dever e a obrigação de respeitá-los e acreditar em vocês.

Que o dia de hoje seja um chamamento deste extraordinário líder político e, com certeza, líder maçônico, Mozarildo Cavalcanti, para combatermos juntos a corrupção, que é o cupim da democracia.

São essas as nossas palavras de admiração. Para concluir, faço minhas todas as palavras do Senador Alvaro Dias, mas terminaria com uma reflexão. Sei que, em Londres, há 1.800 lojas maçônicas. Oh, meu Deus, em quem creio, é preciso ter crença e fé!. Aprendi com a minha religião que fé sem obra já nasce morta. Então, oh, meu Deus, faça florescer no Brasil as lojas maçônicas!

Continuem a missão e sejam fortes, bravos e felizes!

Viva a Maçonaria do meu Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecemos as palavras do Senador Mão Santa.

Convido o Senador Alvaro Dias para presidir a sessão enquanto faço uso da palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com muita satisfação, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, responsável por esta solenidade.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores que me antecederam na tribuna, quero cumprimentar meus caros irmãos maçons, nas pessoas dos queridos irmãos Laelson Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil; Sérgio Muniz, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que representa as grandes lojas do Brasil; e Antônio do Carmo Ferreira, da Comab – Confederação Maçônica do Brasil. Quero também cumprimentar todos os grão-mestres de diversos Estados que estão aqui presentes, tanto das grandes lojas quanto do Grande Oriente do Brasil quanto das Grandes Orientes independentes.

Quero também mandar uma mensagem especial, um abraço especial aos Presidentes de Tribunais de Justiça dos Grandes Orientes estaduais, que estão reunidos em Brasília desde ontem, numa tarefa importante para a Maçonaria. E peço permissão para, em nome do meu filho, que está ali na tribuna de honra, que é Presidente do Tribunal de Justiça Maçônico lá do Grande Oriente de Roraima, cumprimentar todos os Presidentes aqui presentes.

Quero também cumprimentar, mandar um abraço fraterno a todas as cunhadas, na pessoa da minha esposa, que também se encontra ali, ao lado do meu filho, e a todas filhas e filhos de maçons, na pessoa da minha filha Geanne, que também se encontra presente.

Quero também fazer aqui um registro especial da presença do meu grande amigo, Dr. Franklin Rodrigues da Costa, que não é da Maçonaria, mas é da antiga e mística Ordem Rosa Cruz – ele é o mestre da loja de Brasília –, que é uma instituição que, como a nossa, é iniciática, é filosófica, e, portanto, procura o aperfeiçoamento dos espíritos. Quero, portanto, através dele, cumprimentar todos os rosas-cruzes do Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, meus irmãos, quero dizer que é com muita alegria que vejo, hoje, pelo quinto ano consecutivo, reunir-se esta Casa para prestar homenagem à Maçonaria brasileira, pelo transcurso do dia do Maçom, que será comemorado amanhã, dia 20 de agosto.

Integrante que sou, com muito orgulho, dessa antiga Ordem, quero mandar um abraço especial

para todas as Ordens do Brasil, cumprimentando e homenageando a minha Loja mãe, a Loja 20 de Agosto que, por feliz coincidência, tem esse título 20 de agosto, do Oriente de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Tenho, por isso mesmo, o orgulho de ser maçom, de ser filho de maçom, de ser pai de maçom e de ter ainda um genro que está aqui presente e que é maçom. Portanto, a minha família tem a minha convicção de que a Maçonaria é um caminho importante para o aperfeiçoamento do ser humano em todos seus aspectos.

Por isso mesmo, tenho apresentado todos os anos requerimentos, com o apoio de inúmeros colegas Senadores, para que o Senado se integre às comemorações que marcam a passagem desta data tão importante para nós, que é o Dia do Maçom.

Afinal, nesta sessão, temos um momento propício para cultuarmos as muitas glórias do nosso passado; para lembrarmos os ilustríssimos irmãos que deram inauditas contribuições à causa da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para celebrarmos a memória dos homens livres, de conduta ilibada, que pugnaram pelo progresso material e espiritual da Nação e da humanidade.

Mas é também o 20 de agosto, queridos irmãos, ocasião apropriada para lançarmos nossos olhos em direção ao futuro dessa instituição multissecular; para tentarmos antever qual poderá ser o papel da Maçonaria no Século XXI; para planejarmos a trajetória de nossa irmandade daqui para frente, de modo que a Maçonaria possa inclusive resgatar a importância que teve, no passado, nos eventos históricos de maior magnitude.

Ao longo dos séculos, a missão da Maçonaria tem sido de colaborar para o progresso moral, intelectual, científico e tecnológico da humanidade. Sucessivas gerações de maçons travaram, com muita galhardia, o bom combate em defesa dos direitos humanos, da libertação os povos, contra a opressão e a tirania, em prol das artes e das ciências. Toda essa luta, evidentemente, não está esgotada. Ela se projeta no século que se está iniciando agora.

O que muda, contudo é a feição dessa luta na medida mesma em que muda a feição da opressão e da tirania. Novos tempos trazem novos desafios, e a Maçonaria precisa evoluir para estar a sua altura, à altura desses desafios do Século XXI.

Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é o avassalador poder que detêm as grandes corporações internacionais, poder que consegue se sobrepor, inclusive, ao poder dos próprios Estados nacionais. As restrições ao campo de

ação dos governos são, fatalmente, acompanhadas pela perda de influência dos cidadãos nos destinos das nações. Assim, um dos grandes desafios da sociedade do Século XXI é o de encontrar formas de amplificar a influência dos cidadãos nos destinos das nações – para além da norma “uma pessoa, um voto” – e de projetar essa influência no nível das relações internacionais.

Essa tem sido, precisamente, a lógica que inspira a atuação e o fortalecimento de organizações de âmbito supranacional dedicadas a determinados interesses dos mais variados tipos, desde a defesa dos direitos humanos até a preservação do meio ambiente. Essas organizações conseguem movimentar-se na arena internacional em pé de igualdade com as grandes corporações e, mesmo, com os Estados nacionais. A legitimidade das suas posições advém não só do número de membros que lhes dão corpo, mas também da universalidade dos valores que defendem.

Essa pode ser, também, a lógica de atuação da Maçonaria naquele que é o mundo, que nós convençamos chamar de não maçônico. Ela deverá atuar de uma forma evidente na defesa dos valores universais que professa. Esse deve ser, para além da dimensão iniciática, um importante papel da Maçonaria no Século XXI. Assim, nossa irmandade estará dando sua relevante contribuição para repor o equilíbrio em termos da influência dos cidadãos nos destinos das nações e projetar essa influência no nível das relações internacionais. Nesse aspecto, a Maçonaria tem uma grande oportunidade de afirmação no mundo inteiro: pela universalidade dos valores que professa; por envolver cidadãos de todas as origens, crenças e formações; e pela sua presença em quase todas as nações do mundo.

Penso, inclusive, que, embora a ação no que se convencionou chamar “mundo profano” deva estar dissociada da vertente iniciática, ela deve ser bem visível. A forma que melhor se presta a esse tipo de atuação é de um banco de idéias. Como sabemos, o seu papel é o de fazer recomendações a um governo, permitindo-lhe tomar decisões esclarecidas, um banco de idéias debruçando-se sobre uma área específica qualquer – telecomunicações, direitos humanos, transportes, políticas públicas – mas não faz **lobby**. A autoridade na área que se especializa, assegurada pela colaboração dos indivíduos mais esclarecidos na área, é suficiente para tornar claro a um governo que as suas recomendações devem ser consideradas.

Quero aqui fazer um afastamento da parte que escrevi para dizer que esse chamamento é justamente

para percebermos que temos perdido espaço, na influência nos destinos e decisões da Nação, para outras entidades que têm muito menos representatividade na sociedade, muito menos capilaridade na sociedade que nós, que sempre tivemos essa atuação forte.

Ao final de meu pronunciamento, vou ler uma declaração das Grandes Lojas, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. O Grande Oriente tem feito sucessivas manifestações, às vezes até em conjunto com as Grandes Lojas, e essas recomendações não saem das gavetas dos dirigentes da Nação.

Essa me parece ser uma das formas mais interessantes e estruturadas que a atuação da Maçonaria pode tomar: estudar questões de interesse nacional, na perspectiva da defesa dos interesses dos cidadãos, integrar o conhecimento e apresentar recomendações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros irmãos, outras características marcantes de nosso tempo são a exacerbação dos fanatismos e da intolerância religiosa; a explosão populacional nos países mais miseráveis e o inferno demográfico nas nações industrializadas; a epidemia de Aids, ainda totalmente fora de controle na África e na Ásia; a degradação do meio ambiente e a má gestão dos recursos naturais.

Se procurarmos as principais causas comuns a todos esses males, duas haverão de sobressair: a ignorância e a indigência de valores espirituais. Parece claro, portanto, que uma preocupação central da Maçonaria no século XXI deverá ser a educação para os valores culturais e espirituais, contribuindo com as famílias e com as escolas. Esse será, por certo, um campo de batalha privilegiado para os lutadores maçônicos da atualidade, um campo de batalha no qual as armas serão o conhecimento, o coração e o espírito.

Já se tornou chavão dizer que estamos vivendo na sociedade da informação. De fato, o volume de informação que as novas tecnologias tornam disponível é assombroso. No entanto, exatamente pelo seu volume avassalador, torna-se cada vez mais difícil para o homem moderno assimilar e interpretar o vasto cabedal de informação que lhe é oferecido. Assim, o próprio entendimento do mundo e de sua evolução torna-se mais inacessível. Cresce, nesse contexto, o poder dos meios de comunicação de influenciar as mentalidades. Cada vez mais, a opinião pública é levada a acreditar naquilo que lhe é apresentado, não dispondo de meios para discernir o que é real do que é “fabricado”.

Para que cada ser humano consiga edificar o seu templo e burilar a pedra bruta, ele precisa de um espaço propício para a reflexão, para o diálogo filosó-

fico. Num momento histórico profundamente marcado pelo individualismo, pelo consumismo, pelo hedonismo, pela indiferença em relação aos semelhantes, cresce a sede dos homens de bem por um ambiente de paz, de compreensão, de comunhão fraterna com todos aqueles que têm as mesmas aspirações.

Por isso, a Maçonaria terá de crescer, de aumentar os seus efetivos, acolhendo todos aqueles que estejam sintonizados com os seus princípios da tolerância, da filantropia, da justiça e da busca da verdade. No seio da família maçônica, entre irmãos, o homem moderno pode encontrar o espaço para exercer a liberdade de pensamento, para libertar-se da dependência dos meios de comunicação, para exercer a sua influência cidadã nos destinos da sua nação. E, para o crescimento da nossa irmandade, um passo preliminar é o crescimento das organizações paramaçônicas para jovens de ambos os sexos, o que servirá para uma futura seleção de verdadeiros maçons e contribuirá para um aumento mais qualitativo e célere.

Importa também para essa expansão que a Maçonaria se dê mais a conhecer, que seja mais pró-ativa, que esteja mais próxima da sociedade. Cada país e a humanidade só têm a ganhar com isso, pois tenho certeza de que o aumento do número de maçons conduzirá, inevitavelmente, ao aumento do número de bons cidadãos e, por via de consequência, a uma melhoria da sociedade mundial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, meus irmãos, como que a inspirar os trabalhos que se desenvolvem neste recinto, temos aqui o busto de um dos mais insígnies brasileiros que já abrilhantaram esta Casa, o preclaro e inesquecível Senador Rui Barbosa, que está logo ali abaixo do crucifixo, que foi um exemplo de maçom para todos nós.

Ninguém melhor do que o irmão Rui Barbosa para nos trazer à memória as glórias passadas da maçonaria, seu compromisso multissecular com os ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Que os incontáveis exemplos de maçons que obraram antes de nós possam nos infundir o ânimo necessário para o enfrentamento dos desafios que o nosso século nos está apresentando.

Neste momento de perplexidade por que passa o País, diante de tantos escândalos, é necessário que a maçonaria se posicione e aja de modo a fazer com que se evidenciem os requisitos básicos para alguém se tornar maçom: ser livre e de bons costumes. Quem consegue se libertar da ignorância, da opressão, e dos radicalismos, conseqüentemente pratica os bons costumes e abomina todo tipo de corrupção, cavando, portanto, masmorras aos vícios e elevando templos às virtudes.

É bom lembrar também o nosso irmão Rui Barbosa quando disse:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.

Então, nós temos, neste momento, que nos levantar, cada qual como pode, para fazer com que não cheguemos a esse ponto para o qual, àquela época, Rui advertia, porque se banaliza tanto a corrupção, igualam-se todos por baixo que, se nós ficarmos caídos, estaremos colaborando para que esse estado de coisas se perpetue e o Brasil continue sendo o País que, permanentemente e espasmodicamente, está envolvido em escândalos de corrupção.

Tragamos sempre conosco nossos malhetes e nossos cinzeiros, nossos esquadros e nossos compassos. Usemo-los com maestria para edificar nossos templos interiores, desbastar e burilar a pedra bruta que há em cada um de nós, mas também fazendo uma interface profunda com a sociedade e comunicando-nos melhor com ela; fazendo valer os nossos pensamentos por intermédio do convencimento. Esse é o grande desafio.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, passo a ler aqui um manifesto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, assinado por todos os Grãos-Mestres das grandes Lojas, nos seguintes termos:

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, constituída por vinte e sete grandes Lojas Maçônicas do Brasil, reunida no período de 12 a 16 de julho de 2005, na cidade de Vitória, Espírito Santo, por ocasião da sua 34ª Assembléia Geral, proclama:

I – O repúdio à corrupção que hoje corrói as instituições que alicerçam o estado democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade, exigindo ampla e rigorosa apuração dos fatos, com punição exemplar dos responsáveis;

II – Que essa falta de ética e moralidade no trato da coisa pública tem propiciado diversas tentativas de desnacionalização da Amazônia, com ameaça à soberania nacional, pelo que propõe, a criação de uma empresa pública, de capital exclusivamente nacional, a Minerobrás, instituindo o monopólio do Estado brasileiro para exploração das riquezas mineiras da Amazônia;

III – Se necessário, reaparelhamento das Forças Armadas, capacitando-as adequadamente, para que se cumpra o ditame constitucional de preservação da soberania nacional, com o controle rigoroso de nossas fronteiras;

IV – Que não aceita a forma como está sendo feita a reforma agrária, com incentivo a movimentos de índole antidemocrática que pregam a violência, desobediência civil e o desrespeito ao legítimo direito da propriedade, pugnando por que seja realizada, visando à melhoria da qualidade de vida dos menos afortunados, sem fins eleitoreiros, objetivando unicamente justa e equânime divisão e exploração das terras comprovadamente improdutivas.

V – Finalmente, que se sente na obrigação de alertar as autoridades do setor no sentido de que nas questões relativas à transposição das águas do rio São Francisco se observem rigorosamente as normas técnicas, quer no que diz respeito às obras de construção, quer no tocante às conseqüências que dele poderão advir, como impactos ambientais negativos e revitalização permanente do rio, visando sempre preservar de forma equitativa os interesses das coletividades por elas abrangidas.

Seguem-se as assinaturas dos vinte e sete Grãos-Mestres. Justamente é o que tenho dito, em sucessivos manifestos como este. Também já li o Grande Oriente do Brasil, das três potências, vamos dizer, que estão aqui hoje representadas. Mas eles morrem nos Anais deste Senado. Temos que mudar essa realidade porque já se disse que, quando se quer esconder uma coisa bem escondida, pedimos para transcrever nos Anais ou do Senado ou da Câmara. Mas ainda sou um homem de fé e acredito que é justamente pela persistência e pela insistência que conseguimos mudar no passado e que conseguiremos melhorar e mudar no presente e no futuro.

Sr. Presidente, requeiro a inclusão da transcrição do Manifesto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e dos artigos publicados na revista **Nossa História**, que trata do poder secreto da Maçonaria. E esse poder é tão secreto que está numa publicação não maçônica. É muito importante que a população do País procure, realmente, entender a Maçonaria, mas somos nós que temos o dever de nos fazer mais bem-entendido. Se assim o fizéssemos, o Brasil, com certeza, estaria melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.**

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com grande alegria que vejo, pelo quinto ano consecutivo, reunir-se esta casa para prestar homenagem à maçonaria brasileira pelo transcurso do dia do maçom, comemorado amanhã, dia 20 de agosto.

Integrante que sou, com muito orgulho, dessa antiga ordem, tenho sempre apresentado requerimentos para que o senado se integre às comemorações que marcam a passagem da data. Afinal, trata-se de momento propício para cultuarmos as muitas glórias do nosso passado; para relembrarmos Os ilustríssimos irmãos que deram inauditas contribuições à causa da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para celebrarmos a memória dos homens livres, de conduta ilibada, que pugnaram pelo progresso material e espiritual da nação e da humanidade.

Mas é também o 20 de agosto, Sr^{as} e Srs. Senadores, queridos irmãos, ocasião apropriada para lançarmos nossos olhos em direção ao futuro dessa instituição multissecular; para tentarmos antever qual poderá ser o papel da maçonaria no Século XXI; para planejarmos a trajetória de nossa irmandade daqui para frente, de modo que a maçonaria possa, inclusive, resgatar a importância que teve, no passado, nos eventos históricos de maior magnitude.

Ao longo dos séculos, a missão da maçonaria tem sido a de colaborar para o progresso moral, intelectual, científico e filosófico da humanidade. Sucessivas gerações de maçons travaram, com muita galhardia, o bom combate em defesa dos direitos humanos, da libertação dos povos, contra a opressão e a tirania, em prol das artes e das ciências. toda essa luta, evidentemente, não está esgotada. Ela se projeta no século que se está iniciando.

O que muda, contudo, é a feição dessa luta, na medida mesma em que muda a feição da opressão e da tirania. novos tempos trazem novos desafios, e a maçonaria precisa evoluir para estar à sua altura.

Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é o avassalador poder que detém as grandes corporações, poder que consegue se sobrepor, inclusive, ao poder dos próprios estados nacionais. as restrições ao campo de ação dos governos são, fatalmente, acompanhadas pela perda de influência dos cidadãos nos destinos das nações. Assim, um dos grandes desafios da sociedade do Século XXI é o de encontrar formas de amplificar a influência dos cidadãos nos destinos das nações – para além da norma

“uma pessoa, um voto” – e de projetar essa influência no nível das relações internacionais.

Essa tem sido, precisamente, a lógica que inspira a atuação e o fortalecimento de organizações de âmbito supranacional dedicadas a determinados interesses fundadores, dos mais variados tipos, desde a defesa dos direitos humanos até a preservação do meio ambiente. Essas organizações conseguem movimentar-se na arena internacional em pé de igualdade com as grandes corporações e, mesmo, com os estados nacionais. A legitimidade das suas posições advém não só do número de membros que lhes dão corpo, mas, também, da universalidade dos valores que defendem.

Essa pode, também, ser a lógica da atuação da maçonaria naquele que é o mundo não maçônico. Ela deverá atuar, de uma forma evidente, na defesa dos valores universais que professa. Esse deve ser, para além da dimensão iniciática, um importante papel da maçonaria no Século XXI. Assim, nossa irmandade estará dando sua relevante contribuição para repor o equilíbrio em termos da influência dos cidadãos nos destinos das nações e de projetar essa influência no nível das relações internacionais. Nesse aspecto, a maçonaria tem uma grande oportunidade de afirmação no mundo: pela universalidade dos valores que professa; por envolver cidadãos de todas as origens, crenças e formações; e pela sua presença em quase todas as nações do mundo.

Penso, inclusive, que, embora a ação que se convencionou chamar “mundo profano” deva estar dissociada da vertente iniciática, ela deve ser bem visível. a forma que melhor se presta a esse tipo de atuação é a de um banco de idéias. como sabemos, o seu papel é o de fazer recomendações a um governo, permitindo-lhe tomar decisões esclarecidas. Um banco de idéias debruça-se sobre uma área específica qualquer – telecomunicações, direitos humanos, transportes – mas não faz **lobby**. a autoridade na área em que se especializa, assegurada pela colaboração dos indivíduos mais esclarecidos na área, é suficiente para tornar claro a um governo que as suas recomendações devem ser consideradas.

Essa me parece ser uma das formas mais interessantes e estruturadas que a atuação da maçonaria pode tomar. Estudar questões de interesse nacional na perspectiva da defesa dos interesses dos cidadãos, integrar conhecimento e apresentar recomendações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outras características marcantes de nosso tempo são a exacerbação dos fanatismos e da intolerância religiosa, a explosão populacional nos países mais miseráveis e o inferno demográfico nas nações industrializadas,

a epidemia de aids ainda totalmente fora de controle na África e na Ásia, a degradação do meio ambiente, a má gestão dos recursos naturais.

Se procurarmos as principais causas comuns a todos esses males, duas haverão de se sobressair: a ignorância e a indigência de valores espirituais. Parece claro, portanto, que uma preocupação central da maçonaria no Século XXI deverá ser a educação para os valores culturais e espirituais, contribuindo com as famílias e com as escolas. Esse será, por certo, um campo de batalha privilegiado para os lutadores maçônicos da atualidade. Um Campo De Batalha No Qual As Armas Serão O Conhecimento, O Coração, O Espírito.

Já se tornou chavão dizer que estamos vivendo na sociedade da informação. de fato, o volume de informação que as novas tecnologias tornam disponível é assombroso. no entanto, exatamente pelo seu volume avassalador, torna-se cada vez mais difícil, para o homem moderno, assimilar e interpretar o vasto cabedal de informação que lhe é oferecido. Assim, o próprio entendimento do mundo e de sua evolução torna-se mais inacessível. Cresce, nesse contexto, o poder dos meios de comunicação de influenciar as mentalidades. Cada vez mais, a opinião pública é levada a acreditar naquilo que lhe é apresentado, não dispondo de meios para discernir o que é real do que é “fabricado”.

Para que cada ser humano consiga edificar o seu templo e burilar a pedra bruta, ele precisa de um espaço propício para a reflexão, para o diálogo filosófico. Num momento histórico profundamente marcado pelo individualismo, pelo consumismo, pelo hedonismo, pela indiferença em relação aos semelhantes, cresce a sede dos homens de bem por um ambiente de paz, de compreensão, de comunhão fraterna com todos aqueles que têm as mesmas aspirações.

Por isso, a maçonaria terá de crescer, de aumentar os seus efetivos, acolhendo todos aqueles que estejam sintonizados com os seus princípios da tolerância, da filantropia, da justiça e da busca da verdade. No seio da família maçônica, entre irmãos, o homem moderno pode encontrar o espaço para exercer a liberdade de pensamento, para libertar-se da dependência dos meios de comunicação, para exercer sua influência cidadã nos destinos da sua nação. E, para o crescimento da nossa irmandade, um passo preliminar é o crescimento das organizações paramaçônicas para jovens de ambos os sexos, o que servirá para uma futura seleção de verdadeiros maçons e contribuirá para um aumento mais qualitativo e célere.

Importa, também, para essa expansão, que a maçonaria se dê mais a conhecer, que seja mais pró-ativa, que esteja mais próxima da sociedade. Cada

país e a humanidade só têm a ganhar com isso, pois tenho certeza de que o aumento do número de maçons conduzirá, inevitavelmente, ao aumento do número de bons cidadãos e, por via de consequência, a uma melhoria da sociedade mundial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como que a inspirar os trabalhos que se desenvolvem neste recinto, temos aqui o busto de um dos mais insignes brasileiros que já abrilhantaram esta casa, o preclaro e inesquecível Senador Rui Barbosa, também ele um maçom.

Ninguém melhor do que o irmão Rui para nos trazer à memória as glórias passadas da maçonaria, seu compromisso multissecular com os ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Que os incontáveis exemplos de maçons que obraram antes de nós possam nos infundir o ânimo necessário para o enfrentamento dos desafios que o século xxi nos está apresentando.

Neste momento de perplexidade porque passa o país, é necessário que a maçonaria se posicione, e aja de modo a fazer com que se evidenciem os requisitos básicos para alguém se tornar maçom: ser livre e de bons costumes. Quem consegue se libertar da ignorância, da opressão, da intolerância, dos radicalismos, conseqüentemente pratica os bons costumes e abomina todo tipo de corrupção, cavando masmorras aos vícios e elevando templos às virtudes.

É bom lembrar também o nosso irmão Rui Barbosa quando disse: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. (Senado Federal, rj. Obras completas, Rui Barbosa. v. 41, t. 3, 1914, p. 86)

Tragamos sempre conosco nossos malhetes e nossos cinzéis, nossos esquadros e nossos compassos. Usemo-los com maestria para edificar nossos templos interiores e para desbastar e burilar a pedra bruta que há em cada um de nós.

Essa é a mensagem que gostaria de deixar a cada um dos presentes no transcurso deste 20 de agosto, dia do maçom, amanhã, homenageando toda a maçonaria brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Secretaria Geral

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

amazônia catastrófica

XXXIV CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL

PROCLAMAÇÃO AO POVO BRASILEIRO

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARÁ
ESPÍRITO SANTO
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
M. GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARÁ
PARAÍBA
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
R. GRANDE DO NORTE
R. GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASÍLIA

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas do Brasil –, reunida no período de 12 a 16 de julho de 2005, na Cidade de Vitória – Espírito Santo, por ocasião da realização da sua XXXIV Assembléia Geral, dentro do secular, primordial e inarredável compromisso da Ordem Maçônica com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, manifesta ao povo brasileiro sua preocupação diante do atual quadro político social, e dos graves problemas dele decorrentes, o que exige medidas enérgicas e destemidas para a sua solução pena de converter-se em duro castigo ao povo, com sérios e irreparáveis prejuízos às Instituições, e ao próprio Estado Democrático de Direito, com a quebra da Soberania Nacional e

P R O C L A M A

1 – O repúdio à corrupção que hoje corroe as Instituições que alicerçam o Estado Democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade, exigindo ampla e rigorosa apuração dos fatos, com punição exemplar dos responsáveis.

2 – Que essa falta de ética e moralidade no trato da coisa pública tem propiciado diversas tentativas de desnacionalização da Amazônia com ameaça à Soberania Nacional, pelo que propõe a criação de uma Empresa Pública de capital exclusivamente Nacional – “Minerobrás” –, instituindo o monopólio do Estado Brasileiro para a exploração das riquezas minerais da Amazônia.

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Secretaria Geral

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARÁ
ESPÍRITO SANTO
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
M. GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARÁ
PARAÍBA
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
R. GRANDE DO NORTE
R. GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASIL

3 – Ser necessário o reaparelhamento das Forças Armadas, capacitando-as adequadamente, para que se cumpra o ditame constitucional de preservação da Soberania Nacional, com controle rigoroso de nossas fronteiras.

4 – Que não aceita a forma como está sendo feita a Reforma Agrária, com incentivo a movimentos de índole antidemocrática, que pregam a violência, a desobediência civil e o desrespeito ao legítimo direito de propriedade, pugnando seja realizada visando à melhoria de qualidade de vida dos menos afortunados, sem fins eleitoreiros, objetivando, unicamente, justa e equânime divisão e exploração das terras comprovadamente improdutivas.

5 – Finalmente, que se sente na obrigação de alertar as Autoridades do setor, no sentido de que nas questões relativas à transposição das águas do Rio São Francisco se observem, rigorosamente, as normas técnicas, quer no que diz respeito às obras de construção, quer no tocante às consequências que dela poderão advir, como impactos ambientais negativos e revitalização permanente do rio, visando, sempre, preservar, de forma equitativa, os interesses das coletividades por elas abrangidas.

Vitória – ES, 16 de julho de 2005.

SÉRGIO MUNIZ GIANORDOLI

Grão-Mestre da M.:R.: Grande Loja
Maçônica do Estado do Espírito Santo e
Presidente da XXXIV Assembléia
Geral Ordinária da C.M.S.B.

WILSON FILOMENO, PGM
Secretário Geral

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Secretaria Geral

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARA
ESPÍRITO SANTO
GOLAS
MARANHÃO
MATO GROSSO
M. GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARA
PARAIBA
PARANA
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
R. GRANDE DO NORTE
R. GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal
BRASILIA

Assinam

Vanderlei Freitas Valente
Acre

Bernardino Senna Ferreira Filho
Amapá

Edmilson Bispo Gonçalves
Bahia

Nathaniel Carneiro Neto
Ceará

João Batista Fagundes
Goiás

João Carlos de Músis
Mato Grosso

Tomáz Luiz Naves
Minas Gerais

Exedito Suíça dos Santos
Alagoas

René Levy Aguiar
Amazonas

Edelcídes Lino de Melo
Brasília

Ponciano Reginaldo Polesi
Espírito Santo

Raimundo Nenato Santos Pereira
Maranhão

Mafuci Kadri
Mato Grosso do Sul

Victor Swami Ribeiro Alves
Pará

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARA
ESPÍRITO SANTO
GOLAS
MARANHÃO
MATO GROSSO
M. GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARA
PARAIBA
PARANA
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
R. GRANDE DO NORTE
R. GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASILIA

Marcos Antônio de Araújo Leite
Paraíba

Milton Gouveia da S. Filho
Pernambuco

Waldemar Zveiter
Rio de Janeiro

José Júlio Santos Medeiros
R. G. do Sul

Cláudio Barbosa de Araújo
Roraima

Santo Taricano, PGM
São Paulo

Jair de Alcântara Parango
Tocantins

João Carlos Silveira
Piauí

Ernani Napoleão Lima
Piauí

Wilson Colier
R. G. do Norte

Renato Conelli
Rondônia

Aírton Edmundo Alves
Santa Catarina

Antônio Pontes Freitas
Sergipe

• Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil

Secretaria Geral

~~DOCUMENTO A QUE SE REFERE~~

Brasília, 01 de agosto de 2005.

Ofício Circular SG n.º 004-2005/2007

CONFEDERADAS

Estados:

AL
ALAGOAS
AMPA
AMAPONAS
BAHIA
CEARA
ESPÍRITO SANTO
GOIAS
MARANHÃO
MATO GROSSO
MATO GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARANÁ
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
RIO GRANDE DO NORTE
RIO GRANDE DO SUL
RIO NORTE
RODRIGUES
SANTA CATARINA
SANTA PAULA
SÃO PAULO
TOCANTINS

Distrito Federal

BRASILIA

Senhor Senador,

A CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL – C.M.S.B., reunida em sua XXXIV Assembleia Geral Ordinária, na cidade de Vitória – Capital do Estado do Espírito Santo, no período de 12 a 16 de julho p.p., deliberou expedir o documento denominado “**PROCLAMAÇÃO AO POVO BRASILEIRO**”, envolvendo a atualidade Sócio-Política e Econômica do País, cuja cópia, de inteiro teor, temos a satisfação e honra de oferecer à vossa consideração.

À oportunidade, servimo-nos do ensejo para apresentar a V. Ex^a, protestos da mais respeitosa e distinta consideração.

Respeitosamente,



DR. WILSON FILOMENO
Secretário Geral

Excelentíssimo Senhor
MOZARILDO CAVALCANTI
Líder do PTB no Senado Federal
Brasília - DF

Turismo histórico: a rota do ouro intocada

MOZARILDO

noSSa História

Ano 2 / nº 20 R\$ 7,80

junho 2005

EDITADA COM

O CONSELHO DE PESQUISA DA
BIBLIOTECA NACIONAL

O poder secreto da

Maçonaria

O conflito com a Igreja

A Ordem na Independência

A influência na política

Dona Beja

Os interesses por trás do mito

Previdência social

Um legado de crises

E mais:

Humor na ditadura

Entrevista: Sanjay

Subrahmanyam

Festas juninas

Maçonaria

Grande Oriente tropical

Ministros, regentes, generais, intelectuais, presidentes da República e até mesmo um imperador. A galeria de membros da Maçonaria brasileira muitas vezes se confunde com um "quem-é-quem" da história nacional. Ora perseguida, ora cortejada pelo poder público, a Ordem Maçônica ajudou a escrever partes importantes da Independência e dos processos que levaram ao surgimento de um Brasil laico e republicano – com base em seus conceitos de liberdade política e religiosa. Com suas origens remontando ao misticismo

tério (arquitetos da Antiguidade, templários foragidos ou construtores medievais?), a Maçonaria revelou-se no início do século XVIII, chegou ao Brasil oficialmente em 1801 e participou ativamente da criação do novo país. Veja nas próximas páginas um pouco da misteriosa origem da Maçonaria, sua atuação na Independência, seus conflitos com a Igreja Católica – culminando na prisão de dois bispos por ordem de d. Pedro II – e suas estratégias no século XIX, além de conhecer um pouco do simbolismo da Ordem e de suas transformações para o futuro.

Grande Oriente tropical

≈ Ziéde C. Moreira

Herança medieval

Construtores erguendo uma torre, detalhe do manuscrito *De Rerum Naturis*, século XI: o caráter sigiloso de sua corporação estaria na base da Maçonana moderna

Exposta ao mundo no início do século XVIII, a Maçonaria teria suas raízes na aproximação entre corporações de ofício e ordens como a dos templários

Alguns autores acreditam que as atividades maçônicas tenham existido nos tempos da Antiguidade, citando indícios no cenário cultural dos mundos egípcio, hebreu, grego e romano. Mas suas raízes estão situadas mais claramente na Europa da Idade Média.

Nesse período surgiram as universidades, as companhias de comércio e as corporações de ofício, sociedades fechadas que reuniam trabalhadores especializados. Durante a Idade Média multiplicaram-se também as chamadas Ordens religiosas e as militares. Para completar o cenário, a Europa vivia inquieta pela expansão do islamismo. Para expulsar os muçulmanos da Terra Santa, os cristãos promoveram, a partir do século XI, as cruzadas.

Antes de iniciar-se a segunda cruzada (1147-1149), alguns remanescentes da anterior, especialmente nove cavaleiros franceses, que elegeram Hugo de Paiens como seu primeiro grão-mestre, fundaram em 1118 a Ordem dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém, também conhecida como “Ordem do Templo”.

Ao longo de duzentos anos, os templários desenvolveram atividades militares, culturais e econômicas

que lhes renderam uma enorme fortuna – e despertaram atroz inimizades. Em 1307, instigado pelo rei francês Felipe IV, o Belo, o Papa Clemente V declarou a ordem proscrita. Seu último grão-mestre, Jacques de Molay, foi queimado vivo em Paris em 1314, enquanto o rei Felipe apossava-se dos bens dos templários.

Grande parte dos cavaleiros que escaparam da perseguição fugiu para a Escócia, onde ampliaram o ponderável apoio material e cultural (que, ali, já acontecia) à Corporação de Ofício integrada pelos profissionais da construção arquitetural.

Os construtores, intitulados maçons, na Europa (de *masson*, no francês arcaico, *mason* no inglês e *makio*, termo que os germânicos adotavam para construtores), compunham uma respeitada e próspera Corporação de Ofício, responsável pela criação de prédios monumentais e pela aplicação de uma avançada engenharia ornamental.

Esses trabalhadores não estavam submetidos à servidão medieval, que prendia o súdito ao senhor feudal. Assim, estavam livres para circular e agir de uma região a outra. Suas técnicas e habilidades eram guardadas em sigilo e transmitidas confidencialmente. Os interessados que demonstrassem as

muitas aptidões exigidas eram admitidos como aprendizes do ofício.

O ingresso do aprendiz na Corporação dos maçons compreendia procedimentos ritualísticos, assimilados com os das celebrações exercidas pelas antigas sociedades secretas, que ocultavam seus mistérios aos profanos. Os pedreiros livres de uma Corporação de Ofício, a exemplo das outras, repartiam-se em três graus de capacitação hierárquica, investidos por meio de rituais litúrgicos próprios: aprendizes, companheiros e mestres.

Existem versões de que três cavaleiros templários, refugiados na Escócia, teriam contratado com a Corporação de Ofício dos maçons (arquitetos pedreiros) e com a Confraria dos Cavaleiros de Santo André a fundação de uma Ordem Capitular, em 1340, organizada conforme os moldes do regime usual na Maçonaria simbólica.

Consta que, provavelmente nas últimas décadas do século XVI, havia associações de maçons aliadas a confrarias escocesas que aceitavam a parceria com pessoas estranhas às regras da ação operativa. Os obreiros maçons da Escócia, com o apoio e o patronato da dinastia Stuart, receberam instruções e formalismos que impregnaram sua organização com inclinações para novos rumos teóricos.

Existem registros sobre a admissão, na confraria corporativa maçônica, em 1646, do alquimista Elias Ashmole, estranho às práticas dos obreiros construtores escoceses. O sistemático ingresso de membros teóricos induziu à introdução de temas filosóficos nos salões dos maçons práticos. Os membros teóricos eram instruídos em artes e ciências diversas, acrescentando outros assuntos aos temas dos construtores. Desse processo nasceu o filosofismo maçônico e a criação de novos graus, além dos três originais.

Os núcleos de ação maçônica tomaram a designação de loja. A partir de 1691, além da palavra britânica *mason*, usada para identificar o integrante de uma loja, passou-se a empregar a expressão *free and accepted mason* (maçom livre e aceito), que se refe-

ria ao membro não-operativo.

As inovações metodológicas se difundiram por toda a Grã-Bretanha, de tal maneira que, em 24 de junho de 1717, dia de São João Batista, as quatro células da capital inglesa decidiram fundar a Grande Loja de Londres. Com uma administração colegiada, ela teve a incumbência de revisar e consolidar os princípios básicos, de acordo com o regulamento das atividades maçônicas anteriores.

Em 1721, James Anderson, clérigo da Igreja Anglicana, foi encarregado de redigir um manual com os “marcos” (*land marks*), um compêndio que se prestasse para uniformizar o simbolismo maçônico. O livro das *Constituições* de Anderson foi publicado em 1723, trazendo uma série de dispositivos, extensivos a todas

as lojas. Entre eles estão os princípios da igualdade dos seres humanos, da liberdade de pensamento, da amizade fraternal e do sigilo. O texto determina também que só podem ser admitidos homens adultos, livres, de bons costumes e que acreditem na existência de Deus – independentemente da religião que professam.

Desde aqueles tempos, surgiu uma instituição formal e regular, disseminada em todos os continentes e em quase todas as nações, com o nome de Maçonaria, também cognominada FrancoMaçonaria.

Como consequência da multiplicação universal das lojas maçônicas (federadas em Grandes Lojas ou em Grandes Orientes, termo criado na França) e, diante do interesse pela conservação dos antigos princípios, catalogados em roteiro regulamentar credenciado, fundou-se a Grande Loja da Inglaterra, em 1751, que supervisiona a unidade mundial do funcionamento simbólico da Maçonaria. ■

Para saber mais

CASSARD, Andrés.

Manual de la Masonería. México: Editorial Grijalbo, 2 tomos.

NAUDON, Paul. A

Maçonaria. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PALOU, Jean. A

FrancoMaçonaria simbólica e iniciática. São Paulo: Pensamento, 2003.

No alto, cavaleiro templário em batalha, detalhe de afresco do século XII: após a extinção da Ordem, seus antigos membros aliaram-se aos construtores, fundando associações que teriam suas *Constituições* unificadas no século XVIII (centro da página)

ZIIDE C. MOREIRA é professor aposentado na Universidade Federal Fluminense, mestre maçom instalado, grau 33, membro da Academia Maçônica de Ciências, Artes e Letras do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro e autor de *O caminho do ofício místico*. São Paulo: Madras Editora, 2004.

Grande Oriente Brasileiro

~ Marco Morel

A Ordem e o Império

Trazida para o Brasil oficialmente no primeiro ano do século XIX, a Maçonaria participou ativamente do processo de independência do país

Marcado por luzes e trevas, o surgimento das maçonarias no Brasil ainda é pouco conhecido. Superdimensionadas por escritores maçons ou banalizadas por pesquisadores que não têm acesso a documentos consistentes, as maçonarias, entretanto, estavam entre as mais importantes formas de associação do período da Independência e início da construção do Estado nacional brasileiro e desafiam até hoje o conhecimento histórico.

Coroação de d. Pedro I, segundo Debret: foi durante uma reunião maçônica que surgiu a idéia de chamar o Brasil de "Império" e de "imperador" seu governante

Apesar das especulações em contrário, a Loja Reunião, do Rio de Janeiro, é comprovadamente a primeira a ser criada e a reunir-se regularmente no Brasil, em 1801. Tal testemunho veio de um dos mais importantes líderes maçônicos, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), conhecido como "Patriarca da Independência" e que atribuiu a fundação desta "primeira Loja Simbólica Regular" no país, ligada ao *Grand Orient d'Île-de-France*, à iniciativa de um misterioso "cavalheiro Laurent", viajante no navio de guerra francês *Hydre*, que fazia a rota para a ilha Bourbon. Antes disso pode ter havido agremiações secretas não-maçônicas. Ou, então, as que existiram foram tão clandestinas que não deixaram maiores rastros, atizando a chama da curiosidade de autores do século XX que, mesmo sem documentação, procuraram "evidências", com destaque para a Conjuração Mineira de 1789, muitas vezes apontada como obra de maçons, da mesma forma que a Conjuração Baiana de 1798.

Existiram raras e nebulosas agremiações maçônicas nos principais centros brasileiros no fim do período colonial, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde a derrotada República de 1817 tornou evidente a presença deste tipo de entidade. Hipólito da Costa,

Para saber mais

BARAFA, Alexandre M.

A Maçonaria, sociedade ilustrada e independência (Brasil, 1790 - 1822)

Tese de Doutorado em História, Campinas/SP, Unicamp, 2002

_____. *Luzes e sombras, a ação da Maçonaria brasileira (1790 - 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.COLEISS, Eliane Lúcia. *A Maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002.
Reunão da Maçonaria em Londres, 1808. Hipólito da Costa, que editou na capital inglesa o *Curtis*.
Maçons, faz a propaganda maçônica

Este primeiro Grande Oriente do Brasil se tornou referência historiográfica obrigatória e mesmo formadora de memória histórica, na medida em que outras maçonarias, posteriores, se apresentavam como autênticas herdeiras desta matriz. A instituição, com sede na Rua do Conde (atual Rua Visconde de Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro), foi reconhecida pelos Grandes Orientes da França, Inglaterra e Estados Unidos e era adepta do Rito Francês Moderno, um dos modelos de organização simbólica mais difundidos na época.

Em seus primórdios, o Grande Oriente brasileiro teve como membros mais influentes: Gonçalves Ledo (que breve se exilaria em Buenos Aires), José Bonifácio (o grão-mestre), todo-poderoso ministro, e o próprio d. Pedro (ver *box*).

O Grande Oriente brasileiro aglutinava em 1822, três lojas cariocas: Comércio e Artes, Esperança de Niterói e União e Tranquilidade. Este primeiro avanço do movimento associativo moderno será logo reprimido pelo novo Império, com a proibição, assinada pelo irmão Guatimozim (d. Pedro I) em 21 de outubro de 1822, dos trabalhos maçônicos e das associações políticas durante todo o Primeiro Reinado. A escalada repressiva culminaria, cerca de um ano depois com o fechamento da primeira Assembleia Constituinte brasileira, a prisão e o exílio de deputados.

Apesar da repressão, sabe-se que algumas dessas agremiações continuaram a existir na clandestinidade no Rio de Janeiro, como a Loja *Bouclier d'Honneur* (Escudo da Honra) e o Apostolado, ambos em 1823 e, dois anos depois, a Vigilância da Pátria, di-

A “miragem” dos arquivos maçônicos

Afinal, onde estariam os propalados arquivos maçônicos? Esta peculiar pouca visibilidade de fontes documentais gera uma ambigüidade que pode causar um conhecimento escorregadio: determinadas informações são repetidas sem que se saiba exatamente de onde surgiram, embasando interpretações controversas e “fatos” nem sempre comprovados. Ainda mais quando o assunto é confrontado com a produção intelectual de escritores maçons: como supostos detentores de acervos que não podem ser revelados, em alguns casos fazem afirmações sem comprová-las.

Entretanto, sabe-se que na França, por exemplo, as maçonarias doaram os acervos anteriores ao século XX para a Bibliothèque Nationale. Na Espanha, a repressão franquista acabou incorporando boa parte desta documentação aos arquivos públicos. E no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, há significativos documentos sobre o assunto. No Brasil, especula-se sobre a existência de “tesouros” documentais que estariam escondidos em poder das instituições maçônicas, mas até que ponto não estaríamos aqui diante da chamada “miragem dos arquivos”? É possível que parte do acervo maçônico referente ao século XIX no Brasil tenha se dispersado ou perdido em mãos de particulares, colocando-se o desafio para os pesquisadores de trabalharem com os documentos dos arquivos públicos, que são muito mais vastos sobre o tema do que se pode supor à primeira vista. Há, por exemplo, na Fundação Biblioteca Nacional, vasta documentação maçônica do século XIX, como jornais, boletins, manifestos, panfletos, livros e manuscritos.

tendências liberais e oposicionistas, integrada por Nicolau de Campos Vergueiro (futuro senador em 1828 e regente em 1831). Sem falar do jornal *Despertador Constitucional Extraordinário*, redigido em 1825 pelo baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto, conhecido dirigente maçom, em cujas páginas havia pregações maçônicas.

Mas será somente com a crise e o fim do Primeiro Reinado e no período das Regências (1831–1840) que os trabalhos maçônicos serão retomados de maneira regular, embora já sem a importância de 1822. Nos anos 1830 assistiu-se a um crescimento considerável das maçonarias e, ao mesmo tempo, a um verdadeiro “canibalismo” maçom, com a existência de cinco Grandes Orientes somente no Rio de Janeiro, além de dissidências e intrincadas brigas entre os grupos, revelando como era difícil a busca de fraternidade e perfeição. Neste período surgiram os primeiros textos formalmente maçônicos impressos e tornados públicos no Brasil. ■

MARCO MOREL é professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor de *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: Hucatec, 2005.

Guatimozim, imperador do Brasil

A trajetória maçônica de d. Pedro I foi ao mesmo tempo fugaz e fulminante. Em 2 de agosto de 1822 o ainda príncipe regente Pedro foi acolhido pelo Grande Oriente do Brasil como simples iniciante, no primeiro grau, por iniciativa do grão-mestre José Bonifácio. Na reunião seguinte, três dias depois, passou para o grau de mestre. E na sessão de 4 de outubro, ausente aliás Bonifácio, d. Pedro foi aclamado grão-mestre, galgando assim em dois meses todos os degraus da Perfeição Universal – oito dias antes de sua aclamação pública como imperador do Brasil.

A filiação do príncipe e futuro imperador d. Pedro I ao Grande Oriente em 1822 não foi originalidade brasileira e seguiu modelo comum na Europa. Havia uma espécie de jogo entre os maçons e o poder dos príncipes – aqueles buscando proteção e espaço e estes aproveitando para se legitimarem no campo das “novas idéias” e também controlar este tipo de atividade. Entretanto, a aliança brasileira não durou muito, pois 17 dias depois de ascender a grão-mestre, d. Pedro I proibiu por escrito as atividades maçônicas, assinando-se Pedro Guatimozim. Esse era o apelido maçônico do monarca e o nome do último chefe indígena asteca, chamado de imperador pelos espanhóis, que o assassinaram.

Ilmo Lido
 Comandado fazer estes arrangements tanto Públicos co-
 mo Particulares na M.O. de modo prático como sempre
 do mundo como M.O. e os trabalhos M.O. se sempre
 das outras reuniões ordinárias. Minhas M.O. e de mais
 trabalhos agora resta me restarem os meus prosta
 tes como M.O.

Pedro Guatimozim, Grão-Me.
S. Henrique 18 de 22

P. I.
 Hoje mesmo não
 ter o cargo, e a favor
 e uma pessoa que não
 a importância por ser
 de se conseguir o
 tem e está muito bem
 trabalhando.

Acima, carta de d.
 Pedro I (assina “Pedro
 Guatimozim”) a
 Gonçalves Ledo (“meu
 Ledo”) suspendendo
 os trabalhos
 maçônicos, outubro
 de 1822: o imperador
 foi grão-mestre do
 Grande Oriente. Ao
 lado, trono que teria
 usado no cargo,
 adornado com ouro e
 incrustado de marfun

Grande Oriente Tropical

Alexandre Mansur Barata

Compasso e esquadro na sala de aula

A eleição para o grau máximo da Maçonaria em 1872 dividiu os votos entre o visconde do Rio Branco e Saldanha Marinho expondo seu conflito interno

Ritual maçônico em gravura do século XIX. As práticas secretas da Ordem adquiriram, na imaginação de muitos, um caráter maligno e conspiratório

Crianças em um colégio cujo diretor era maçom, desenho de Agostini, 1864. O envolvimento da Ordem com a educação indicava seu comprometimento com a causa progressista

Livre da perseguição, mas em constante pé de guerra com a Igreja, a Maçonaria brasileira entrou o século XIX enfrentando divisões internas e aumentando sua presença na educação

Final do século XIX e o início do XX foram efervescentes para os maçons e para a Maçonaria no Brasil. Vivia-se uma situação de quase total visibilidade. As perseguições, que marcaram o início do século XIX, haviam cessado. Os locais das reuniões maçônicas eram conhecidos e importantes figuras do Império e depois da República assumiam publicamente fazer parte da Maçonaria. Através do *Almanak Laemmert* - publicado anualmente no Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado com a relação das autoridades públicas da administração imperial e provincial, bem como calendário, dados estatísticos, relação dos estabelecimentos comerciais, das associações, das sociedades e academias -, por exemplo, podia-se saber quem eram os principais dirigentes maçônicos, a relação das lojas em funcionamento e os ritos praticados por elas.

As lojas maçônicas, com seus nomes sugestivos (Caridade; Caridade e União; Perfeita Amizade; Esperança; Luz Brasileira; Igualdade e Beneficência; Amor ao Trabalho; Progresso, Trabalho e Honra, entre outros), funcionavam como importantes espaços de sociabilidade e convívio, influenciando no cotidiano tanto das cidades pequenas quanto das maiores.

Nelas os grandes temas que mobilizavam a sociedade brasileira do período eram discutidos e novas práticas culturais eram aprendidas. Talvez a mais importante, como aponta a historiadora Margaret Jacob, seja a crença de que o mérito e não o nascimento constituía o fundamento para a ordem social e política. Através da imprensa, dos debates parlamentares, os maçons procuravam se apresentar como herdeiros das "Luzes", como membros de uma organização filantrópica e dedicada à causa do progresso. Procuravam afirmar a imagem da Maçonaria como uma escola onde se ensinava e aprendia as virtudes fundamentais: a liberdade de pensamento, a independência da razão, o auxílio mútuo.

Por outro lado, era crescente na imaginação de parcelas expressivas da sociedade brasileira a percepção da Maçonaria como uma instituição secreta e fechada, extremamente organizada e coesa, voltada para a prática do mal, da subversão e da conspiração. Como dizia o jornal católico ultramontano (ligado ao movimento de reafirmação da autoridade do Papa) *O Apóstolo* em julho de 1871: "Na loja oculta, os maçons arremessam a máscara, desprezam e repelem o simbolismo ao mesmo tempo ridículo e

perverso das primeiras iniciativas, vão direto ao fato: Guerra a Deus, ao seu Cristo e a sua Igreja! Guerra aos Reis e a todo poder humano que não esteja conosco! Tal é a divisa, tal é o seu grito de reunião”.

Essa associação entre Maçonaria e conspiração ganhou grande força com os desdobramentos da chamada “Questão Religiosa”, conflito que acabou por envolver o Estado Imperial, a Maçonaria e a Igreja Católica, particularmente, entre os anos de 1872 e 1875 (ver artigo na página 26).

Quando os episódios da “Questão Religiosa” eclodiram, a Maçonaria no Brasil se encontrava marcada por grandes divisões internas, evidenciando uma organização muito mais complexa e cheia de contradições. Ela possuía duas Obediências diretoras: o “Grande Oriente do Brasil – ao Vale do Lavradio”, liderado pelo visconde do Rio Branco (1819-1880), que, na época, também ocupava a presidência do Conselho de Ministros, e o “Grande Oriente do Brasil – ao Vale dos Beneditinos”, liderado por Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895). Essa grande cisão teve início em 1863, quando aproximadamente 1.500 maçons, liderados por Saldanha Marinho, descontentes quanto ao processo eleitoral para a direção do Grande Oriente do Brasil, formaram o Grande Oriente do Brasil – ao Vale dos Beneditinos.

Diante da radicalização dos debates, tentou-se

uma união entre os dois círculos maçônicos – Lavradio e Beneditinos com a criação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, em maio de 1872. Esta união durou pouco, dividindo-se novamente a Maçonaria em setembro do mesmo ano e só voltando a se unificar

11 anos depois. O motivo desse novo cisma pode ser atribuído aos descontentamentos quanto ao resultado do processo eleitoral para a escolha do grau mestre da nova Obediência, bem como as disputas pessoais.

A existência de duas Obediências no seio da comunidade maçônica mostrava as diferentes concepções quanto a forma de atuação da instituição. Enquanto os ma-

çons do Círculo do Lavradio defendiam que as lojas maçônicas se ocupassem essencialmente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência, o Círculo dos Beneditinos sustentava que a Maçonaria deveria se envolver de forma mais ativa nas questões políticas externas ao mundo fechado das lojas maçônicas. Deveria ser seu programa disseminar a educação livre e racional, promover a instituição do casamento e do registro civil, defender a secularização dos cemitérios, promover a absoluta liberdade de culto. Como constava do seu Boletim, em 1873, “se a Maçonaria deve em geral afastar-se dos pleitos dos partidos, não se segue que deva, que possa mesmo ficar indiferente, quando, por uma aberração inqualificável, se tente nesses países aniquilar os princípios que mais do que ninguém ela proclamou e defendeu, procurando torná-los os guias seguros e invioláveis das sociedades modernas. Essa indiferença seria uma traição ao seu glorioso passado, um triste repúdio de suas nobres tradições, um insulto à memória de seus mártires, uma covardia indigna, um suicídio miserando e vil”.

Em março de 1882, Saldanha Marinho pediu demissão do cargo de grau mestre do Círculo dos Beneditinos, possibilitando, dessa forma, as negociações para a fusão definitiva dos dois Grandes Orientes. A união oficial da Maçonaria brasileira foi então realizada em 18 de janeiro de 1883.

O visconde do Rio Branco, através de seu cargo de Visconde da Real Chancelaria, foi o responsável por mediar a união entre o Grande Oriente do Brasil – ao Vale do Lavradio e o Grande Oriente do Brasil – ao Vale dos Beneditinos. Ao lado, seu brasão de armas com o símbolo maçônico.

A partir da década de 1890, o Grande Oriente do Brasil se agitou novamente. Paralelamente à instalação da ordem republicana federalista, muitas lojas passaram a questionar a autoridade do Grande Oriente do Brasil como Obediência central, ocorrendo a criação de Grandes Orientes estaduais autônomos e independentes, como o Grande Oriente Paulista (1893), Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul (1893) e Grande Oriente Mineiro (1894).

Apesar dos desafios institucionais e do conflito com a Igreja Católica, com os quais a Maçonaria passou a se defrontar no período, verificou-se um crescimento expressivo do número de lojas maçônicas nas diferentes regiões do país. Se, entre 1861 e 1865, funcionavam aproximadamente 180 lojas maçônicas, este número cresceu para 244 de 1885 a 1890 e alcançou um total de 615 entre os anos de 1901 e 1905.

Esse crescimento quantitativo do número de lojas maçônicas foi acompanhado por uma ampliação da atuação delas, ainda pouco estudada, nos campos da beneficência, do auxílio mútuo e da educação. Pertencer a uma sociedade que apontava para o estabelecimento de uma rede de proteção e de apoio entre seus membros era algo extremamente sedutor. Mas, como analisa Marco Morel, a filantropia praticada pelos maçons se distinguia tanto da tradicional caridade cristã quanto da fraternidade revolucionária. “A filantropia, tocada pelo espírito das Luzes, era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (os passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era uma forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela.” A solidariedade entre os maçons variava do auxílio financeiro aos irmãos, mais necessitados, às viúvas e aos órfãos de irmãos maçons. Consta-se também, sobretudo a partir de 1870, maior envolvimento das lojas com atividades beneficentes voltadas para os não-maçons. Muitas delas acabaram por construir e financiar asilos, orfanatos e hospitais. São exemplos: o Asilo de Mendicidade mantido pela Loja Renascença Maranhense; o Asilo de Mendicidade do Ceará, mantido por todas as lojas da cidade de Fortaleza; o Asilo de órfãos, mantido pela

Loja Estrela do Oeste da cidade de Ribeirão Preto (SP).

Entretanto, o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação de suas idéias foi o investimento na construção de uma rede de escolas e na criação de “aulas noturnas” e bibliotecas. Como afirmava o editorial do jornal *Aurora Escossez*, em 1881, a Maçonaria deveria “atuar sobre a educação que dá a primeira forma aos corações humanos, sobre as sociedades que agrupam os indivíduos e, assim, influindo sobre os governos que caminham à frente das sociedades”.

A instalação de escolas era uma prática conhecida e largamente utilizada na Europa. No Brasil, esse engajamento da Maçonaria com a educação começou a partir de 1870, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX. Já em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma Loja com o título distintivo de Vésper, e com o fim especial de difundir a instrução junto aos setores populares. Para os maçons, a universalização do ensino laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância. De forma análoga, essas escolas procuravam combater a identificação da Maçonaria com a idéia do “complot”, da conspiração, que tanto o ultramontanismo católico naquele período incentivou. Como alertava o *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*, em 1872, “Instruamos nossas mulheres, instruamos nossos filhos. Nós os libertaremos do medo, do terror que certos homens se obstinam em fazer penetrar em suas almas fracas e sensíveis por doutrinas insensatas, e por mentiras que todos os dias impunemente divulgam”.

Possuindo uma dinâmica de crescimento e de atuação bastante específica, a Maçonaria brasileira se mostrou estreitamente ligada à vida política, social e cultural do país. Interagindo, interferindo, trazendo para o seu interior os debates que mobilizavam o espaço público, a Maçonaria revelou-se um instrumento significativo para a compreensão da sociedade brasileira do período com suas contradições e particularidades. ■

ALEXANDRE MANSUR BARATA é professor de História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: CMU – Editora da Unicamp, 1999.

Para saber mais

AZEVEDO, Celia M. M. de. “Maçonaria: história e historiografia”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez.-fev/96-97.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

MAOREL, Marco. “Sociabilidades entre Luzes e Sombras. apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.

VÊSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFSM; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

Grande Oriente do Rio de Janeiro, antiga sede nacional da Maçonaria. O federalismo da República estimulou a descentralização da Ordem

Grande Oriente tropical

· Eliane Lucia Colussi

Questão de fé

Ideais de liberdade religiosa e ensino laico puseram a Maçonaria em rota de colisão com a Igreja Católica, num conflito que, no Brasil, culminou com a prisão de bispos em 1874

Afinal... deu a mão à palmaria! A charge de Bordallo, de 1875, brinca com a Questão Religiosa, quando o Império se viu no meio da disputa entre

A historiografia brasileira dedicou pouco espaço aos estudos sobre a Maçonaria. Em 1939, Gustavo Barroso (1888-1959) chamou a atenção sobre a importância da instituição maçônica na sua *História secreta do Brasil*. Um dos principais expoentes do pensamento conservador-católico, o autor afirmava que a história brasileira poderia ser explicada através da teoria do *complot* judaico-cabalistico-maçônico. A

étnicos, agia subterraneamente e seria a responsável por muitos dos desfechos da política brasileira.

Diversos mitos presentes até hoje na Maçonaria no Brasil tiveram sua origem nas teses de Barroso, entre os quais ela ser fonte de influência na política. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ordem fez pesada oposição ao absolutismo e à Igreja, congregando a elite econômica e intelectual ascendente. Essa

postura gerou uma série de conflitos com o clero, que reagiu tentando restaurar e até mesmo endurecer um catolicismo autoritário, quase medieval.

O crescente desprestígio do catolicismo no século XIX motivou a Igreja a adotar políticas que revigoraram o chamado ultramontanismo – movimento que pregava a retomada da autoridade papal “além das montanhas” que separavam a Itália do resto da Europa. O ultramontanismo foi uma reação a leis que, nos países católicos, subordinavam a Igreja à autoridade do Estado, como acontecia no Brasil. Do outro lado, o pensamento anticlerical reunia um amplo leque de pensadores, incluindo liberais, maçons, nacionalistas, positivistas, anarquistas e socialistas.

O confronto entre clérigos e maçons recrudescceu quando repercutiram no Brasil os ventos da política de romanização católica. Implementada pelo Papa Pio IX (1848-1879), essa política pretendia, a partir da retomada de posicionamentos conservadores, do prosseguimento de uma política de centralização da Igreja em torno da figura do papa e da intransigência liberal, reverter o quadro negativo enfrentado pelo catolicismo em escala mundial.

Um dos espaços importantes na disputa entre os posicionamentos clericais e anticlericais foi a política institucional. Os maçons transitavam com muita intimidade neste terreno. Muitos pertenciam ao Partido Conservador e outros tantos, ao Partido Liberal. A Maçonaria não orientava seus integrantes a seguirem uma ou outra corrente política. A liberdade de expressão, tanto religiosa como política, constituía-se em ponto fundamental a ser respeitado pelos maçons.

Tal postura não significava, porém, que a Maçonaria evitasse exercer algum tipo de influência no cenário político. No período em que se radicalizou a luta entre a ordem e a

Igreja Católica, houve diversas iniciativas que revelaram a necessidade de uma situação mais intensa dos maçons na política. Tratava-se de defender a liberdade de imprensa e discutir temas que envolviam a relação de Igreja e Estado, como o ensino religioso na rede pública, subsídios para a vinda de padres estrangeiros para o Brasil e a destinação de recursos para a construção e reforma de igrejas.

As irmandades religiosas foram outro espaço de disputas entre Maçonaria e Igreja Católica, especialmente a partir de 1872, quando aconteceu a chamada Questão Religiosa. Até então, era pública a presen-

ça de muitos integrantes do clero nas lojas maçônicas e de maçons nas irmandades religiosas – a maioria dos integrantes da Maçonaria no Brasil era formada por católicos. Apesar da aparente contradição, esse fato estava em sintonia com a situação mundial da ordem: a religião predominante num país tende a ser a mais comum dentro das lojas locais.

A Igreja Católica no Brasil, porém, mobilizou-se contra essa situação e passou a contra-atacar, publi-

cando bulas e cartas pastorais condenando a Maçonaria e as sociedades secretas. Os documentos de condenação previam várias penalidades aos anticlericais, incluindo a expulsão de padres maçons que não abjurassem a ordem e a suspensão dos trabalhos das irmandades e confrarias que estivessem sob suspeita de influência maçônica.

No início da década de 1870 o pensamento ultramontano já dominava o clero brasileiro. Havia um conflito de consciência entre a lealdade às diretrizes da Santa Sé e às leis do Império. A Constituição de 1824 determinava que a publicação e aplicação no Brasil de decretos, bulas e cartas papais dependiam do beneplácito (consentimento) do imperador. Em 1872, os bispos de Olinda, d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e de Belém, d. Antônio de Macedo Costa, resolveram cumprir as ordens de Roma. Desobedecendo ao beneplácito,

As irmandades, por ordem da Igreja, proibiram membros ligados à Maçonaria. Na charge de Agostini, o duque de Caxias é enxotado da irmandade da Santa Cruz dos Militares.

Até à chamada Questão Religiosa, era comum a presença de clérigos na Maçonaria e de maçons nas irmandades religiosas

Missa em Pernambuco no século XIX.
segundo Rugendas: o catolicismo, religião predominante no Brasil, era a confissão da maior parte dos maçons

suspenderam as irmandades religiosas que haviam se recusado a expulsar os maçons de seus quadros.

Em muitas cidades do Brasil ocorreu uma verdadeira caça às bruxas no interior das irmandades. Houve até mesmo a interdição dos templos de irmandades que não quiseram excluir das suas fileiras os membros maçons. Em 16 de janeiro de 1873, d. Vital lançou o interdito, como penalidade pela desobediência de expulsar os maçons de seus quadros, à Irmandade do Santíssimo Sacramento, No Paró, d. Macedo Costa editou uma pastoral em 25 de março de 1873 proibindo a presença de maçons nas irman-

dades. Foram punidas as Irmandades da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco.

As irmandades recortaram ao imperador que ordenou aos bispos que cancelassem a suspensão. Como eles se recusaram a obedecer, foram presos e condenados "no grau médio do Artigo 96 do Código Criminal que previa quatro anos de prisão com trabalhos". Anistiados em 1875, os prelados mantiveram suas decisões contra as irmandades, o que

Conflito de palavras

O confronto entre Igreja e Maçonaria no Brasil e no mundo se manifestou também em artigos de jornais, manifestos e até mesmo uma encíclica papal condenando de forma contundente a "seita dos maçons".

Trecho de "Os bispos e a Maçonaria no Brasil", publicado no Boletim do Grande Oriente do Brasil, em janeiro de 1873:

"Está patente o empenho, com que os bispos do Brasil procuram conflitos com a maçonaria. O episcopado brasileiro nesses últimos tempos provoca-nos constantemente, pondo a prova o critério e a prudência da associação maçônica. Se os bispos refletissem, conheceriam, que a luta que suscitam, só a eles pode prejudicar, com desvantagem da religião católica, a qual tão desastrosamente desejam servir. Com efeito, desde o sul até o norte do Império, os nossos bispos não deixam passar pretexto, de que se não prevaleçam para obterem-se infensos a congregação maçônica, cujo instituto todo humanitário, consagra-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem (...). A maçonaria dedica-se à causa do bem e quer o progresso da humanidade, sob a liberdade política e religiosa. (...) A maçonaria pugna pela liberdade humana: a teocracia porém nutre intentos bem diversos. Ao primeiro lance dos olhos não se compreende qual o motivo, porque o episcopado entre nós apresenta-se acirradamente hostil à maçonaria, e sai das suas custodiadas reservas para agredi-la".



Trecho da encíclica papal *Humanum Genus*, publicada em 20 de abril de 1884 pelo Papa Leão XIII.

"O Gênero Humano, após sua miserável queda de Deus, o Criador e Doador dos dons celestes (...), separou-se em duas partes diferentes e opostas, das quais uma resolutamente luta pela verdade e virtude, e a outra por aquelas coisas que são contrárias à virtude e à verdade. (...) Em cada período do tempo uma tem estado em conflito com a outra (...). Nesta época, entretanto, os partisans (guerrilheiros) do mal parecem estar se reunindo (...), liderados ou auxiliados por aquela sociedade fortemente organizada e difundida chamada os Maçons. Não mais fazendo qualquer segredo de seus propósitos, eles estão agora abruptamente levantando-se contra o próprio Deus. Eles estão planejando a destruição da santa Igreja publicamente e abertamente, e isso com o propósito estabelecido de despojar completamente as nações da Cristandade (...).

das bênçãos obtidas para nós através de Jesus Cristo nosso Salvador. (...) Eles declaram que seu único desejo é a melhora da condição das massas, e o compartilhamento com o maior número possível de pessoas de todos os benefícios da vida civil. Mesmo que estes propósitos fossem visados verdadeiramente, eles não são de modo algum o todo de seu objetivo. (...) Aquele que é o seu propósito último força-a a se tornar visível – especificamente, a completa destruição de toda a ordem religiosa e política do mundo que o ensinamento Cristão produziu".

contribuiu para que as relações entre Igreja e Império ficassem cada vez mais estremecidas. Por trás da presença ou não de maçons nas irmandades religiosas, o grande tema da Questão Religiosa foi a subordinação da Igreja Católica ao Estado brasileiro.

Além da liberdade política e religiosa, a educação popular foi sempre um tema muito caro à Maçonaria, com idéias comuns à dos liberais no século XIX. Eles acreditavam que a sociedade moderna, necessariamente laica e secular, originária da revolução intelectual dos finais do século XVIII, deveria assentar-se no conhecimento científico e racional, eliminando os vestígios medievais da influência católica.

As divergências entre as duas instituições adquiriram contornos de uma disputa político-institucional na educação. A idéia que se tinha era a de que por meio da educação das crianças e dos jovens se construiria o "futuro". Mas qual seria esse futuro? Para a maçonaria, ele estava intimamente ligado ao racionalismo/cientificismo, à modernidade e ao progresso. Para tanto era fundamental retirar das escolas públicas a obrigatoriedade

do ensino religioso. Uma das vitórias nessa luta foi um decreto de 1874, que dispensava das aulas de religião os alunos não-católicos. O fim do ensino religioso obrigatório só viria com a Constituição republicana de 1891. A Igreja Católica lutou bravamente contra a adoção do sistema educacional laico no Brasil.

Seu discurso alertava os católicos contra "o falso brilho das doutrinas da época".

É possível compreender o complexo quadro político e cultural brasileiro do século XIX também a partir da luta dessas duas instituições. O campo das idéias e das disputas em torno delas foi muito mais amplo do que os posicionamentos anticlericais e clericais abordados aqui. Num quadro em que a vida social se desenvolvia em poucos espaços públicos, a Maçonaria tornou-se efetivamente um lugar onde ocorria a sociabilidade da maior parte da elite. A Igreja Católica precisou empenhar-se muito para recuperar os espaços perdidos ou, talvez, até então não consolidados. ■

ELIANE LUCIA COLUSSI é professora de História na Universidade de Passo Fundo (RS) e autora de *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

Para saber mais

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
KOELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 1999.
Dom Vital de Oliveira. *(centro da página)* bispo de Olinda e dom Macedo Costa, de Belém, foram punidos porque obedeceram aos ordens do papa, expulsando os maçons das irmandades. Maçons golpeiam o ultramontanismo, movimento que procurava retomar o poder da igreja frente ao Estado.

Ingresso

Para ingressar na Maçonaria, um candidato precisa ser homem, livre, ter uma reputação ilibada e não ser judeu. O primeiro passo é ser convidado por um maçom. A partir daí, é feita uma sindicância dos antecedentes do candidato e entrevistas realizadas por três membros da loja com ele, com pessoas de sua convivência e com a família – no caso dos casados, se a esposa não aprovar explicitamente o ingresso, o nome do candidato sequer é levado à votação.

Apos a sindicância, os integrantes da loja fazem uma votação secreta. Caso haja algum voto contrário, o autor deste se identifica e explica suas razões. Cabe ao padrinho (o maçom que convidou o candidato) fazer a defesa e é feita uma nova votação, até que haja unanimidade. A partir daí, é marcada a iniciação do postulante no grau de aprendiz.

Maçons

A lista de maçons famosos é extensa, envolvendo nomes como Simon Bolívar, Franklin Delano Roosevelt, Louis Pasteur, Winston Churchill, San Martín, Robespierre e George Washington. No Brasil, pertenceram à Maçonaria personalidades como José Bonifácio (o primeiro grão-mestre do Grande Oriente do Brasil), Diogo Feijó, Gonçalves Ledo, Carlos Gomes, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva, duque de Caxias, Hipólito da Costa, general Osório,

A Ordem no Brasil

De acordo com a Constituição do Grande Oriente do Brasil (GOB) “A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, educativa, filantrópica e progressista”. Ela não se classifica como religião, ainda que ter uma fé religiosa de qualquer espécie seja condição fundamental para o ingresso.

Funcionam atualmente no Brasil duas potências reconhecidas entre si e internacionalmente: o GOB e a Grande Loja do Brasil. O primeiro reporta-se ao Grande Oriente da França; o segundo, à Grande Loja de Londres. Lojas fora dessas potências, assim como maçonarias mistas ou femininas, não são reconhecidas.

Cada loja segue um entre as dezenas de ritos maçônicos reconhecidos – todos têm em comum os três graus simbólicos (aprendiz, companheiro e mestre). Segundo Joaquim Gervásio de Figueiredo (autor do *Dicionário de Maçonaria*, da Editora Pensamento), o mais difundido no Brasil é o Rito Escocês Antigo e Aceito, criado na França em 1804, que conta ainda com outros trinta graus “filosóficos”, de “Mestre Secreto” a “Soberano Grande Inspetor Geral”. Outros ritos normalmente praticados no Brasil são o Brasileiro, o de York, o Adonhiramita e o Moderno ou Francês, que tem apenas nove graus.

Lauro Sodré, Henrique Valadares, marechal Mascarenhas de Moraes, marquês do Herval e barão de Cairu, entre outros. Entre os presidentes, foram maçons Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Washington Luiz, Café Filho e Jânio Quadros.

À esquerda, alegoria maçônica mostra o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, com os paramentos da Ordem. Brasileiros ilustres, como o jornalista e escritor Hipólito da Costa (ao lado), também pertenceram à Maçonaria

Grande Oriente tropical

O simbolismo maçônico

1197

Veja aqui o significado de alguns dos principais símbolos usados pelos maçons em seus rituais

No centro, condecoração maçônica feita de ouro e prata, incrustada com pedras preciosas, século XVIII. Foi usada por maçons do Rio de Janeiro

Acácia ♣ Acácia mimosa, a planta símbolo por excelência da Maçonaria encontrada largamente em cemitérios: representa a segurança, a clareza, e também a inocência ou pureza de espírito de todo maçom.

Avental ♣ Símbolo do trabalho maçônico: branco, e de pele, para os aprendizes (com a abeta erguida) e companheiros (com a abeta baixada); branco orlado de vermelho ou azul (dependendo do rito), e com diversos símbolos maçônicos para os mestres.

Colunas ♣ Símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do ativo e do passivo, do mundo material e do espiritual.

Compasso ♣ Símbolo do espírito, do pensamento nas diversas formas de raciocínio, e também do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto). Os círculos traçados com o compasso representam as próprias lojas maçônicas ou o Universo maçônico.

Delta luminoso com o olho que tudo vê ♣ Triângulo luminoso com um olho no centro, símbolo da força expandindo-se; também representa o próprio Grande Arquiteto do Universo e sua onisciência.

Esquadro ♣ Resultante da união da linha vertical com

a linha horizontal, é o símbolo da retidão e também da ação do homem sobre a matéria e sobre si mesmo.

Malhete ♣ Pequeno martelo, emblema da vontade ativa, do trabalho e da força material; instrumento de direção, poder e autoridade.

Pavimento em mosaico ♣ Chão em xadrez de quadrados pretos e brancos, com que devem ser revestidos os templos; símbolo da diversidade do globo e das raças, unidas pela Maçonaria; símbolo também da dualidade entre os mais diversos temas, como bem e mal, espírito e corpo, luz e trevas.

Pedra bruta ♣ Símbolo das imperfeições do espírito que o maçom deve procurar corrigir; e também da liberdade total do aprendiz e do maçom em geral. Simboliza o caminho inicial na preparação do maçom.

Templo ♣ Símbolo da construção maçônica por excelência, da paz profunda para que tendem todos os maçons. Local de trabalho e das ritualísticas.

Três pontos ♣ Símbolo com várias interpretações, aliás conciliáveis: fé, esperança e caridade; liberdade, igualdade e fraternidade; luz, trevas e tempo; passado, presente e futuro; sabedoria, força e beleza; nascimento, vida e morte. O triângulo formado por esses três pontos representa também a primeira forma geométrica perfeita, dotada de tamanho e área num espaço.

Avental maçônico do século XVIII, bordado com fios de ouro e decorado com rubis

Consultoria: Fabiano Jacobi, mestre maçom Adonhiramita do GOB GOERJ, Loja Scripta et veritas, n 1641

Ação política e oxigenação

Com parlamentares no Congresso Nacional, os maçons seguem atuando na política ao mesmo tempo em que atraem jovens para renovar a Ordem

Desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1962, um maçom não ocupa a Presidência da República, mas isso não significa que a Maçonaria tenha deixado de atuar na política brasileira. Segundo Sérgio Tavares Romy, Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro (GOERJ), a ordem tem hoje no Congresso Nacional 63 parlamentares – 55 deputados e oito senadores, num leque partidário que vai do PFL ao PT –, além de governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores. “Cada um deles segue o programa de seu partido, mas todos têm a concepção maçônica”, diz ele.

A Ordem, apesar de não ter orientação partidária, está longe de ser apolítica. “Dizemos que a Maçonaria não tem pátria, mas os maçons têm”, explica Romy. “Temos a obrigação de discutir políticas públicas, como educação, saúde e segurança, mantendo canais abertos com o poder público para nossos anseios e nossas sugestões.” Questões nacionais são tratadas pelo Grande Oriente do Brasil, e um grão-mestre estadual não pode opinar sobre assuntos fora de sua região.

Se a participação na política se mantém ativa, a tensão nas relações entre a Maçonaria e as religiões parece ter diminuído. De acordo com o grão-mestre, o que existem hoje são casos isolados de hostilidades por parte de pa-

dres, mas a relação do Grande Oriente do Brasil (GOB) com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é de respeito mútuo. “Há cardeais mais flexíveis do que outros. Um grande amigo da Maçonaria, por exemplo, foi d. Avelar Brandão Vilela (1912-1986), cardeal-arcebispo de Salvador”, diz ele.

Entretanto, o último documento oficial da Igreja Católica a tratar da Maçonaria mantém o tom duro. Respondendo a uma consulta em 26 de novembro de 1983, o então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina e Fé, cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, foi taxativo: “Os fiéis que pertencerem às associações maçônicas estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão”.

Questões religiosas à parte, o GOERJ aposta na renovação da Ordem através do ingresso de jovens. Foram criadas “lojas universitárias” e aplicadas isenções de taxas. “Nós temos a experiência, mas nos falta às vezes a energia e, num bom sentido, a loucura que o jovem tem. A Ordem tem que ser oxigenada”, diz Romy. Segundo ele, entre os atrativos para os jovens está o contato com pessoas mais experientes e o aprendizado, durante os estudos maçônicos, de conceitos de filosofia, legislação, história, oratória etc. “Costumo dizer que a Maçonaria é uma fisioterapia espiritual”, conclui o grão-mestre. (Leonardo Pimentel)

Colunas de estilo egípcio entestam o Grande Templo do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro

A cultura brasileira vai invadir a França. E é a gente que vai levar.

VARIG. Transportadora Oficial do Ano do Brasil na França.



VARIG

A STAR ALLIANCE MEMBER

A GENTE VAI MAIS LONGE POR VOCÊ.

~ Claudia Thurler Ricci

Museu Nacional de Belas-Artes *de Adolfo Morales de los Rios*

Adolfo Morales de los
Rios, *Projeto da Escola
Nacional de Belas-
Artes*. Zincografia, 49 x
81cm. 1906. Coleção
Claudia Thurler Ricci

Marco da arquitetura eclética no Brasil, o prédio quase
centenário projetado pelo espanhol Morales exibe a influência
da missão francesa na primeira academia de artes do país

Quem caminha hoje na Cinelândia, coração do centro do Rio de Janeiro, depara com um conjunto arquitetônico monumental. Ali estão o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Câmara dos Vereadores, o Centro Cultural da Justiça Federal e um outro, que há meses ganhou as manchetes dos jornais por seu precário estado de conservação: o Museu Nacional de Belas-Artes. A história dessa construção

começa em época crucial para o Rio de Janeiro e o Brasil. Vivía-se, por volta de 1900, a euforia do início de século, acompanhada pelas incertezas de um novo regime político e por uma profunda necessidade de mudança. As transformações que tinham lugar nas mentes e nos discursos deveriam agora se manifestar no desenho da capital federal. Sob a coordenação do prefeito Pereira Passos (1902-1906), foi inicia-

da em 1904 a remodelação e o embelezamento da cidade, como parte de um amplo projeto da elite política e cultural da recente República para modernizar a sociedade brasileira. As obras deveriam traduzir um novo conceito de espaço urbano e arquitetônico que organizasse física e simbolicamente a capital.

Inaugurada em 15 de novembro de 1905, a Avenida Central (nomeada Rio Branco em 1912) se

MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES

torna palco de grandes inovações. Os prédios públicos instalados ali deveriam refletir o progresso político e o avanço cultural do país (ver *NH* n.17, p. 42). Esbarra-se assim em uma outra história: a da Escola Nacional de Belas-Artes. Foi criada ainda no tempo do “rei velho”, d. João VI, patrocinador em 1816 da vinda de artistas franceses para o Rio de Janeiro, com o objetivo de estruturar uma academia de artes. Nascia a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios; depois chamada, em 1824, Academia Imperial de Belas-Artes. Apesar do título pomposo, seu funcionamento sempre foi insuficiente: o prédio, projetado perto da Praça Tiradentes pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny (1772-1850) para abrigá-la, acabou sendo ocupado parcialmente pelo Tesouro Nacional, o que representou, para professores e alunos, um incômodo que persistiu durante todo o Império.

Mas os novos ventos da República pareciam vir de encontro às antigas aspirações: é rebatizada com o nome de Escola Nacional de Belas-Artes, em 1890, traduzindo a idéia de uma academia inserida na onda modernizadora. As conversações sobre a construção de uma nova sede foram iniciadas em 1893, quando o diretor da escola, Rodolfo Bernardelli, decidiu solicitar ao governo a construção de um novo edifício para abrigar a sede da escola. O projeto, feito pelo professor e arquiteto italiano Sante Bucciarelli, não prosseguiu por falta de verbas e por causa da morte do autor. Insatisfeito, Bernardelli solicita o edifício do antigo mercado no bairro da Glória para instalar a

escola. A princípio, o diretor pensava somente em pequenas reformas, mas consegue angariar fundos, sob os auspícios da Associação do IV Centenário do Descobrimento, para a nova sede. E o primeiro projeto de autoria de Adolfo Morales que aqui se tem notícia é justamente a adaptação do mercado em escola. Embora não tenha sido realizado, serviu de linha mestra para a construção do prédio da escola na Avenida Central.

Mas quem era Adolfo Morales de los Rios? Espanhol (1858-1928), estudou engenharia em Madri e arquitetura em Paris. Chegou ao Brasil em 1890, tornando-se professor da Escola Nacional de Belas-Artes em 1897. Após pequenos projetos, como casas operárias e reformas de fachadas, e outros grandes nunca concretizados, como uma ponte metálica ligando o Rio de Janeiro a Niterói, o professor tornou-se o mais importante arquiteto da capital e um dos principais propagadores no país da arquitetura eclética, caracterizada pela apropriação de formas arquitetônicas do passado, como o grego, o gótico e o renascentista.

Atendendo a encomenda de Bernardelli, depois da cessão do terreno na Avenida Central em 1904, Morales conclui o projeto da escola em 1906. Dois anos depois o prédio é inaugurado, mas suas obras são dadas como concluídas apenas em 1912 – mesmo sem a realização completa do projeto original. Se as fachadas são inspiradas no Palácio do Louvre, a nova edificação, projetada para abrigar uma escola reestruturada pela República, deveria ser construída sob os alicerces de uma his-

tória que narrasse seu desenvolvimento. Era necessário demonstrar, através do prédio, que um futuro glorioso estava garantido à escola. Mas como oferecer a sensação de continuidade e dar aos habitantes da cidade a noção da existência de raízes no passado, apontando, ao mesmo tempo, para uma transformação? Reescrevendo o passado, Morales de los Rios se volta para duas direções: construir uma identidade artística nacional, e demonstrar que o país participa da ordem internacional, ou seja, do mundo civilizado. Uma inserção marcada através de painéis representando Leonardo da Vinci, Vignola, Alberti, Charles Blanc, Winkelmann e Stendhal, considerados os principais representantes da cultura ocidental. O presente da instituição se encontrava, assim, dialogando com o berço da civilização – e esta deveria ser a relação das artes nacionais.

Além dos artistas representados na pedra, as paredes também contam o início do ensino artístico no Brasil: os membros da Missão Francesa de 1816 e fundadores da escola têm seus retratos pintados nas varandas do prédio pelo pin-

Com alterações no projeto inicial, feitas à revelia do seu autor, o prédio foi inaugurado em 1908, e era a materialização de dois ideais: o da construção da identidade artística nacional e o da integração do Brasil ao mundo civilizado internacional

OLHARES

tor Henrique Bernardelli. Se a memória do ensino artístico brasileiro filia-se aos grandes mestres, e se as sementes estrangeiras estão presentes, a edificação também apresenta os frutos gerados nas terras brasileiras: artistas nacionais e estrangeiros desfrutam o mesmo espaço físico, e discípulos como Pedro Américo, Vítor Meirelles e Manuel de Araújo Porto-Alegre também têm seus nomes escritos no prédio. A nação se torna, assim, não só resposta aos projetos das nações maiores, mas também produtora de conhecimento; caminha com seus próprios pés e possui a capacidade de produzir artistas do mesmo quilate.

Mas esta história escrita na pedra é construída de modo seletivo: a tradição que se coloca como ponte para o futuro esquece seus artistas barrocos e atrela seu passado ao “berço da civilização”. É uma arte com parentesco europeu. E de uma certa Europa. A seleção esquece a origem portuguesa e também não lembra seus primeiros artistas, ainda não comandados pelos ensinamentos “civilizados” dos franceses. Este início, visto como não muito glorioso para a nação, será substituído por outro, mais digno de ser lembrado: as próximas gerações, ao olhar o prédio da escola, saberão a quem apontar como iniciadores de sua tradição. É neste edifício que Morales de los Rios utiliza, com esmero, elementos decorativos e espaciais para concretizar um universo simbólico, e uma narrativa contínua pode ser “lida” tanto na fachada quanto no seu espaço. Desta forma, a história pode ser

percebida em três escalas: a cidade, a edificação e o espaço interno.

Se o risco inicial do edifício que hoje abriga o Museu Nacional de Belas-Artes decorre das linhas mestras ditadas pela conformação do antigo mercado da Glória, cuja adaptação ao terreno da Avenida Central exigiu somente algumas modificações, a concepção do ensino de artes que guiou o projeto de Morales lembra o ambiente da Escola de Belas-Artes de Paris,

onde estudou. As alas do edifício foram organizadas em torno de um pátio central, destinado a receber réplicas de esculturas romanas e gregas, exatamente como no edifício francês onde

Morales teve suas primeiras lições. O *partido* (as diretrizes formais dominantes num projeto) adotado para a escola indica que a opção foi previamente determinada por um modelo que, para Morales, guardava uma concepção ideal de espaço. O edifício, porém, possui peculiaridades, pois acomodaria não só a pinacoteca (coleção de quadros), mas também os cursos de gravura, pintura, arquitetura e escultura.

A entrada principal do edifício, voltada para a Avenida Rio Branco, é feita por três grandes portas, em arco pleno, existentes no corpo central. O acesso a este primeiro pavimento, onde estavam concentradas as atividades da escola (que deixou o prédio em 1976), era – e ainda é – através de uma suntuosa escada que conduz a um vestibulo de grandes dimensões. À esquerda, acompanhando a fachada principal, ficavam as salas dos professores, do diretor e a secretaria; à direita, a portaria e o vestiário. Esta

foi a primeira divisão por setor que Morales fez, acomodando todas as funções administrativas na ala paralela à avenida. A ala lateral direita e a esquerda abrigavam diversas salas de aula dos cursos oferecidos pela escola. Nessas alas, Morales situa as entradas secundárias do edifício, localizando-as no eixo de cada fachada. E cria uma certa perspectiva, já que ao chegar a este primeiro pavimento deparava-se com uma abertura da qual se via o pátio central. Na ala posterior ficavam a biblioteca, o depósito, a oficina, as instalações do porteiro e as duas entradas de serviço. Contornando internamente essas quatro alas e servindo de galerias de circulação ao edifício, havia o Museu de Escultura e o Museu Arqueológico – circulação e aprendizado em um só espaço.

Ao longo do século XX várias modificações foram feitas no edifício. As mais drásticas nos anos 20 – com o objetivo de separar a escola, no primeiro pavimento, das áreas destinadas ao museu e às exposições temporárias, no segundo andar –, como a construção das grandes escadas laterais no *hall* de entrada e as galerias para mostras temporárias; e nos anos 40, com a galeria no terceiro pavimento. De escola a museu, o prédio sofreu reformas que descaracterizaram o sentido original pensado por Morales. Perdeu-se uma certa noção pedagógica que aliava o ensino à vivência da arte. Ainda hoje, quando uma série de obras de restauração está sendo realizada, o prédio conta histórias para o visitante. Da arquitetura, do ensino da arte e a de um país que se tentou inventar. ■

Para saber mais

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

MELLO JÚNIOR, Donato. “O edifício do Museu Nacional de Belas-Artes”. In: *Boletim do Museu Nacional de Belas-Artes*, Rio de Janeiro, maio de 1983.

RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios: uma história escrita com pedras e letras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1996.

CLAUDIA THURLER RICCI é historiadora da arte e autora da tese *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro, defendida na UFRJ em 2004*.

✍️ Rafael Chambouleyron

Revoltas no estado do Maranhão

Com elementos comuns, mas separados por 23 anos, dois levantes exibem os conflitos da colonização no norte da América portuguesa

Dedicados à evangelização, representada no óleo *Missionários ensinando índios*, os jesuítas foram acusados pelos colonos de restringir o seu acesso à mão-de-obra indígena, motivo principal da revolta de 1661

Em 1661 e 1684, duas rebeliões abalaram as cidades de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão. A primeira começou na cidade de São Luís e se espalhou depois pela capitania do Pará; a segunda, mais conhecida como “Revolta de Beckman”, ocorreu somente em São Luís. Mas apresentaram três características em comum: a forma, os grupos participantes e as razões alegadas para justificar a insubordinação.

Os dois levantes revelam também as contradições de uma sociedade muito diferente de outras partes da América portuguesa, como a zona açucareira (no atual Nordeste) ou as regiões mais ao sul. De fato, até o século XIX, as capitanias do Norte constituíram uma região separada administrativamente do resto do Brasil (ver *box*).

A revolta de 1661 começou no dia do Espírito Santo, 15 de maio, em São Luís, quando um grupo de

moradores se dirigiu ao colégio jesuíta de Nossa Senhora da Luz, “assanhados todos como feras bravas”, segundo o padre João Felipe Bettendorf (1625-1698), expulsando os religiosos de suas celas e mantendo-os detidos na casa de um morador. Em poucos meses, a rebelião chegou ao Pará e, no dia do Anjo Custódio do Reino, no terceiro domingo de julho (festa do anjo protetor de Portugal, instituída no início do século XVI), o povo amotinado prendeu o superior das missões jesuíticas, padre Antônio Vieira (1608-1697).

Depois de perseguir os religiosos que se haviam refugiado pelo interior da capitania – cerca de nove foram detidos e três fugiram para o sertão –, os revoltosos decidiram expulsar os padres para o reino em três embarcações, mas apenas duas foram, já que uma estava tão avariada que foi impossível seguir para Portugal. E graças à intervenção do recém-nomeado capitão-mor do Pará, Francisco de Seixas Pinto (1662-1665), esses padres foram recolhidos a “uma casa particular com toda a decência”. Em março de 1662, chegava à cidade de São Luís o novo governador, Rui Vaz de Siqueira (1662-1667), que restituiu os clérigos a seus colégios e concedeu perdão geral ao povo – confirmado pelo rei em 12 de setembro de 1663.

Na véspera da procissão de Nosso Senhor dos Passos, dia 24 de fevereiro, a rebelião de 1684 começou. Dessa vez, além dos jesuítas, o alvo era o próprio governador e o chamado ‘estanco’ – ou ‘contrato’, nomes dados ao monopólio comercial estabelecido entre a Coroa e negociantes privados, em 12 de fevereiro de 1682. O objetivo do ‘estanco’ era a entrega de 10 mil escravos africanos (em vinte anos)

no Maranhão, além do estímulo à comercialização do que era produzido no estado, como o cravo de casca e o cacau. Com estes gêneros seriam pagos os escravos e os demais produtos que fossem enviados ao Maranhão pelos contratistas, que se haviam comprometido a enviar um navio ao Maranhão e outro ao Pará, pelo menos uma vez ao ano.

Os revoltosos tomaram a cidade de São Luís, onde o governador estava excepcionalmente instalado, renderam a guarda, formaram uma junta de governo, decretaram a abolição do estanco, a expulsão dos jesuítas, a prisão do capitão-mor do Maranhão, Baltasar Fernandes, e a desobediência ao governador e capitão-general do estado, Francisco de Sá e Meneses (1682-1685).

Eles ainda tentaram convencer as capitanias vizinhas, como Tapuitapera e Pará, a aderir à revolta, porém as Câmaras e os moradores das demais regiões do estado não quiseram. Em 25 de fevereiro de 1684, um documento feito pelos revoltosos destacava a “opressão e tirania com que se viam vexados pelo estanco”. Meses depois, em 15 de novembro de 1685, a própria Câmara de Belém explicava ao governador do estado que o contrato tinha sido “o ins-

trumento mais cruel que teve esta conquista para de todo ficar arruinada e tão pobre”.

Além das divergências internas – causadas pelo não cumprimento de muitas das promessas feitas pelos líderes da revolta e pela necessidade dos moradores voltarem para suas casas e lavouras –, as tropas enviadas em 1685 de Portugal puseram fim ao levante. Mas, ao contrário de 1661, os líderes da revolta de 1684 foram condenados: Manuel Beckman e Jorge de Sampaio e Carvalho enforcados, e os outros degredados ou açoitados. O resto da população se beneficiou com um perdão real.

Mas, afinal de contas, quem eram os revoltosos? Portugueses e seus descendentes, na maioria. Pouco antes da revolta de 1661, em São Luís,

177 moradores da cidade, entre homens e adultos, assinaram um manifesto queixando-se dos jesuítas e das dificuldades em usar a mão-de-obra indígena. Considerando-se que a população adulta e masculina de São Luís nos anos 1660 variava, de acordo com os dados disponíveis, de trezentos a seiscentos moradores, a participação de 177 é bastante significativa.

Para se ter uma idéia da composição do movimento, durante a rebelião de 1684 os insurgentes elegeram representantes dos três *estados* da sociedade local:

Manuel Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão, pela nobreza; Inácio da Fonseca e Inácio da Assunção, pelo clero; e Francisco Dias Deiró e Belquior Gonçalves, pelos *mecânicos* ou artesãos. A partir dessa eleição, constituiu-se uma junta que governaria com a Câmara da cidade. Os religiosos, portanto, também participaram, e pouco antes do motim de 1684 o governador Francisco de Sá e Meneses queixava-se, ao Conselho Ultramarino, de vários religiosos que atacavam publicamente o ‘estanco’, citando como exemplo o clérigo Diogo Gomes, que “em lugar do sermão fizera uma sátira contra os vereadores e povo, chamando-lhes república de fariseus”.

Mas a leitura de cartas e requerimentos dos revoltosos exhibe outros motivos usados para explicar os levantes. O primeiro é a “miséria”. De acordo com a Câmara de Belém, num escrito de 15 de janeiro de 1661, a capitania do Pará padecia de “grandes necessidades e misérias” causadas pela falta de escravos. O difícil escoamento da produção de gêneros locais e a dificuldade de pagamento – pela inexistência de moeda metálica no estado do Maranhão – dos produtos trazidos pelos navios do contrato (dentre os quais, escravos africanos) desgastaram a já empobrecida população da região e mobilizaram os rebeldes.

Planta da cidade dos índios barbados, no Maranhão. Amparados pela legislação, os jesuítas concentravam os índios livres em suas missões. Abaixo: vista de São Luís atribuída a Frans Post (século XVII)

As rebeliões de 1661 e 1684 foram mais do que uma manifestação contrária aos padres jesuítas

Para sab

AZEVEDO,

de. Os jesu

Pará: suas i

colonizaçã

Secult, 199

da 1ª edição

COUTINHO, Milson. A

revolta de Bequimão. 2ª

ed. São Luís: Instituto

Geia, 2004 (Coleção

Geia de Temas

Maranhenses, v. 4).

LIBERMAN, Maria. O

levante do Maranhão.

Judeu Cabeça de Motim:

Manoel Beckman. São

Paulo: Centro de

Estudos Judaicos / USP,

1983 (Judaica Brasil, n. 1).

LISBOA, João Francisco.

Crônica do Brasil

colonial: apontamentos

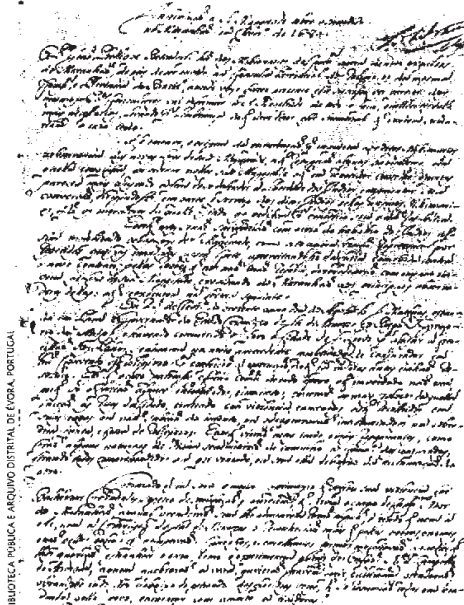
para a história do

Maranhão [1853-58].

Petrópolis / Brasília:

Vozes / INL, 1976.

Em carta de 1684, o padre Antônio Vieira relatou ao rei de Portugal os acontecimentos da "Revolta de Beckman". Ao lado, o superior das missões jesuíticas retratado por autor desconhecido no século XVIII



IBROTECA PÚBLICA E ARQUIVO DIFUSAL DE LISBOA, PORTUGAL

Os insurgentes e as Câmaras do Estado argumentavam também que suas queixas nunca eram ouvidas ou atendidas. Pouco depois de terminado o motim de 1661, numa correspondência ao rei d. Afonso VI (1656-1675), de 26 de julho de 1662, a Câmara de Belém reconhecia o excesso havido durante o levante e o justifica pelas muitas vezes que "havião clamado a Vossa Majestade (...) vendo que não se deferia a tão duplicados clamores (...)"

A ação dos revoltosos se sustentava também na crença de que os moradores não poderiam sobreviver no estado do Maranhão sem escravos, especialmente indígenas. Tanto os rebeldes de 1661 quanto os de 1684 se queixavam dos padres jesuítas e de diversas leis, como as de 9 de abril de 1655 e de 1º de abril de 1680, que confiavam aos jesuítas não só o controle dos trabalhadores índios livres, como o exame da legitimidade dos cativos indígenas feitos pelos portugueses.

A população acreditava em seu direito de escravizar os nativos e de ter total acesso à mão-de-obra livre. Um "direito" baseado em duas outras idéias. Uma, a de que os próprios moradores e seus antepassados haviam conquistado e ocupado o Maranhão para a Coroa portuguesa. Outra, a de que os revoltosos agiam em nome da população – várias vezes o termo "povo" é citado pelos rebeldes. A noção de povo e comunidade estava claramente vinculada ao papel dos conselhos municipais no estado do Maranhão: as duas rebeliões

No box, o infográfico representa, grosso modo, o território do estado do Maranhão e Grão-Pará (pontilhado), com base em um mapa de George Seutter, de 1740. O atual estado do Pará é bem maior do que a antiga capitania de mesmo nome, pois

incorpora parte das terras que, a partir de 1755, formaram a capitania de São José do Rio Negro (depois Amazonas). O Piauí só foi demarcado em 1759, abrangendo parte do que era o Ceará, que passou à jurisdição de Pernambuco em 1656

Diferentes nomes e territórios

O estado do Maranhão e Grão-Pará foi fundado ainda na época da união das Coróas de Castela e Portugal, no início dos anos 1620. O primeiro governador chega à região em 1626. Essa área era diretamente subordinada a Lisboa e independente do governador-geral do Estado do Brasil, cargo máximo para o resto da colônia nesse período. Considerado estratégico para a Coroa, o estado era formado basicamente pelas capitanias reais do Maranhão, Pará, Gurupá, Ceará (até 1656) e pelas capitanias privadas (donatárias) de Japuitapera, Cametá, Caeté, Cabo do Norte e Ilha Grande de Joanes. No início de 1700 o Piauí juntou-se ao Maranhão e Grão-Pará e em 1755 foi criada a capitania real de São José do Rio Negro (depois Amazonas), também subordinada ao estado. Até meados do século XVIII, a Coroa foi incorporando todas as capitanias privadas ainda existentes, gerando constantes mudanças administrativas. De 1751 até 1772 a região passou a se denominar estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital sediada oficialmente em Belém (onde estava desde 1737). E em 1772 se desmembrou em dois: estado do Grão-Pará e Rio Negro. O estado do Maranhão e Piauí somente em 1811 as capitanias do Maranhão e Piauí se separaram.

tiveram apoio considerável das Câmaras, mesmo quando os vereadores não aderiram imediatamente. E a Câmara representava um importante instrumento político para negociar com as autoridades e a Coroa.

O historiador maranhense João Francisco Lisboa argumentava, no século XIX, que a consolidação do poder municipal no estado consistiu na dominação por um grupo de aristocratas locais, cuja nobreza havia sido conseguida através das armas. Esse era um dos principais argumentos dos rebeldes.

As rebeliões de 1661 e 1684, portanto, foram mais do que uma manifestação contrária aos padres jesuítas, o que, à primeira vista, pode parecer evidente, já que parte da indignação dos amotinados decorria de restrições à obtenção de trabalhadores indígenas. Naquela altura, porém, o que estava em jogo eram percepções diferentes sobre as políticas da Coroa para o desenvolvimento da região, que afetavam problemas centrais daquela sociedade, como o uso da mão-de-obra indígena e o desenvolvimento do comércio e da produção. As duas revoltas revelam, sobretudo, os conflitos decorrentes da ocupação da Região Norte e da experiência colonial dos próprios portugueses na Amazônia. ■

RAFAEL CHAMBOULEYRON é professor de História na Universidade Federal do Pará, doutorando em História na Universidade de Cambridge, Inglaterra, e bolsista do CNPq.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Defiro a solicitação do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, na forma do Regimento Interno.

O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando eu li que nesta manhã o Senado da República iria dedicar a Sessão à Maçonaria, veio-me vontade de dizer o que a respeito eu penso. Penso bem dos maçons. Principalmente a partir do dia em que vi a apresentação de uma notável ópera de Mozart, **A Flauta Mágica**.

Mozart, como os senhores que nos honram com a presença neste Plenário, era maçom. E **A Flauta Mágica**, sabem os Senhores, é considerada a obra-prima de Mozart e foi a última ópera por ele composta, pouco antes de sua morte.

A Flauta é uma ópera maçom, porque Mozart era também maçom e deu tudo de si para que essa sua nova e genial obra não viesse a ser apenas mais uma peça musical fantástica.

Ele quis, e assim foi, que essa ópera falasse. Falasse de valores humanos, mas numa linguagem de simplicidade, quase um conto de fadas, enfocando um príncipe, uma rainha, um sacerdote malvado e um passarinho.

O passarinho é o papageno, que na ópera, **A Flauta**, aparece com plumagens de pássaros sobre a roupa. Ele vivia pela floresta e ali acabou se enamorando de uma papagena, numa história que compõe um enredo de ternura, de profunda ternura humana.

São os valores que aproximam os seres humanos. Como esses valores da história do papageno que só completou sua felicidade pessoal ao encontrar a papagena.

Num mundo de tantos desencontros e de desencantos, é bom um encontro, como este, nesta manhã do Senado.

Quem sabe posso ir além, a ponto de considerar todos os maçons como os herdeiros da ternura genial da música de Wolfgang Amadeus Mozart. A ternura iguala iguais e aproxima os seres humanos. E não é essa intenção da Maçonaria?

Todas as mulheres e todos os homens são iguais e, portanto, irmãos espirituais. Aí encontramos a razão da natureza humanista da Maçonaria. Ela busca levar os seres a um conhecimento profundo de Deus. Portanto, incentiva a fé no próprio homem.

A fé que é sempre necessária. Hoje, mais do que nunca.

Como Ordem Universal constituída de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, selecionados a partir das qualidades morais de cada um.

Assim vejo a Maçonaria, sempre buscando, desde o tempo do Império no Brasil, a construção de uma sociedade humana fundada no Amor Fraternal.

Depois, na transição para a Independência e em tantos e tantos episódios que honram a vida do País.

Desde esse tempo de monarquia aos conturbados dias de hoje, em que a Nação brasileira se vê envolvida em crise sem precedentes, creio ser prudente, e mais do que legítimo, refletir um pouco sobre valores como esses em que se alicerçam os seguidores da Ordem que aqui são hoje justamente homenageados.

A consequência natural da paternidade de Deus, é a idéia de que todos os homens são irmãos espirituais. É neste ensinamento que encontramos a bela natureza humanista da Maçonaria. Através desta afirmação, os maçons fazem do homem um ser divino, que através do autoconhecimento pode chegar ao conhecimento de Deus. Com isso incentivam a fé no próprio homem, elevando-o ao nível de Deus, tornando-o passível de adoração.

Saúdo essa Ordem, nela vendo, além do papageno de Mozart, uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor à Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo.

Hoje, sinto que homenageio, especificamente, os maçons do meu grande Estado, o Amazonas. E me vêm à lembrança dois maçons muito queridos: o que não conheci, meu avô Júlio Verne, e o que conheci muito bem, meu avô Arthur Virgílio.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Ao suspender a sessão, nesta justa homenagem que faz o Senado Federal ao Dia do Maçom e à Maçonaria, não poderia deixar de, em meu nome e do Presidente Renan Calheiros, dos Senadores Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Alvaro Dias, Mão Santa e Luiz Otávio, reafirmar mais uma vez o respeito desta Casa a essa lapidação permanente que tem a Maçonaria do Brasil a favor dos valores fundamentais da pessoa humana, da família, e da sociedade. Eu, como filho de maçom que sou – meu pai foi maçom e seguiu a sua trajetória durante muitas décadas –, tenho o prazer redobrado de estar presidindo a Mesa

do Senado neste momento e desejo a todos o justo reconhecimento do Senado Federal.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Laelson Rodrigues, do Grande Oriente do Brasil; Sérgio Muniz Gianordoli, da Grande Loja CNB; e o Sr. Antonio do Carmo Ferreira, da Confederação Maçônica do Brasil, além do meu prezado amigo, Dr. Franklin Rodrigues Mota, da Ordem Rosa Cruz.

Bom-dia a todos.

Parabéns.

Suspendo a sessão, por cinco minutos, para os cumprimentos.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 10 horas e 2 minutos e reaberta às 10 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DA MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 1.284/2005, de 12 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.148, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente e juntadas ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 314/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 177, de 2005, do Senador Luiz Otávio.

– Nº 204/2005, de 18 de agosto, do Ministro de Minas Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 176, de 2005, do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações recebidas em resposta aos Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005, foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente e juntadas ao processado do Ofício “S” nº 1, de 2005, que volta à Comissão de Assuntos Econômicos para continuar a tramitação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 910, DE 2005

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do segundo aniversário da morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, última do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do segundo ano da morte do diplomata Sérgio Vieira de Mello, no atentado ao prédio da ONU no Iraque onde o embaixador prestava relevantes serviços em favor da paz.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado e ao Ministro das Relações Exteriores.

Justificação

Definido em artigo do Prof. Jacques Marcovitch, da USP, como um Funcionário da Humanidade, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello até hoje é lembrado pelo Brasil e pelo mundo. Seus esforços em vida desenvolveram-se à frente da missão de Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, atividade lamentável e ironicamente interrompida pela brutalidade da violência e do terrorismo. É essa notável figura que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho, por 15 minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, com muito pesar e particular emoção, o falecimento de um dos maiores empresários de Alagoas e do Nordeste: José Aprígio, como era chamado, ou simplesmente o Zé, como era também conhecido e sobretudo respeitado.

Dele muito se poderá dizer, inclusive de sua surpreendente precocidade: aos três anos, montava cavalos nas terras do pai; aos dez, dirigia tratores e jipes; aos 17 anos, foi oficialmente emancipado pelo pai, que lhe deu a diretoria comercial de sua empresa. E a primeira providência no novo diretor, ainda imber-

be, foi tomar todos os talões de cheque do presidente da organização, por acaso seu próprio pai.

Muito se poderá dizer do que ele fez e de sua importância para a economia e o desenvolvimento de Alagoas, pois afinal ocupou praticamente todos os cargos de maior destaque do mundo empresarial de nosso Estado. De dirigente empresarial a líder de classe, de empresário bem-sucedido a dirigente premiado, distinguido com comendas nacionais, com prêmios regionais e com o reconhecimento público do Governo do Estado, com aplausos privados das organizações mais respeitadas do Brasil, Zé Aprígio ocuparia dezenas de minutos apenas com a simples leitura dos cargos que ocupou e das funções que exerceu.

Prefiro ater-me, Sr. Presidente, ao que ele foi, e, mais que sua obra, registrar sua própria pessoa, pois na verdade o maior patrimônio que deixa à sua mulher e aos quatro filhos é a integridade do caráter e a honradez de sua história.

Direto e franco como poucos, mas ponderado e sensato como raríssimos, Zé Aprígio soube fazer-se ponto de referência de empresários, mas também de políticos dos extremos mais opostos do nosso espectro ideológico.

Que havia nele de tão especial a ponto de dirigentes da esquerda mais engajada procurarem apoio e conselho de um dirigente de empresas sem qualquer filiação partidária? Que especial sabedoria, que peculiar capacidade de ouvir e ponderar, de ponderar e conciliar, que fazia dele um ponto de equilíbrio entre contrários? Quem saberá ao certo? Mas, em se tratando de Zé Aprígio, quem buscaria maiores explicações? As pessoas, afinal, o procuravam simplesmente pelo que ele era, e não pelo que fazia.

Desde que ele partiu, há menos de 15 dias, muitos testemunhos ouvi. Testemunhei respostas a perguntas que nem fizera e registrei testemunhos que sequer imaginara. Dono de usina de açúcar por herança, dirigente de empresa do setor açucareiro por opção e dirigente e líder do setor da agroindústria do açúcar por absoluta competência, em momento algum ele sequer fora chamado de usineiro, porque, nas Alagoas e no Nordeste, houve um tempo em que o termo mais distinguia uma posição ideológica que uma atividade empresarial. Ele, usineiro? Que nada, ele era o Zé Aprígio, ou o Zé, assim mesmo, sem nome composto, sem sobrenome ou função empresarial. O Zé desportista das quadras de basquete, de voleibol, o Zé maratonista, que madrugava em sua fazenda e, mesmo sendo um dos mais respeitados criadores de cavalo quarto de milha do Brasil, corria a pé toda a sua propriedade na Viçosa natal, na natalíssima Alagoas.

E daí que ele tivesse ou dirigisse usina, que dirigisse a própria cooperativa dos usineiros? Quem ou seria chamá-lo de conservador ou reacionário? Quem? O Zé? E os líderes estudantis que ele ajudava, com o sincero sentimento de que mesmo a mais radical contestação estudantil é, na verdade, o melhor antídoto à acomodação social e pessoal? E os líderes de esquerda cuja campanha ele mesmo incentivava e ajudava? E os mais pobres e anônimos portadores de doenças incuráveis, reunidos numa casa de apoio onde raros sabiam quem era de fato o mantenedor?

Ele foi alentadamente precoce em toda a sua vida. Mas foi, Sr. Presidente, saudosamente precoce em sua despedida. Ele partiu aos 55 anos de uma vida exemplarmente intensa, vivida com o entusiasmo dos que sabem construir, com a paixão dos que sabem dividir e partilhar, mas, sobretudo, com a coragem e a consciência de quem sabe que apenas passa pelo mundo, a caminho de uma missão mais importante e de uma outra vida imortal. Ele partiu deixando lições tão fecundas como a que ministrou em vida. Durante toda a sua longa provação, de quase três anos, e dores lancinantes no final, ele jamais murmurou uma só queixa contra a vida ou contra o céu. Blasfemar? Nunca. Desesperar? Jamais. Como ensina a música que vez por outra ele cantarolava, com o espírito de boêmio que disfarçava muito bem atrás da vida de executivo.

Ele aprendera com o pai muito mais do que eu próprio imaginara. Como o pai, ele construiu formidável e comovente resistência interior, mesmo quando já não tinha qualquer resistência orgânica. Como o pai, soube ser forte como poucos, mesmo quando a provação já o fragilizara como nunca. Como o pai, que fora vencido pela mesma doença, ele cultivou até o fim as mais fundas esperanças, mesmo quando só lhe sobravam poucos e estreitos horizontes de vida.

Por momentos, Sr. Presidente, cheguei a rever o velho Teotônio Vilela reencarnado no Zé, naquele leito de despedidas, tão diferente na história, tão igual nas atitudes. Um e outro igualados pela dor, irmanados pela mesma força interior. O velho Teotônio de novo partiu! De novo se despediu, agora levando consigo o Zé. Que saudades do velho Teotônio!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Teotônio Vilela Filho, gostaria de tomar parte no pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

Peço ao Presidente que me conceda, em seguida, só mais um minuto para concluir meu pronunciamento e também ouvir a Senadora Heloísa Helena e o nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edilson Lobão, lá do nosso Maranhão – terras de Gonçalves Dias, João Lisboa e outros recentes –, Deus escreve certo por linhas tortas. Depois da reunião da maçonaria, que prestou culto a Deus, à família, à ordem, a princípios fundamentais, entra Teotônio Vilela Filho. É um crer naquilo que estudei, nas leis genéticas de Mendel, naquilo que está nos livros de Deus, Senadora Heloísa Helena: árvore boa dá bons frutos. Longe está V. Ex^a de imaginar a repercussão do seu pronunciamento, Senador Teotônio, que se iguala ao estoicismo de seu pai, lutando pela redemocratização. No momento da desesperança, no momento em que milhares de pessoas depositavam confiança, vem a desesperança, por falta de virtudes e pela corrupção, V. Ex^a traz para o Brasil, lembrando os exemplos de vida do Zé e do seu pai. Nem tudo está perdido. As bênçãos de Deus, o exemplo de Teotônio Vilela pai e as ações do filho e de Zés, como esse do Alagoas, Zé Aprígio, farão com que possamos acreditar ainda neste País e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e verdadeira, como era o sonho do pai de V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Muito honrado com o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

Concedo o aparte à minha conterrânea e amiga, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Teotônio, eu me senti não na obrigação, mas de alguma forma obrigada a fazer um testemunho em relação ao Zé Aprígio, como – V. Ex^a mesmo disse – ele era chamado. Por mais que ele representasse um setor com o qual eu sempre briguei muito ao longo da minha vida, combati com veemência, com ferocidade, às vezes, com intolerância também, eu me sinto à vontade para dar um testemunho. Não vou nem falar do seu pai. V. Ex^a também é uma pessoa muito civilizada, muito delicada aqui no plenário e com todos nós no Estado de Alagoas. No caso específico dele, que, de alguma forma, comandava com competência uma importante estrutura empresarial, um setor empresarial que sempre combati com muita veemência, nunca, em momento algum, ele foi capaz de um único gesto de grosseria, de um único gesto pouco civilizado. Nunca. Mesmo sabendo que eu combatia com veemência o setor que ele representava, sempre teve a delicadeza de apresentar a concepção que tinha do setor da agroindústria do açúcar e sempre foi uma pessoa de jeito generoso. Já lhe disse que a última cena que eu lembro dele é justamente quando já estava mutilado, certamente movido pela dor e pela tristeza, junto com a Themis, num bloco de carnaval de rua em Maceió.

Ele estava com um sorriso generoso, cheio de vida, como se, naquele espaço de alegria, quisesse buscar a vitalidade necessária para superar uma doença tão triste, que massacra tanto o corpo, a alma e o coração das pessoas. Eu me senti na obrigação de dizer isso, porque, mesmo sendo uma pessoa com a qual nunca tive relação política, brigava com veemência, às vezes com intolerância, ele nunca foi capaz de um único gesto de grosseria, pouco civilizado, muito pelo contrário, sempre foi generoso, carinhoso.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Exatamente.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Sabia escurar as diferenças ideológicas e programáticas, mas sabia também superar essas diferenças, sendo aquilo que é essencial nas relações humanas: carinhoso e generoso. Portanto, dou com alegria esse testemunho no aparte a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – V. Ex^a não imagina, Senadora Heloísa Helena, como ele ficava feliz quando eu lhe dizia: “Olha, Zé, Heloísa perguntou por você, mandou um beijo”. Ele tinha muito carinho e, sobretudo, uma admiração reverencial pela postura da Senadora Heloísa Helena. Ele se orgulhava muito da amizade que tinha com V. Ex^a e ficava todo derretido quando eu lhe transmitia os seus recados, as suas orações, sempre generosos em relação a ele. Muito obrigado pelo aparte.

Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Levo ao prezado amigo a solidariedade, o carinho, o afeto e a amizade. Lembro-me das referências que o velho Teotônio fazia de V. Ex^a e de seu irmão. Lembro-me, nesta Casa, quando José Aprígio apresentou um projeto de aumentar a empresa e desenvolvê-la – o que era absolutamente normal –, um grande projeto, da maior importância para os interesses da região, que o regime militar não deixava passar por causa do velho Teotônio. Amigos do Teotônio lá de dentro diziam: “Olha, queremos votar, queremos aprovar, está tudo certo, mas a ordem que temos é de não fazê-lo por tua causa”. O velho Teotônio foi para esta tribuna e fez um elogio emocionante ao filho dele. E contou histórias de V. Ex^a. Lembro-me como se fosse hoje – ele estava na tribuna, exatamente onde V. Ex^a está – de ouvi-lo referir-se a seu irmão dizendo que ele era um rapaz, criança ainda, que avançava, que assumiu a direção e tirou, inclusive, os cheques dele. O velho Teotônio reproduzia as próprias palavras: “Mas, meu filho, o que é isso? Eu ainda sou o dono da empresa”. A resposta: “Não, pai. Se é para fazer o negócio para valer, vamos fazer”. E o velho Teotônio: “Tudo bem”.

O velho Teotônio contava essa passagem da tribuna em que V. Ex^a se encontra. Ele contava o esforço que o guri estava fazendo para promover aquela ampliação e o crime que estavam fazendo com ele; que ele lamentava profundamente, mas que ele iria continuar na linha dele. Lembro-me do orgulho que ele tinha de dizer que o Zé Afrânio...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Zé Aprígio.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...que o Zé Aprígio era muito melhor do que ele na empresa. Dizia: “Ele entende, ele não é como eu, ele é competente. Olhe, Pedro, eu não sei por quem ele puxou, porque eu levo toda essa vida, nunca lhe ensinei e ele é um profissional de primeira grandeza”. Realmente, V. Ex^a e o Zé Aprígio foram adiante e venceram. E V. Ex^a, seu irmão e seu pai têm características muito importantes. Não sei hoje, mas, naquela época, ser usineiro era, realmente, atividade marcada, era mais grave do que ser empresário.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– É verdade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – No entanto, nunca vi, por parte do velho Teotônio ou do filho dele, qualquer preocupação que não fosse no sentido de uma administração voltada para o social e preocupada com o social. Digo-lhe, meu querido Teotônio, Deus me deu a ventura de conviver com o velho Teotônio. Acompanhei, até o fim, aquele homem percorrer o Brasil com quatro cânceres. E V. Ex^a sabe o que o médico dizia: “Hoje não tem problema, vá para Paris; há condições para que tu leves uma vida tranqüila, sem dores. O que não pode é tu percorreres de trem, de avião, correr por esse Brasil inteiro, e levar essa vida miserável”. E ele foi até o fim levando a bandeira dele. Acho difícil haver no Brasil uma pessoa com o mesmo amor à causa pública que teve o velho Teotônio. Concordo com o que V. Ex^a disse, que o pai deve ter reencarnado no filho, que teve o mesmo mal, a mesma doença. Pelo que V. Ex^a está dizendo e segundo o que eu sabia, realmente, ele teve a grandeza e o gesto dos grandes homens, que a doença pode abater na morte, mas não abate no ânimo nem na dignidade nem no brio nem na coragem. V. Ex^a fica com uma grande responsabilidade. Já tinha de levar adiante a biografia de seu pai na vida política; agora, fica com a responsabilidade da usina e dos interesses na vida empresarial. Felizmente, V. Ex^a tem a serenidade, a tranqüilidade, a honestidade e a capacidade para desempenhar esses dois papéis. E parece que Deus lhe deu a saúde necessária, a competência necessária para que V. Ex^a, a esta altura, além de suas missões, além de sua vida, tenha que viver a biografia de seu pai e a biografia de seu irmão.

Um abraço muito carinhoso, mas muito carinhoso de quem, V. Ex^a sabe, tem por V. Ex^a e por sua família um afeto muito grande.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– V. Ex^a fala com o coração, com a história de sua vida como Senador da República e com a autoridade de quem afixou ao túmulo de meu pai uma placa de bronze eternizando a relação fraterna que V. Ex^a e o velho Teotônio tinham. Lá no túmulo está: “Ao querido amigo Teotônio com o abraço de Pedro Simon”. Sempre a minha família lembra esse gesto inesquecível de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Senador Teotônio Vilela, são muito justas e oportunas as homenagens que presta V. Ex^a a essas duas figuras extraordinárias, porém o seu tempo já foi ampliado em quinze minutos. Eu pediria que, se pudesse, abreviasse a sua manifestação.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Claro que podemos. Concluo em um minuto, logo após ouvir o Senador José Jorge.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Sr. Presidente, mais trinta segundos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Muito obrigado, Presidente Edison Lobão, pela gentileza de V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador, eu também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a neste momento de dor. Infelizmente, não conheci pessoalmente seu irmão José Aprígio, mas todos os alagoanos que conheço que privaram de sua amizade sempre me falaram dele como uma pessoa excepcional, não só como empresário, mas também como figura humana e grande líder que era, não só na família, mas também em todo o Estado, especialmente no mundo empresarial. Nós acompanhamos toda a sua luta nessa doença e agora, quando infelizmente essa luta chegou ao fim, eu não poderia deixar de dar minha palavra de solidariedade a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Muito obrigado, nobre Senador José Jorge, pelo aparte de V. Ex^a.

Ouç o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Teotônio Vilela, creio que não é a primeira vez que manifesto a minha enorme admiração pela família, especialmente em razão do conhecimento que tive o privilégio de ter do velho Menestrel das Alagoas, o Senador Teotônio

Vilela, e de V. Ex^a, sobretudo admiração pelo caráter, pela competência, pela habilidade política, pela postura ética, pela decência, pela dignidade – sei que esses são produtos em falta na prateleira da política nacional. V. Ex^a, sem dúvida, nos honra, nos orgulha e engrandece esta Casa com sua presença honrando a memória de seu pai, sobretudo, e, agora, do seu querido irmão. As nossas homenagens também a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, o Zé Aprígio lutou com a coragem dos grandes guerreiros. Em todos os momentos, conseguia arrancar de sua própria dor um otimismo que nos contagiava a todos. Aos médicos incrédulos, ele dizia quase todos os dias: “Hoje estou bem melhor”. Ele sempre ficou melhor, bem melhor. Tão melhor que, em sua despedida nas Alagoas, Estado e Município decretaram luto, pois haviam perdido não apenas um dirigente e líder empresarial, mas, sobretudo, um guerreiro das causas alagoanas e um cruzado incansável de seu desenvolvimento.

Este homem, Sr. Presidente, viveu apenas 55 anos. E durante 54 anos, todos os dias eu falei com ele. Não houve fuso horário, não houve latitude que me impedisse de, a cada dia, dizer-lhe ao menos um alô, pois, desde a partida de meu pai, ele se fez para mim e para todos os meus irmãos um porto sempre seguro. Mesmo no anonimato de sua descrição, foi sempre o mais próximo e o mais sólido de todos os nossos esteios.

Esse homem, Sr. Presidente, era meu irmão. Saudades, Zé Aprígio. Que Deus o tenha tão próximo de si como sempre o teremos em nossos corações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado, sobretudo pela tolerância, pela compreensão deste momento e do quanto foi importante para mim dirigir estas palavras ao Senado e ao meu querido irmão Zé Aprígio.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos hoje uma crise muito grande em nível nacional.

Infelizmente, o meu Estado de Rondônia, não está diferente. Vive uma crise profunda, uma crise institucional. As manchetes de jornais nacionais e até do **Fantástico**, da imprensa escrita, da imprensa falada

do Estado e de todo o Brasil noticiaram matérias ruins, episódios tristes com relação ao meu Estado de Rondônia. A Assembléia Legislativa, ontem mesmo, abriu processo contra sete Deputados Estaduais, a exemplo do Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados, que também está processando Deputados Federais. O STJ, na última quarta-feira, dia 17, também acatou por unanimidade pedido do Ministério Público para processar o Governador do meu Estado. Isso é lamentável!

Eu, como ex-Governador do meu Estado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei durante esses dois anos e meio do meu mandato sem fazer uma crítica sequer ao Governador do meu Estado até por respeito, porque já fui Governador assim como o Senador Mão Santa foi do seu Estado; como também Álvaro Dias, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves que aqui se encontram. Todos que estão aqui, coincidentemente, já foram Governadores em seus Estados, mas é muito difícil um administrador romper um mandato – seja ele Presidente da República, Governador de Estado ou mesmo Prefeito, como fui Prefeito por dois mandatos – sem críticas, passar o seu mandato sem que um Partido político, sem que um Parlamentar ou até mesmo uma pessoa do povo faça críticas ao seu governo. E parece que o Governador do meu Estado não aceita críticas.

Fizemos silêncio durante dois anos e meio mesmo sabendo que muitas coisas erradas já aconteceram e continuam acontecendo lá em Rondônia, administrado por um Governador antidemocrático, que não respeita as idéias, que não sabe fazer política no campo das idéias, que persegue aqueles que falam ou que criticam o seu Governo; e assim foi quando ele era Prefeito. Mas agora ele empreendeu uma caça às bruxas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e está vendo fantasmas por todos os lados, achando que o acatamento do STJ, por unanimidade, tem dedo de alguém. A última a ser perseguida foi a vice-Governadora, uma senhora distinta, a Sr^a Odaísa Fernandes, do PSDB, que foi Secretária do meu Governo. Pois bem, hoje, diz o Governador que os Ministros do STJ – nomeados à época do Governo Fernando Henrique Cardoso, que é do Partido da vice-Governadora – votaram contra ele nesse processo por influência da vice-Governadora, do PSDB, dos Senadores e dos Deputados Federais do PSDB, que influenciaram os ministros. Da mesma forma, os ministros que assumiram na época do Presidente José Sarney, por influência dos Senadores ou Deputados do PMDB. Puxa vida! Será que todos os Ministros do STJ foram influenciados a votar contra o Governador do meu Estado? Isso é um verdadeiro ab-

surdo! Mas é isto o que está acontecendo hoje no meu Estado: o Governo lá não aceita nenhuma derrota.

Estou fazendo este pronunciamento até um tanto constrangido porque não é o meu estilo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atacar, criticar. Mas nós temos apanhado. Há muito tempo que o Governador do meu Estado adquiriu – não sei de que forma, já deve estar sendo investigado – um jornal diário, a **Folha de Rondônia**. E esse jornal tem batido, sistematicamente, na Bancada Federal, tem batido sistematicamente na minha pessoa; não só o jornal como o Governador, que eu respeitei durante dois anos e meio sem fazer uma crítica, sem fazer uma acusação. E aonde vá pelo Estado, em reuniões, em solenidades, tem batido neste Senador, em outros Senadores, em Deputados Federais, em toda a Bancada Federal, e tem até agredido a honra de nossa família. Peço ao Governador do meu Estado que respeite a minha família porque sempre respeitei a sua, e admiro muito seu pai, sua mãe, seu irmão, suas irmãs.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse Governador está desequilibrado. Ele deve colocar os pés no chão, a cabeça no lugar e parar de agredir as pessoas. Além disso, ele tem usado um helicóptero pago com dinheiro da educação, com dinheiro do Fundef – fato que está sendo investigado pela Polícia Federal – para se deslocar por todo o Estado e até para jogar partida de futebol. Na maioria das vezes, para atos totalmente alheios à educação. E foram pagos quase R\$2 milhões com recursos do Fundef, que deveriam estar sendo usados para educação, para pagamento de professores, para resolver o problema das escolas. No entanto, esse dinheiro foi usado para o Governador viajar para todo o Estado e até para jogar futebol em finais de semana.

Ele tem lançado programas no Estado com recursos federais que a Bancada tem conseguido, com recursos da Cide, que votamos neste Senado, alocando parte dos recursos da Cide, que eram do Governo Federal, e em que os Estados não tinham participação. Hoje o Governador lança programas de obras de asfaltamento de rodovias com recursos da Cide, mas bate duro no Governo Federal, bate sistematicamente no Presidente da República, no Presidente Lula, bate na Bancada Federal que o tem ajudado durante todo esse tempo. Isso, Sr. Presidente, se chama mau caráter. O Governador é mau caráter. O Governador não tem honra porque não tem sabido respeitar o Presidente da República, que o tem ajudado. Não tem sabido respeitar a Bancada Federal que o tem ajudado também. Grande parte dos programas lançados no

Estado foram empreendidos com recursos federais. Ele não tem tido a hombridade de agradecer à Bancada Federal, de agradecer ao Presidente da República por esses recursos.

Lamento, Sr. Presidente, que, neste momento, tenha que fazer este pronunciamento. É o primeiro em dois anos e meio. Espero que o Governador e sua assessoria tenham juízo, que parem de bater na Bancada Federal, que parem de bater no Presidente da República porque queremos o bem do nosso Estado. Nós não temos feito outra coisa neste Senado, no Congresso, assim como todos os meus pares, a não ser trabalhar em defesa do Estado de Rondônia. Porém, não vamos aceitar mais esse tipo de baixaria por parte do Governo Estadual.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, lamentando muito precisar dizer isso. O Senador Mão Santa, que preside esta sessão, sempre se refere às passagens da Bíblia. Jesus Cristo ensinou que, ao apanhar de um lado do rosto, deve-se dar o outro lado para ser batido, mas um dia, revoltado, Ele chicoteou os vendilhões do templo, colocando todo mundo para correr. Tudo tem limite. A paciência do ser humano, assim como a de Cristo, tem limite. Cheguei ao meu limite. Confesso que, neste momento, a minha paciência está esgotada quanto a esses atos do Governador do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, já que V. Ex^a lembrou Cristo, eu lembraria o provérbio nº 15, observado pelo nosso Partido, o PMDB: “As palavras brandas afastam a ira; as palavras duras suscitam o furor”. Seja feliz! V. Ex^a é exemplo de serenidade na política brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, ex-Governador do Estado do Maranhão, do PFL, por cessão do orador inscrito, Heráclito Fortes.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda repercuta com grande tristeza no Maranhão a tragédia ocorrida em Alcântara a 22 de agosto de 2003, que enlutou famílias, desde técnicos da mais alta qualificação a modestos operários que contribuíam para a consolidação daquele Centro de Lançamento. A ausência de todos eles, Sr. Presidente, comprometeu seriamente o desenvolvimento dos programas que ali eram trabalhados, mas a vida continua

e outros vieram para suprir a grave lacuna provocada pelo lamentado acidente.

Daí a nossa satisfação hoje com a recente informação que me transmitiu o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Gaudenzi, de que o edital das novas obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, sairá ainda neste mês de agosto.

O projeto inclui parceria com empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa, que também se instalarão no local. A estimativa é de que sejam investidos, ao longo de cinco anos, R\$600 milhões na construção.

Essa é uma iniciativa do Governo Federal que vem em bom tempo. É inquestionável a importância estratégica de Alcântara para a ciência e a tecnologia nacionais, além da geração de empregos que proporcionará para o Maranhão e o nosso País como um todo.

Serão construídas, entre outros empreendimentos, casas, hospital, escolas, estradas, uma barragem e um sistema de tratamento de resíduos sólidos. Haverá, pois, uma estrutura básica para os moradores daquela área, estimados numa população de aproximadamente 22 mil habitantes.

É oportuno, Sr. Presidente, citar a nota oficial da Agência Espacial Brasileira sobre o Centro de Lançamento de Alcântara/Centro Espacial de Alcântara, do dia 22 de julho passado. Ali é destacada a atuação da Aeronáutica, na criação do Programa Espacial Brasileiro, nos seguintes termos:

Com relação às matérias publicadas na imprensa nos últimos dias, convém ressaltar o papel preponderante da Aeronáutica na criação do Programa Espacial Brasileiro. Graças à perseverança dos militares, com o apoio da comunidade científica, em contornar obstáculos políticos, financeiros e de capacitação, hoje o Brasil pode se orgulhar da competência instalada e dos resultados alcançados. Mesmo quando se uniram esforços com os pesquisadores e tecnologistas civis, a liderança dos militares na implementação das atividades foi essencial no alcance dos objetivos. Na nova concepção que se busca com o Projeto do Centro Espacial de Alcântara (CEA), o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) permanecerá sob responsabilidade do Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, com a incumbência de operar os lançamentos de

veículos espaciais e de projetar e construir os lançadores governamentais.

Outro aspecto importante a destacar em relação a Alcântara, Sr. Presidente, é a questão da disponibilidade de recursos orçamentários para o setor, também informada pelo Presidente da Agência Espacial Brasileira, em referência às mudanças previstas no Programa Nacional de Atividades Espaciais. A proposta orçamentária para o próximo ano destina aproximadamente US\$200 milhões ao Projeto de Alcântara, o equivalente ao dobro dos recursos orçamentários de 2005.

Quando do desastre de 22 de agosto de 2003, assegurei que por mais dramática que tenha sido, a tragédia não arrefeceria o ânimo dos que tocam o Projeto de Alcântara. É que existe em nosso País a consciência da importância de ser erguido, em Alcântara, um dos mais adequados centros astronáuticos do mundo, que atrairá o interesse de diversos países em explorar o espaço em condições economicamente favoráveis. O Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em outubro de 2003, é a prova do interesse estrangeiro por Alcântara e por essa feliz iniciativa do Governo do Presidente José Sarney.

Na verdade, são promissoras as potencialidades comerciais da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, pois se estima que nos próximos cinco a dez anos haverá um mercado internacional da ordem de US\$60 bilhões apenas do lançamento de satélites de média altura.

A idéia de aprimorar os objetivos de Alcântara deve-se à visão de estadista do Presidente Sarney, quando chefiou a Nação brasileira. Deu a largada para a implantação da Base de Alcântara. Teve a primazia do início da obra e tem sido lastimável que se atrasasse tanto a sua conclusão.

Tenho sido insistente, desta tribuna, com a minha preocupação em relação à escassez de recursos orçamentários para o setor espacial brasileiro. Em agosto de 2003, citei em discurso dados orçamentários preocupantes, que merecem ser agora repetidos: entre 1985 e 1989, o Governo Federal investiu no programa, por ano, valor equivalente a US\$104 milhões. Entre 1990 e 1994, os investimentos anuais caíram para US\$52 milhões, ou seja, metade do que fora desembolsado no período anterior. Entre 1995 e 2002, investiu-se ainda menos: US\$35 milhões por ano. Por fim, chegamos ao ponto de, nos primeiros oito meses de 2003, o pro-

grama aeroespacial do Brasil ter recebido a modesta quantia de R\$21 milhões apenas.

Acontece, pois, que – num programa de inegável relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País – estamos investindo, nos últimos anos, muito menos do que investíamos nos anos 80.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que pesem os tantos entraves, o meu otimismo renasce com o anúncio da Agência Espacial Brasileira, de que está próximo o início das obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, que ampliarão a base de lançamento para um complexo integrado na área espacial. É motivo, portanto, de regozijo para todos os brasileiros e, em especial, para os maranhenses.

Que o projeto seja efetivado pelo atual Governo Federal e tenha prosseguimento, se não for concluído, firme ao longo dos próximos anos e décadas. Tal decisão assegurará ao Brasil acesso a um setor tecnológico que nos colocará no patamar elevado das nações mais destacadas do planeta neste século XXI.

Sr. Presidente, temos, por doação da natureza, seguramente um dos melhores locais do mundo para instalação de um centro de lançamento aeroespacial. Todavia, temos negligenciado, como brasileiros que somos, dos nossos deveres da implantação célere desse centro. Poder-se-ia dizer que essa é uma obra de custos muito elevados. Não é. Para a importância dela, para o retorno que ela produzirá, os custos são ainda muito baixos. De tal modo está estrategicamente plantado esse Centro Espacial brasileiro na geografia mundial, que inúmeras nações já manifestam seu interesse por uma associação com o Brasil para exploração do Centro Espacial de Alcântara.

Sr. Presidente, além do convênio que já temos com a Ucrânia e que está em franco andamento, já agora manifestam seu interesse também, para uma associação com o Brasil, os Estados Unidos, China, Israel e outros países, que também vislumbram, no centro de Alcântara, uma possibilidade de grandes lucros, além do lançamento tecnicamente perfeito que se fará em Alcântara.

Nesta oportunidade, quero exaltar a Força Aérea Brasileira, que teve a iniciativa das primeiras providências da obra inicial. Foi a dedicação de seus oficiais, ao longo desse tempo, que possibilitou a instalação de toda a estrutura lá hoje existente. Não fosse o empenho e a obstinação da Força Aérea Brasileira, em nenhum ponto teríamos chegado até este momento. Portanto, os meus cumprimentos à Força Aérea Brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB PI)

– A Presidência se solidariza com a importância do assunto – não só para o Maranhão, mas também para o Brasil do futuro.

Estava inscrito o Senador Sibá Machado, que está ausente.

Está inscrito também, pela liderança do PSDB, o Senador pelo Amazonas, Arthur Virgílio. Como V. Ex^a está presente, não precisa se inscrever. V. Ex^a é um líder de fato e de direito, reconhecido pela Presidência e pelo Brasil

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois – e, pelo meu coração, tem até o ano 3000.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Estou fazendo um requerimento, Sr. Presidente, endereçado ao ilustre Presidente da Comissão da Compra de Votos, o bravo Senador Amir Lando.

Talvez uma das mais importantes CPIs de que participei foi a do Banestado. Eu nunca vi chegarmos tão perto dos corruptores como na CPI do Banestado. Pela primeira vez, conseguimos que a Justiça americana nos enviasse os dossiês de todas as contas CC-5 e das remessas fraudulentas de dólares para o exterior. Está tudo aqui, nos porões do Senado, e a CPI não os averiguou. O Relator, o ilustre Deputado do PT, Sr. José Mentor, boicotou de tudo que é jeito.

Olha, eu protestei. No fundo, eu acho que errei. Terminei não indo mais, e eu devia ter batido mais. Mas não houve jeito. O Sr. José Mentor, inclusive, no parecer, no relatório que ele queria concluir e que não houve conclusão, deixava fora o Banco Rural. E agora se está vendo, nessa nova CPI, que ele era o homem do Banco Rural.

Então, nós temos um dossiê enorme, como nunca tivemos igual, no porão do Senado Federal.

E estou fazendo um requerimento ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando. Espero, nobre Líder do PSDB, conseguir o apoio das Lideranças para que elas concordem com o requerimento que passo a ler:

Requeiro, com fundamento do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e com o art. 4º, §4º, da Lei Complementar nº 105, da 10.01.2001, bem como nos termos regimentais, a transfe-

rência, a esta CPMI “dos Correios”, de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do “Banestado”.

Justificação

Durante os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito em curso no Congresso Nacional, ficou evidenciado que os artífices dos atuais escândalos lançaram mão de expedientes em tudo similares àqueles já investigados na CPMI “do Banestado” para realizar a lavagem de dinheiro oriundo de corrupção e desvios de recursos públicos.

A CPMI “do Banestado”, em virtude de problemas por todos conhecidos, não conseguiu lograr êxito em seu desiderato. No entanto, ao recolher um dos maiores arcaibouços documentais de que já se teve notícia no Brasil sobre a evasão de divisas, pode oferecer relevante contribuição para as investigações.

Faz-se necessário saber se o Sr. Duda Mendonça utilizou-se de caminhos ilegais para movimentar seus recursos no exterior; se a empresa Garanhuns voltou a internalizar ou redistribuir os recursos que recebeu do Sr. Marcos Valério e para quem foi esse dinheiro; se a DNA Propaganda só fez remessas ao exterior para pagar fornecedores, como afirma seu sócio, ou utilizou-se desse caminho para beneficiar políticos indignos do mandato que ostentam.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Já encerro. Sr. Presidente.

Por tudo isso, e considerando a orientação jurídica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, é que venho solicitar que o presente requerimento seja levado a votação nominal, a fim de que as bases de dados e os respectivos documentos comprobatórios integrantes do acervo da CPMI “do Banestado”, atualmente depositados no Arquivo do Senado Federal, possam servir para auxiliar os trabalhos desta CPMI.

Sala das Sessões. – Senador Pedro Simon.

Espero que o Senador Amir Lando leve a voto e que a Comissão aprove. Esse dossiê é um dos mais graves que conheço. Já se sabe que há nomes muito importantes – por isso, não andou. Já se sabe agora que o Sr. Mentor, que estava por dentro do esquema, funcionava como Relator – e por isso não andou, acho que seria muito importante...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... que, em vez de deixar no arquivo morto, o Sr. Amir Lando e a comissão trouxessem para o debate.

Claro que sim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Duas coisas. O Relator da CPMI do Banestado se desnudou completamente pelos fatos que se sucederam àquela Comissão Parlamentar de Inquérito. A outra observação, na verdade uma comunicação, é que acabei de assinar o seu requerimento para nós tocarmos para frente, de maneira irreversível, essa busca pelos corruptores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Eu acho que, com isso, está garantido que sairá esse trabalho, e eu acho que é muito, muito, muito importante que façamos essas averiguações, e que aquilo que alguém imagina que é arquivo morto volte para nós fazermos as apurações.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador José Jorge, de Pernambuco, Líder do PFL, como inscrito, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex.^a terá 10 minutos regimentais e 5 de tolerância, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em prazo muito curto conseguimos aprovar ontem, na CCJ, um projeto terminativo de reforma eleitoral que atende, pelo menos parcialmente, aos anseios da sociedade brasileira, tendo em vista o que aconteceu durante a eleição do Presidente Lula.

Nós apreciamos nesta Casa, em 2002, 2003, diversos itens da reforma política, que foram enviados para a Câmara, como, por exemplo, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha, com eleição por listas, e outros projetos que formavam a parte principal dessa chamada reforma política. Infelizmente, quando o Presidente Lula assumiu, com a promessa de mudar a sociedade brasileira, esses

projetos ficaram engavetados, Senador Mão Santa, durante todo o mandato do ex-Presidente João Paulo. À época não sabíamos, mas hoje sabemos que o Presidente da Câmara foi chantageado por esses partidos, os partidos envolvidos na história do mensalão, o PP, o PL e o PTB, de tal forma que ele não colocou em votação esses projetos. Então a reforma política está lá, engavetada, e agora se está tentando retirá-la.

O Senado Federal não pode aprovar outra reforma política, porque já a aprovou. Então resolvemos aprovar o que chamamos de reforma eleitoral, alguns itens na forma de se disputar a eleição para dar uma resposta à sociedade em relação ao que está acontecendo e o que aconteceu em nosso País na eleição principalmente de 2002 e também na eleição de 2004.

Essa reforma veio por meio de um projeto que foi encaminhado pelo Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, para o qual fui indicado Relator pelo Presidente Renan Calheiros, pelo Presidente Antonio Carlos e por todos os líderes em uma reunião, e medaram a missão de aprovar esse projeto no prazo de uma semana praticamente.

Abrimos prazo para emendas, recebemos 99 emendas, com ampla participação da maioria dos Senadores. Começamos a discutir e votar o projeto na quarta-feira, ontem encerramos a votação e agora será enviado à Câmara.

Quais são os principais pontos desse projeto? Qual é a sua filosofia? Há três idéias por trás do projeto. A primeira é diminuir os custos da campanha, fazer uma campanha mais barata; a segunda é tornar mais abertas as doações de campanha, legais; e a terceira é tornar mais difíceis as doações de campanha que são ilegais, o chamado caixa dois ou, como diria o nosso eminente tesoureiro Delúbio Soares, os recursos não contabilizados – termo técnico que ele usa.

Então, o que se fez para diminuir os custos da campanha?

Em primeiro lugar, se reduziu o tempo da campanha de noventa para sessenta dias. Hoje em dia, a campanha no Brasil tem noventa dias e vai passar a ter sessenta. Esse já é um período longo se comparado a outros locais do mundo.

Em segundo lugar, o tempo de propaganda eleitoral, que era de 45 dias, foi reduzido para 35 dias. Já que a campanha foi reduzida, o tempo de propaganda eleitoral também foi reduzido.

Em terceiro lugar, retirou-se a possibilidade de se utilizarem recursos tecnológicos sofisticados, filmações ambientais e reduziu-se tudo a uma campanha

de estúdio para igualar os candidatos e para baratear as campanhas eleitorais. É o efeito Duda Mendonça, poderíamos dizer. Vimos quanto custou a campanha do Presidente Lula, inclusive com pagamentos no exterior, Senador Garibaldi. O marqueteiro recebeu 15 milhões no exterior, o que vai fazer com que agora, com a campanha mais barata, talvez o Sr. Delúbio possa, pelo menos, pagar o caixa dois diretamente aqui no Brasil.

Em quarto lugar, a limitação de recursos na distribuição, por exemplo, de camisetas, chaveiros, bonés, tudo isso fica proibido exatamente para diminuir os custos.

Em quinto lugar, existe uma grande fonte de custos, que é a boca de urna. A boca de urna se revela, pelo menos no caso do Estado de Pernambuco, uma compra de votos. Agora, a boca de urna foi criminalizada, foi proibida definitivamente, e nós teremos, no dia da eleição, a cidade completamente tranqüila, sem aquele movimento todo que existia no dia da eleição em praticamente todo o Brasil.

Outra questão foi o agravamento das punições aos infratores da Lei Eleitoral. Eu estive com o Ministro Carlos Veloso, conversando sobre as penas. Colocamos penas maiores para os diversos crimes que podem ser realizados quando se faz uma campanha eleitoral.

Outro ponto foi a vedação à pesquisa. Eu havia colocado no meu relatório vedação de pesquisa de 48 horas, mas, no final, a Comissão optou para uma vedação de 15 dias em relação às pesquisas eleitorais. É discutível a constitucionalidade, mas essa foi a opinião da Casa.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador José Jorge, quero cumprimentá-lo não somente pelo pronunciamento que está fazendo, esclarecendo o que foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, como também pelo seu relatório bem elaborado, criterioso. Acho que o Senado tem procurado fazer essa reforma política, porque grande parte da reforma política que se discute há algum tempo foi aprovada no Senado e está na Câmara há mais de dois anos. Não sei por que, talvez porque na Câmara são 513 parlamentares e aqui somos apenas 81, e o processo legislativo, portanto, é diferente. Mas o certo é que agora estamos dando uma resposta. Resumidamente, barateando os custos da campanha, evitando, portanto, que haja essa necessidade de recursos astronômicos, como temos visto, em que uns que não fazem se prejudicam em relação àqueles que

fazem. Então, é uma oportunidade que a Câmara tem de dar uma resposta concreta à sociedade. No que tange às pesquisas, acho também, embora, como V. Ex^a disse, possa se discutir a questão de constitucionalidade ou não, o certo é que a pesquisa no Brasil tem funcionado como indutora da opinião do eleitor. Então, considero que o que aprovamos aqui, e vou até dar uma opinião na condição de médico, foi uma operação de emergência muito importante que, se não cura de vez os males todos de uma campanha eleitoral, avança bastante.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a tem absoluta razão.

Outra questão proibida foram os chamados *showmícios*, fontes de grandes despesas. Para lembrar, na campanha do Presidente Lula, entre outros shows, foram contratados, Senador Cristovam Buarque, 40 shows de Zezé Di Camargo e Luciano, que, por sinal, não foram pagos ainda. Ainda estão devendo a eles o PT, Delúbio Soares e Marcos Valério. Na realidade, esses grandes **shows** tiram o foco da campanha política, tiram o foco do candidato.

Nos programas de televisão, também só poderão aparecer os candidatos e os filiados àquele partido, para que o foco seja no candidato.

É como disse o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral: não se quer transformar candidato em sabonete. O candidato tem que aparecer como ele é, para que saibamos exatamente o que ele vai fazer, quando ganhar a eleição.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, sua contribuição vai ficar ainda mais importante para nós do que sua contribuição na reforma do sistema judiciário brasileiro. Isso porque, sem um sistema político que funcione eficientemente, o Judiciário, por si só, não mudará o Brasil. Eu gostaria de perguntar por que algumas coisas mais não foram feitas. Por exemplo, não foi decidido o limite no valor de gastos de cada candidato. Nenhum candidato poderá gastar mais do que determinado teto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A legislação atual diz que cada partido deve definir o limite de gastos para cada função. Isso tem que ser discutido antes da eleição.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Uma intervenção sobre os partidos. Segundo, limitar a contribuição pessoal aos partidos apenas aos militantes e definir um teto: ninguém poderá dar mais ao partido do que certo valor, mesmo sendo militante, incluindo

aí o candidato. Há também outras questões polêmicas que poderemos discutir no futuro. Por exemplo, acabar a reeleição para todos os cargos executivos, limitar em apenas uma reeleição, mesmo para os cargos legislativos, até líder sindical. Uma das coisas que mais atrapalha o Brasil é o líder sindical perpetuar-se no cargo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Senador Cristovam, em relação a essa questão das restituições financeiras, a filosofia é a seguinte: quanto mais restrições criarmos para a doação legal, ela se torna ilegal. Infelizmente, na verdade, a criação de leis e restrições não impede que se faça coisas erradas; o que impede é a viabilização da coisa certa. Vou dar um exemplo, na cidade de V. Ex^a e na minha cidade, Recife. Quando éramos jovens, quer dizer, até uns quinze anos atrás, não éramos tão jovens assim, na realidade, no Estado de Pernambuco só se comprava uísque de contrabando, nos supermercados nem vendia uísque, colocavam umas três garrafas lá só para enganar, tudo era contrabando. Por quê? Porque o imposto de importação era tão alto que viabilizava o contrabando. As pessoas lá, naquela época, tinham, como hoje tem o *personal stylist*, elas tinham uma espécie de *personal* contrabandista, todo mundo comprava o seu uísque em um fulano que vendia uísque melhor ou pior. Isso hoje acabou. Ninguém compra mais uísque de contrabando. Por quê? Porque hoje a taxa de importação é razoável, aí ficou o contrabando economicamente inviável. Então, na realidade, no momento que digo “não pode contribuir, não pode fazer, tem que ser pouco etc.”, o que é que o candidato vai fazer? Temos 16.800 candidatos. Então ele vai para o caixa dois.

Para diminuir isso, temos que fazer três coisas: Diminuir o custo, ampliar a possibilidade do caixa um e criminalizar o caixa dois. São essas três medidas em conjunto que vão fazer com que o caixa dois não se acabe. Isso não vai acabar nunca. Coisa errada nenhuma se acaba. Vai diminuir. Essa foi a filosofia do projeto que a Comissão aprovou.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Só um pequeno ponto. Estou de acordo que isso vai fazer com que uma quantidade que iria pelo caixa um iria pelo caixa dois, mas, se formos rígidos contra o caixa dois, dificultaremos. E, finalmente, pode parecer brincadeira, mas não é, queria dizer que, no caso do uísque, legalizamos o alcoolismo, mas, no processo

eleitoral, temos que acabar com o alcoolismo. Não basta apenas legalizá-lo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Infelizmente, V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, tem uma mentalidade um pouco sonhadora. V. Ex^a entende que podem acabar as coisas erradas, mas, infelizmente, não podem. Podem diminuir e, evidentemente, tanto V. Ex^a como nós vamos trabalhar para diminuir, mas temos que trabalhar de forma realista, porque, na verdade, se ampliarmos tudo isso, formos restringindo o caixa um, vamos fortalecendo o caixa dois. Mas há outras opções. Pode até ser o financiamento público de campanha. Como também acho que financiamento público de campanha é a extinção do caixa um e a legalização do caixa dois, porque, na verdade, financiamento público de campanha sem lista, com 16.800 candidatos numa eleição, evidentemente, a população não vai deixar que se dê dinheiro para financiá-los. É um assunto complexo.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo, em primeiro lugar, aos funcionários da Assessoria e da Comissão, especificamente – depois vou, inclusive, encaminhar o nome deles –, que participaram desse projeto, porque foi um enorme esforço. Inclusive, alguns não dormiram de quarta para quinta-feira devido ao prazo de encerramento das emendas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria de agradecer a todos; aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, principalmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente, aos demais membros, aos líderes, e àqueles Senadores todos que participaram, acompanharam e colaboraram na aprovação deste projeto. Foi um projeto cuja aprovação se fez num tempo muito curto, e isso não poderia ter sido realizado se não tivéssemos a colaboração de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Jorge, eu queria reconhecer V. Ex^a, primeiro, pelo grande serviço no Executivo brasileiro, quando enfrentou o apagão. Aqui também está havendo outro apagão, o da moral; apagaram a moral, a ética na política.

Peço permissão a V. Ex^a para citar um fato. Um quadro vale por 10. Imagine esse candidato no Recife, a governador do Estado, V. Ex^a é do PFL, um Partido que está com o governo do Estado, outro com a prefeitura. Ficou claro que esses partidos irão fazer contratos com os institutos de pesquisa. A metade vai ficar com

o governo do Estado, que tem mais poder econômico que V. Ex^a, a outra metade com a prefeitura. V. Ex^a não terá nenhum. E isso foi o que houve nas eleições passadas. Vários candidatos se manifestaram porque tinham contratos firmados com essas instituições governamentais que os mantêm durante o ano. Então, acho muito pouco 15 dias, a pesquisa é feita com má-fé. Em vários Estados brasileiros, os candidatos que não estão ligados à prefeitura ou ao governo do Estado não têm nem condição de ter contratada uma pesquisa. E se formos buscar as poderosas nacionais, somente contratando o Delúbio para fazer caixa dois, três, quatro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o Delúbio agora está desempregado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é.

Então, com V. Ex^a vamos ainda debater aqui. E na Câmara, vou defender que se aumente o prazo para trinta dias, embora reconheça que um dos maiores avanços da pesquisa é um casamento perfeito da matemática com a estatística de que V. Ex^a entende tão bem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Se V. Ex^a não tem ainda nota dez, já tem 9,9. Falta somente esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2005

Altera o art. 89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos ex-Presidentes da República no Conselho da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 89 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 89.
.....

VIII – os ex-Presidentes da República, excetuados os que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham

renunciado ao mandato, salvo por motivo de doença. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem o objetivo de alterar a Lei Maior para prever a participação dos ex-Presidentes da República no órgão superior de consulta do Presidente da República.

Nesse sentido, mediante o acréscimo de um inciso VIII ao art. 89 da Constituição Federal, pretendemos deixar expresso que os ex-Presidentes da República comporão o Conselho da República, excetuados aqueles que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e, também, os que tenham renunciado ao respectivo mandato, salvo por motivo de doença.

Como bem sabemos, o Conselho da República foi instituído pela Constituição de 1988 com o objetivo de ser órgão de consulta superior do Presidente da República, cabendo-lhe pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. O Conselho tem, ainda, a incumbência de opinar sobre outras questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, a juízo do titular do Poder Executivo da União (art. 90 da CF).

A composição do Conselho está inscrita no art. 89 do Estatuto Magno, dele participando o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o Ministro da Justiça e, também, seis cidadãos brasileiros natos, com

mais de trinta e cinco anos de idade. Dois são nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

De nossa parte, entendemos como de fundamental importância que os ex-Presidentes da República também tenham assento no órgão superior de consulta do Presidente da República. Primeiro, porque ninguém com mais autoridade e conhecimento para aconselhar o Chefe do Poder Executivo do que quem já ocupou o mesmo cargo, vivenciou problemas similares e se defrontou com questões análogas.

Ademais, somos da opinião de que o País deve proporcionar espaço institucional adequado para que os ex-Presidentes da República; exatamente pela experiência que adquiriram ao exercer o cargo, continuem a contribuir para a solução dos problemas nacionais.

E, nessa perspectiva, entendemos que o Conselho da República é o órgão apropriado para tanto.

Ressalve-se que, por razões óbvias, excluímos de tal participação os ex-Presidentes da República que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham renunciado ao cargo, exceto por motivo de doença.

Ante o exposto e em face da especial relevância da presente proposta de emenda à Constituição, com que se almeja o aperfeiçoamento das nossas instituições, solicitamos aos ilustres Congressistas a sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2005. – Senador **Alberto Silva**.

(Handwritten signatures and notes)

(Helf Suaborn)

(Edison do Amaral)

(Reginaldo de Souza)

(José Maranhão)

(Miguel Arraes)

(L. Quintanilha)

(Leomir Quintanilha)

Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

I – intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

II – as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

§ 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos seguir a lista de oradores inscritos. A inscrição favorece o Senador Cristovam Buarque, do PT do Distrito Federal.

V. Exª regimentalmente tem direito a dez minutos prorrogáveis por mais cinco. E pelo nosso coração, V. Exª poderá falar o ano inteiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado pelo “coração”, Presidente, mas meu coração entenderá perfeitamente que V. Exª cumpra o Regimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem aprovamos em uma das Comissões do Senado Federal um projeto da Senadora Ideli Salvatti que obriga a escola básica no Brasil a usar a Língua Brasileira de Sinais, de tal maneira que possamos trazer para dentro da sala de aula o idioma que nossas crianças portadoras de deficiências auditivas possam compreender.

Eu disse ali, como Relator, Sr. Presidente, que deveríamos também ter a obrigatoriedade de ter a Libras aqui no Congresso Nacional, para que, no momento em que for preciso, quando tivermos Congressistas portadores de deficiências auditivas, eles possam também conversar conosco.

Mas eu disse mais, Sr. Presidente, e é o que venho dizer aqui: que está precisando se dar um curso aos Parlamentares brasileiros de Libras. Não para entender os gestos com os dedos que nos indicam a linguagem de que se servem aqueles que não ouvem. Está precisando, Sr. Presidente, se ensinar Libras a nós para que entendamos a linguagem corporal do povo pobre brasileiro, que não conseguimos ler, por-

que passamos numa esquina com crianças pedindo esmola na hora que deveriam estar na escola e não conseguimos ler que, naquele corpo sofrido, está uma linguagem, está uma palavra chamada “miséria”. Não conseguimos ler, e é triste isso, a linguagem corporal dos pobres brasileiros que dormem em calçadas. Não conseguimos ler a linguagem corporal daqueles que ficam na fila durante dias, noites muitas vezes, para terem um atendimento médico. Não conseguimos ler a linguagem corporal de pessoas idosas que, para receber as aposentadorias, têm que dormir no frio, sentadas em calçadas. Está na hora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que nós, os Parlamentares deste País, entendamos a linguagem corporal da miséria, a linguagem corporal que os pobres brasileiros falam todos os dias para nós, nas esquinas, no campo, nos lugares onde a pobreza está vivendo.

Falo, Sr. Presidente Tião Viana, do belo projeto da Senadora Ideli Salvatti sobre Libras, Língua Brasileira de Sinais, sendo adotado nas escolas para crianças, dizendo que precisamos também aprender Libras, mas não para aprender os gestos e sim para aprender os gestos corporais dos pobres quando gritam para nós, e não entendemos, que eles estão passando fome, que gritam para nós, e não entendemos, que eles não sabem ler.

Senador Mão Santa, se prestássemos atenção nas paradas de ônibus aos gestos como alguns adultos olham para o ônibus, perceberíamos que ali, naquele gesto, estariam dizendo que não sabem ler. Estariam procurando sinais que lhes indiquem para onde vai aquele ônibus. Felizmente, hoje, graças à Senadora Ideli Salvatti, começa a ser aprovado o projeto de usar Língua Brasileira de Sinais nas escolas. Mas eu não vejo nenhum gesto para que coloquemos os nossos Parlamentares para aprenderem a Língua Brasileira de Sinais falada nos corpos dos povos brasileiros. E tenho impressão de que isto não vai sair de nenhum dos nossos partidos.

Nenhum partido conseguiu levar adiante, Senador Mão Santa, nenhuma reforma para valer no Brasil. Todas as nossas mudanças substanciais vieram de movimentos populares, sociais e até de corporações, até dos militares, mas nenhuma veio de partido – nem a Independência, nem a República, nem a Abolição, nem a redemocratização, nem o próprio desenvolvimento, nada. O que mudou o Brasil não veio de nenhum dos partidos, e o meu, o Partido dos Trabalhadores, foi o primeiro a encarnar a idéia de que era um partido para a transformação social. Nós temos que reconhecer que nesses mais de 30 meses de Governo, Senador Tião Viana, nós frustramos essa idéia de sermos os vetores da transformação social. Fizemos até bons projetos. Não há dúvida de que fizemos. Demos continuidade a

bons projetos que herdamos. Isto já é um mérito. Mas ser vetor de transformação, deixar um legado, uma marca que diz que o Brasil de quando nós saímos é diferente do Brasil de quando nós entramos, isto nós não vamos fazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Professor Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é a grande dádiva que Deus deu ao PT. Quero lhe dizer que respeito o seu currículo, e todo o Brasil respeita, mas V. Ex^a não foi prefeitinho. O Lula também não o foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Fui prefeitinho do Distrito Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sou orgulhoso porque fui prefeitinho. Então, quando saí do tempo de trabalho, de uma sala de cirurgia, para ser prefeito, comecei a estudar. Nós acreditamos no estudo. Estamos aqui pelo estudo e pelo trabalho, com as pernas do estudo e do trabalho. Então, fui estudar uma revista especializada no âmbito municipal. Vi um programa de uma mulher – mulher sempre sabe – do Rio Grande do Sul. Atentai bem, Senador Tião Viana! Ela tinha um programa, chamado Nenhum Brasileiro Analfabeto, que coloquei em minha cidade, Parnaíba. Era um programa simples, de voluntários evangélicos e católicos, em que cada um era responsável por um analfabeto. Quando eu lancei o programa, uma pessoa que eu tinha operado, filho de um carroceiro, que não tinha mais baço e estava com o fígado estragado, viu-me e disse: o meu professor vai ser o Prefeito. Eu não pude evitar; assumi aquela responsabilidade e o alfabetizei. Era o Pedro. Lembro-me muito bem de que, aos sábados e domingos, preocupado, ia buscar o Pedro para levá-lo à praia para ler os livros, porque eu tinha que prestar contas e dar o exemplo. Esta é a única tese, pelo seguinte: se Cristovam Buarque colocar o melhor prédio, a melhor informática, a melhor professora, o analfabeto não se apresentará, porque é envergonhado. Aquilo é uma doença que o envergonha, então ele se apresenta para um próximo, para um parente, para um amigo. Se cada um assume esse compromisso, nós alfabetizamos milhares e milhares. Depois eu fiz isso como Governador do Piauí. Mas vou falar sobre o dia mais belo da minha vida política, Senador Tião Viana. Eu levava os que colavam grau dentre os alfabetizados para o melhor clube, e na festa havia um orador. Quando era Governador do Estado, a festa era nos salões do Karnak. Alfabetizava, havia festa. Eu me lembro de um discurso da oradora. Foi o melhor dia da minha vida, no Igara Clube, dos ricos da minha cidade. Ela disse: “O senhor é um doutor, um operador. Mas não

é. O Prefeito é um oftalmologista, porque eu era cego, não tinha visão.” Então, continue com o seu sonho, e eu lhe passo essa experiência. V. Ex^a, ou o Senador Tião Viana, ou o Senador Paulo Paim deveria ser recrutado agora – há três para se escolher – para ser o Richelieu que o Lula está precisando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a mostra que despertou porque soube ler no corpo de algum pobre analfabeto a necessidade que ele tinha.

Sr. Presidente, volto ao meu pronunciamento e peço um pouco de generosidade no tempo. Quero falar dessa frustração que sentimos hoje e que trouxe desencanto ao povo brasileiro. Podemos aceitar o desencanto no povo, mas não podemos aceitar o desencanto entre nós que somos os líderes nacionais. Nós precisamos, de dentro desta Casa, retomar o encanto que o povo perdeu. E esse encanto não virá de um partido ou de outro. Ele só virá de um movimento nacional que incorpore pessoas de todos os partidos, mas que tenham metas, sonhos, propósitos que possamos ter certeza de realizar.

Não vejo por que haja diferença nesses sonhos em pessoas de Partidos tão diversos: entre V. Ex^a, Senador Mão Santa, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Alvaro Dias. Não vejo por que haja diferença entre nós em relação a alguns grandes objetivos para este País que reencantem o povo brasileiro, que tirem o povo desse desencanto.

Sinceramente, estamos sendo modestos quando concentramos o nosso sonho na luta contra a corrupção do comportamento de políticos. É preciso travar essa luta, Senadora Heloísa Helena, mas também é preciso fazer um movimento pela ética nas prioridades das políticas públicas. V. Ex^a foi um exemplo, com o seu projeto voltado para a primeira infância. V. Ex^a sabe como foi difícil aprová-lo, como Partidos ficaram contrários a ele. Foi preciso V. Ex^a criar uma espécie de movimento que trouxe para aquele objetivo pessoas de diversos Partidos.

Precisamos – dispomos de pouco tempo – criar um movimento pela ética nas prioridades no Brasil. Nos últimos dias, o povo tem ido às ruas protestar contra a falta de ética no comportamento. Em breve – espero que ocorra –, o povo vai às ruas protestar contra a vergonha das prioridades equivocadas no uso do dinheiro público.

Nós, Líderes deste País, não temos o direito de deixar que o povo continue desencantado, nem temos o direito de enganá-lo, fazendo-o acreditar que cada um de nós, prisioneiros em nossos “partidinhos” – Senador Mão Santa, uso uma expressão semelhante à de V. Ex^a quando diz “prefeitinho” –, liberará a força criativa do povo brasileiro.

É por meio de um grande movimento pela ética nas prioridades, pela ética social, a partir da linguagem lida no corpo dos pobres brasileiros, que vamos poder colocar junto pessoas como o Senador Mão Santa, como o Paim, como o Tião, como a Heloísa, como tantos outros aqui, e levar o povo a sair do desencanto, voltando a acreditar que ainda é possível sonhar um Brasil diferente.

A frustração destes meses não justifica o desespero histórico. A história vai muito além dos governos e exige de nós pensarmos historicamente e não apenas politicamente nos momentos das grandes crises.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu além do que eu tinha direito.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio por 15 minutos.

A seguir, falará o Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho sido procurado por jornalistas de enorme credibilidade devido ao fato, já noticiado pelas agências **on-line**, extremamente agravador da crise política por que passa o País. Os boatos são no sentido de que o Sr. Rogério Buratti teria, em seu depoimento, feito acusações de enorme gravidade, quanto ao aspecto ético, ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, por sinal, técnico competente que se vem havendo com enorme adequação às funções que ora exerce numa área que idealmente deveria passar ao largo dessa crise.

Se porventura confirmados esses boatos ou essas notícias, poderemos dizer que o País estaria entrando na fase mais aguda dessa crise sem precedentes na história republicana, que é aquela que começou com os R\$3.000,00 do Sr. Marinho dos Correios e agora já ameaça, a se confirmarem as notícias, a própria estabilidade da equipe econômica do Governo do Presidente Lula.

Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o equilíbrio, no Brasil, está muito precário. A revista **Veja** de 17 de agosto mostra dois líderes ameaçados de terem seus mandatos cassados – um do PP, Janene; outro do PL, Mabel – ameaçando contar o que sabem sobre o envolvimento do Presidente Lula no mensalão.

Mais ainda – a revista **Veja** não foi contestada –: em determinada altura, o Sr. Janene, numa cena que a revista descreve aqui e que a mim se afigurou grotesca, teria subido à mesa e teria dito ao Líder do

Governo Arlindo Chinaglia, “avise aquele FDP” – FDP seria o Presidente Lula – “que, se me tirarem a liderança” – não é nem o mandato, é a liderança –, “vou contar tudo o que sei”. Isso vai para os Anais.

André Petry*, também da **Veja**, diz que o Presidente estaria tomando algumas atitudes de submissão à cúpula da Igreja Católica – refere-se especificamente ao aborto – não por crença do Presidente na indefensabilidade do aborto, mas para buscar o que ele chama de base social para se defender, o que ele chama de conspiração contra ele, quando a conspiração não é, de jeito algum, das oposições ou da sociedade. A conspiração é das pessoas que praticaram corrupção à sombra das suas barbas. Essa é a grande verdade.

Aqui está o Presidente cedendo em pontos importantes para a sociedade, e vamos então dizer que é triste o Governo e triste o País cujo equilíbrio político depende de o Sr. Delúbio não falar, de o Sr. Silvio Pereira silenciar, de o Sr. Dirceu ter paciência e estoicismo e também não falar, de o Sr. Toninho Barcelona ficar quieto, de o Sr. Beltrano de Tal... Trata-se de um pacto de Omertà demasiadamente difícil de se sustentar.

Não li jornais hoje aqui. Cheguei de Recife de manhã cedo. Fui ontem à missa do Governador Miguel Arraes, meu querido e saudoso amigo, e estou com o jornal **Folha de Pernambuco**, cuja manchete é: “Dirceu: cabe a Lula dizer quem é o traidor”. Está desafiando o Presidente Lula.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permita-me V. Ex^a um aparte emergencial?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte, com muita honra, líder José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na realidade, Líder Arthur Virgílio, acabamos de receber uma notícia de que o Sr. Buratti, no seu depoimento aos Procuradores, em Ribeirão Preto, com a tal delação premiada, disse que, já na época em que o Ministro Antonio Palocci era Prefeito, havia um esquema, um acordo, para que as empresas prestadoras de serviço dessem R\$50 mil por mês. Disse ainda que esse dinheiro era enviado ao Diretório Nacional do PT e entregue ao Sr. Delúbio Soares. Era um chamado mensalão municipal que financiava não apenas a política local, como a política nacional que o PT executava na época. É uma notícia que ainda não está absolutamente confirmada, mas todos os repórteres a possuem. Gostaria de trazê-la a V. Ex^a e ao Plenário do Senado e comunicar que vamos requerer, se confirmada essa notícia, a presença do Ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos, para que possamos – ontem, o Dr. Buratti depôs; a partir daí, deve-se explicar, evidentemente –, ouvi-lo sobre essa denúncia que é gravíssima. Já temos um Presidente do Banco Central baleado, se tivermos um Ministro da Fazenda baleado também, para onde vai o

nosso País? Era só isso. Desculpe-me por interromper o discurso de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, nobre Líder José Jorge, eu começava o discurso, aliás, pela preocupação. O equilíbrio é muito precário. Essa é a área que, de preferência, não deveria ser afetada por questionamentos éticos. É a área cerne, chave para se manter o equilíbrio político do Governo que aí está, é o que resta a este Governo. Se se confirmarem essas notícias, que parecem mais do que boatos, vamos presenciar no dia de hoje este Governo ferido de morte.

Já concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

Como eu ia dizendo, temos um equilíbrio que depende do Seu Buratti, do Seu Barcelona, do Seu Delúbio, do Seu Dirceu, do Seu Waldomiro, do Seu Silvio, dependem de eles não falarem. São tratados a pão-de-ló. Aqui está uma manchete do jornal **Folha de Pernambuco** absolutamente desafiadora: “Dirceu: ‘Cabe à Lula dizer quem é o traidor’”. Aliás, queria corrigir o Ministro José Dirceu: Lula não disse que havia um traidor, mas, sim, traidores, no plural. Deveria ter dito sim, reclamamos isso na semana passada desta tribuna. Sua Excelência deveria ter revelado o nome deles todos. De acordo com a matéria, Dirceu desafia Lula a dizer quem o traiu. Peço que tudo isso vá para os anais.

No **Diário de Pernambuco** temos: “Delúbio admite uso de caixa 2 na campanha de Lula”, confirmando a versão do Secretário Executivo do Ministro Ciro Gomes de que o dinheiro, então, era para pagar gasto de campanha do Presidente Lula. É um cerco que se fecha cada vez mais.

Ainda no **Diário de Pernambuco**: “Governo barra convocação de Meirelles e Okamoto” – sobre o empréstimo feito a Lula, se pagou ou não. É uma confusão tão grande, que só mesmo a CPI para esclarecer isso. E se não tem nada de mais, por que barrar o esclarecimento dos fatos por quem possa esclarecer os fatos?

Jornal do Commercio*, de Pernambuco: “CPI rejeita a convocação de Okamoto e doleiro” – mas reabre o caso Santo André com a convocação do irmão do Celso Daniel, CPI dos Bingos.

Senador Alvaro Dias, já lhe cedo a palavra.

Denunciei uma vez a seguinte triangulação. O Sr. José Dirceu disse: “Estou processando o irmão do Celso Daniel”. Eu, desta tribuna, disse: “Mas, Ministro, não tem nenhuma vantagem nisso. Eu quero saber se o Sr. Gilberto Carvalho está processando o irmão do Sr. Celso Daniel”. O Sr. João Daniel disse que repassava o dinheiro para o Sr. Gilberto Carvalho, que dizia a ele que o repassava para o Sr. José Dirceu. Nunca foi dito que o dinheiro era repassado diretamente a José Dirceu. Assim, fica uma esperteza de quinta classe: José Dirceu processa quem não o acusou, e

Gilberto Carvalho, acusado diretamente, não processa ninguém. Não me consta que corra em nenhuma vara criminal deste País algum processo movido pelo Sr. Gilberto Carvalho contra o irmão do Sr. Celso Daniel. Ou seja, é confusão demais, é desagregação demais. Essa notícia envolvendo a credibilidade do Ministro Palocci, esses boatos que viraram notícia, constituem precisamente a dose cavalgar que estaria faltando para esta crise assumir ares explosivos e efetivamente desestabilizadores.

Vou aguardar os fatos, antes de fazer pronunciamentos mais conclusivos, mas digo, Senador Alvaro Dias, ao lhe conceder o aparte, que era tudo o que o Brasil não precisava nesta hora. A se confirmarem essas notícias, os acontecimentos podem se precipitar de maneira extremamente desagradável.

Concedo a palavra a V. Ex^a para o aparte com muita alegria, com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, pedi a palavra para contribuir com o detalhamento da informação do Senador José Jorge: o Sr. Buratti revelou que o Ministro da Fazenda recebia R\$50 mil por mês da empreiteira Leão Leão quando era prefeito de Ribeirão Preto. Portanto, R\$50 mil eram de uma empreiteira, e não de todas as prestadoras de serviço à Prefeitura de Ribeirão Preto. E conta mais: que esse esquema prosseguiu também na gestão do sucessor de Palocci, o Sr. Gilberto Maggioni, e que esse dinheiro era repassado então ao Sr. Delúbio Soares. Isso é muito grave. É evidente que, se o Sr. Buratti está buscando os benefícios da delação premiada, ele só terá esses benefícios se a sua contribuição apresentar resultados objetivos. Portanto, ele deve ter provas. E, se tiver provas, Senador Arthur Virgílio, fica insustentável a posição do Ministro da Fazenda, Palocci. Realmente, estamos diante de um Governo que caminha como pato baleado. Não sabemos mais qual o destino desse Governo. E V. Ex^a, como nosso Líder, com a competência reconhecida nacionalmente, tem alertado o Presidente Lula há muito tempo. E o Presidente, lamentavelmente, omitiu-se, foi condescendente, foi cúmplice, não impôs autoridade, participou desse projeto. Agora, estamos diante de uma crise sem precedentes, porque se trata de um gigantesco escândalo de corrupção. Teve origem antes do atual Governo, mas sempre com os mesmos artifícios. O aprendizado foi anterior, aperfeiçoaram o modelo e o implantaram nacionalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Às vezes, chego a achar que esse Governo quer desmoralizar Gabriel García Márquez, quer mostrar que toda aquela cor fantástica que García Márquez imprime às suas obras não é nada perto do surrealismo a que chega o Governo Lula. Afinal de contas, veja V. Ex^a a que estamos relegados.

A coisa que mais se fala hoje é delação premiada. O Sr. Buratti – e dele depende a sorte da República – quer saber se, como delator premiado, ele reduz a sua pena. O seu fulano de tal não pode falar; o seu beltrano de tal não deve falar; o Sr. Delúbio diz que não é delator para entregar ninguém e fica mudo, arriscando-se à ira dos Parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito do chamado “mensalão”. É um equilíbrio extremamente precário.

Eu estava lendo hoje, Senador Alvaro Dias, o jornalista Ancelmo Góes*. Há duas notas extremamente bonitas: “Perdão, Lula I” e “Perdão, Lula II”. Ou seja, é alguém pedindo perdão a Lula. Quem está pedindo perdão a Lula? Precisamente, Mirian Cordeiro, mãe de sua filha, ela, que se prestou a um serviço sujo na campanha de 1989, quando Lula perdeu de Collor por manipulação dos sentimentos de parte da sociedade por meio de um depoimento muito leviano prestado por ela à imprensa brasileira. A eleição foi decidida no fotochart, foi decidida por muito pouco, muito pouco mesmo. Agora, embora não possa devolver aquele mandato que Lula teria vencido legitimamente em 1989, ela pede perdão e diz que, se pudesse fazer alguma coisa por ele, ela faria. E talvez ela esteja fazendo alguma coisa por ele agora. Ela pede perdão à filha, pede perdão aos outros filhos dela e ao Presidente Lula e, talvez, esteja fazendo um grande serviço a ele, sim, dizendo a ele que ele, que não pediu perdão de verdade na semana passada, e seu partido, que também não pediu perdão sinceramente no início desta semana, poderiam, sim, pedir perdão de verdade para permitir que esclareçamos todas as dúvidas que estão torturando este País de uma vez por todas. Que o exemplo de Mirian Cordeiro sirva agora ao Presidente Lula nessa espiral de emoções que a vida proporciona a cada um de nós.

Sr. Presidente, peço um minutinho para concluir.

Mostrei aqui o Presidente ameaçado por Dirceu veladamente, ameaçado pelo silêncio de Delúbio, ameaçado pelo silêncio de Silvio, ameaçado pelo silêncio de Barcelona, ameaçado pelo silêncio do Real Madri, ameaçado pelo silêncio do Atlético de Bilbao, ameaçado pelo silêncio do Valladolid, ameaçado pelo silêncio de todos. Estamos vendo mais um pacto de Omertà* do que propriamente um governo. Estamos vendo muito mais a figura da delação premiada tomando lugar das discussões políticas com “p” maiúsculo; está se tornando natural para os nossos filhos lerem “fulano de tal pede delação premiada”.

Que governo é este que se sustenta se o Ministério Público não tiver razões para conceder a delação premiada a fulano ou a beltrano? Que governo é este? O que sobrará deste Governo ou da economia

deste País se for verdade – e torço para não ser – o que acaba de ser noticiado pelas agências e está na inquietação dos jornalistas deste País a respeito das denúncias do Sr. Buratti contra o Ministro Palocci? Este talvez seja o fato mais grave de todos, porque vai ao cerne do equilíbrio econômico do País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Entendo que o Presidente da República só sofre uma ameaça: a da verdade. É aquela que Cristo dizia: “Em verdade, em verdade eu vos digo...”. É aquilo que aprendi com o povo no meu Piauí. É mais fácil tapar o Sol com a peneira do que esconder a verdade. A fé e a crença dele foram na verdade do Duda “Goebbels” Mendonça. Quis transformar mentiras em verdade, repetindo-as. E a verdade surge. Eu fico com o que aprendi na minha profissão. Levamos a nossa formação profissional para onde vamos. Eu sou cirurgião ginecologista. A honestidade é como a virgindade. Eu nunca vi uma meio-irmã; é virgem ou não é. É honesto ou não é. E este governo é desonesto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, pedindo também a transcrição nos **Anais** da Casa da matéria **As 30 Melhores Entrevistas de Playboy**, que contém entrevista concedida por Lula, no aeroporto de Recife, em julho de 1979.

Eu faço um contraste entre dois Lulas. Um Lula titubeante e indefinido ideologicamente; jamais uma figura que se pudesse dizer claramente que tivesse sido de esquerda em algum momento da sua vida. Um bravo líder sindical, sim. Um Lula confuso ideologicamente, mas cheio de verdade. Esse Lula ascendeu, cresceu. Ele contrasta com o outro Lula, esse de hoje, que foge da verdade, que tem medo de delatores e que para sobreviver depende do silêncio de pessoas que conviveram com ele.

Eu peço a transcrição dessa entrevista porque para mim esse Lula confuso ideologicamente, mas cheio de verdade no coração, deveria também servir de inspiração para o Presidente Lula que abriu mão da verdade, perdeu-se e inicia um irreversível descenso na sua trajetória de vida, na sua biografia e na sua carreira pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

Dois líderes, um do PP e outro do PL, ambos com receio de perder o cargo, ameaçam contar o que sabem sobre o envolvimento do presidente no mensalão

Alexandre Oltramari

RECADO PARA LULA

Na semana passada, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o único parlamentar, até agora, que renunciou ao mandato para fugir do julgamento de seus pares, deu entrevista à revista Época. Nela, o ex-deputado afirmou que o presidente Lula sabia do acerto financeiro pelo qual o PT deu 10 milhões de reais ao PL na campanha de 2002 — um acerto que, mais tarde, foi honrado com dinheiro do valerioduto. A entrevista arranha o presidente Lula, mas talvez sua situação seja até mais grave. Há três semanas, sete deputados reuniram-se para um jantar em Brasília, e dois deles ameaçaram contar as conversas que tiveram com Lula sobre o mensalão. A história foi apurada pelo repórter Alexandre Oltramari, de VEJA, que conversou com três pessoas que participaram do jantar. A seguir, o relato do repórter:

"Na noite de 26 de julho passado, uma terça-feira, o líder do governo na Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, fez uma reunião de emergência com a cúpula de quatro partidos aliados, todos brindados com o capilé do valerioduto. O encontro ocorreu no apartamento do líder do PP, deputado José Janene. Entre o início do convívio, por volta das 9 da noite, e o seu fim, em torno das 2 da madrugada, sete deputados sentaram-se à mesa — e um deles subiu, com sapatos e tudo, em cima do sofá. Era o anfitrião.

Desconfiado de que o presidente Lula manobrava para apená-lo da liderança do PP, Janene surtou, trepou no sofá e, de dedo em riste para Chinaglia, mandou um recado ameaçador ao presidente. 'Avisa àquele f.d.p. que, se eu perder a liderança, e eu não estou nem falando do meu mandato, mas só da liderança, eu vou contar tudo', berrou Janene. 'Vou contar todas as conversas que tive com ele sobre esse caso', completou, referindo-se aos pagamentos do mensalão. Antes que os presentes dige-

rissem a gravidade da ameaça, souou outro petardo. 'Eu também', endossou o líder do PL, o deputado Sandro Mabel. 'Também falei várias vezes com ele sobre isso', disse, reforçando a ameaça.

Já se sabia que o presidente Lula fora alertado sobre a existência do mensalão em pelo menos cinco ocasiões, entre fevereiro de 2004 e março passado. É a primeira vez, porém, que se tem notícia de que Lula pode ter chegado ao ponto de negociar pessoalmente os pagamentos, tendo, portanto, se envolvido com o

A AMEAÇA DE FALAR TUDO
José Janene (acima) e Sandro Mabel: os dois, num jantar, se irritaram com a tentativa do governo de mudar os líderes e ameaçam — diante de testemunhas — falar da participação do presidente

veja

O FUJÃO E O ACORDÃO

Valdemar, o único que, até agora, renunciou para fugir da cassação, também queria o acordão — mas não deu

assunto de forma muito mais profunda e mais comprometedora. Além de Janene, Mabel e Chinaglia, estiveram no jantar o hoje ex-deputado Valdemar Costa Neto, o líder licenciado do PMDB, José Borba, e os deputados Nelson Meurer e João Pizzolatti, ambos do PP. Janene, o anfitrião, abiscoitou pelo menos 4,1 milhões de reais das contas de Marcos Valério no Banco Rural. Já Mabel é acusado de distribuir entre os deputados do

PL parte dos 10 milhões de reais retirados por Costa Neto, presidente de seu partido. Apesar das evidências de que estão enlameados no mensalão, os dois, Janene e Mabel, seguem firmes na liderança de seus partidos.

A ameaça de Janene, secundada por Mabel, foi uma reação a um encontro de Lula com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, ocorrido na manhã daquela mesma terça-feira 26 de julho. Nesse encontro, Lula sugeriu a Severino que era recomendável renovar a elite da base aliada, trocando os líderes atingidos pelas denúncias.

RECEITA DA PIZZA
Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara, chegou com a receita pronta, mas acabou ouvindo berros e ameaças do deputado José Janene

Cordato, Severino prometeu examinar a idéia e, à tarde, tentou convencer Janene a deixar a liderança do PP — mas esbarrou na oposição irada do deputado. A pelo menos dois interlocutores com quem conversou naquela terça-feira, Janene avisou que não irá cair sozinho. À noite, quando cedeu seu apartamento para a reunião, a idéia era assar uma pizza. A receita: o PL retiraria o pedido de cassação contra Roberto Jefferson, que, em troca, daria novo depoimento à CPI. Jefferson diria que fora mal interpretado. Em vez de mensalão, ele diria que o dinheiro era para pagar dívidas de campanha, corroborando a tese mais amena, de que ocorreu apenas um crime eleitoral. Mas, como os líderes não confiam no governo, e ninguém confia em Roberto Jefferson, o acordo não vingou. Agora só resta torcer para que Janene e Mabel estejam blefando." ■

veja

ANDRÉ PETRY

O mensalão do aborto

Quando estava de pé, o governo Lula vinha acertando no trato dos chamados temas sociais: sancionou as pesquisas com células-tronco embrionárias, distribuiu pílulas do dia seguinte nos postos de saúde, tentou combater a desigualdade racial nas universidades e — sobretudo — criou uma comissão para revisar a antiquada legislação brasileira sobre o aborto. Agora que está de cócoras, o governo Lula está começando a vender a alma ao diabo também nos temas sociais. O caso mais recente está na carta que Lula mandou à cúpula da Igreja Católica saudando a abertura da assembleia-geral da CNBB, em Indaiatuba, São Paulo. Todo mundo ficou olhando para os trechos em que Lula diz ter consciência da “gravidade da crise” e promete apurar tudo “do a quem doer”. Mas o trecho mais revelador está no sexto parágrafo.

Diz o seguinte: “Quero reafirmar minha posição em defesa da vida em todos os seus aspectos e em todo o seu alcance. Os debates que a sociedade brasileira realiza, em sua pluralidade cultural e religiosa, são acompanhados e estimulados pelo nosso governo, que, no entanto, não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos”. Ou seja: Lula está dizendo que o governo formou a comissão tripartite para revisar a Lei do Aborto — integrada por respeitáveis representantes do governo, do Congresso e da sociedade — e está deixando o pessoal falar à vontade, distrair-se com os debates na ilusão de que vai decidir alguma coisa, mas, na hora H, o governo vai dar as cartas — e, em defesa dos “princípios cristãos”, não permitirá a descriminalização do aborto.

A comissão — que Lula agora diz que trabalhou de mentirinha — já concluiu sua proposta. É claríssima: propõe que toda gravidez possa ser interrompida até a 12ª semana de gestação e não define prazo-limite nos casos de ameaça à vida da gestante ou de má-formação fetal incompatível com a vida fora do útero. A proposta é avançada. É certo que, para ser aprovada, vai atravessar um oceano de dificuldades, mas o que ninguém esperava é que, já na largada, fosse desautorizada com uma canelada do presidente da República.

Na carta, Lula trata o aborto como uma questão moral e religiosa, como se pertencesse à esfera dos “princípios cristãos”, fazendo música para os ouvidos dos bispos. Não, o aborto é essencialmente uma questão de saúde pública. O aborto malfeito está entre as principais causas de morte de mulheres no Brasil (mulheres pobres, é claro, que não têm dinheiro para recorrer às boas casas do ramo). É a terceira causa de mortalidade feminina em São Paulo. Na Bahia, é a pri-

“O aborto malfeito é uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil. É a terceira causa em São Paulo. Na Bahia, é a primeira. Ou seja: o aborto não é um direito desejável, é um direito necessário”

meira. O aborto não é um direito desejável, é um direito necessário.

A intenção de Lula é clara: quer seduzir a CNBB, evitando que os bispos migrem para a oposição numa hora em que o governo se desmancha e o próprio presidente se entrega ao exercício diário de se apequenar diante do país. É negócio, barganha. É o “mensalão do aborto”. É lamentável que milhares de brasileiras — pobres, na maioria — seguirão morrendo todos os anos porque o presidente resolveu adular os bispos.

Ancelmo Gois

AGÊNCIA O GLOBO

E-mail: ancelmo@oglobo.com.br

Perdão, Lula 1

Míriam Cordeiro, aquela ex-namorada de Lula que em 1989 se prestou à baixaria de acusar o petista de tentar forçá-la a um aborto, quer pedir desculpas ao presidente, 16 anos depois. Ao ver a entrevista do Fantástico em que Collor também confessa arrependimento, Míriam escreveu à TV Globo. Na carta, em suma, diz: "Perdão".

Perdão, Lula 2

Escreveu Míriam Cordeiro (foto): "Peço desculpas, em primeiro lugar, a meus filhos, principalmente à minha filha (Lurian), a quem tanto magoei, à minha família, a meus netos, e, especialmente, ao Lula. Se hoje pudesse fazer alguma coisa para ajudá-lo neste momento de crise, faria".

► Companheiros

Vladimir Palmeira jantou em Brasília quarta com Zé Dirceu. Por falar nele... Veja as voltas que o mundo dá. Vladimir, cuja candidatura a governador do Rio foi rifada em 1998 porque Lula, Dirceu & Cia. queriam o apoio a Garotinho, foi chamado a Brasília para tentar conter petistas da ala esquerda que ameaçam deixar o PT.

► Viva os autistas!

Pais de autistas levaram ontem a Severino e a Renan Calheiros uma carta contra o uso jocoso do termo nesta crise. É que, na CPI, várias vezes, disseram que Lula "age como autista". "O autista é incapaz de mentir. Não é o caso de pessoas públicas que têm mostrado imaginação para reinventar versões da mesma história", diz a carta.

**FOLHA
DE PERNAMBUCO**

DIRCEU: "CABE A LULA DIZER QUEM É O TRAIADOR"

**Ex-ministro disse ignorar
a quem Lula se referiu quando
afirmou que foi traído**

"E o presidente Lula quem tem que responder quem é o traidor", afirmou o ex-ministro e deputado José Dirceu (PTSP). Ele revelou ainda que não vai renunciar ao mandato de deputado e tampouco sair da lista do Campo Majoritário do PT na disputa das eleições internas. "Do mesmo modo que não renunciei ao mandato, não renunciarei à lista", avisou.

Governo barra convocação de Meirelles e Okamoto

Petistas mobilizam aliados na CPI dos Correios e derrotam opositores

BRASÍLIA - Numa sessão tumultuada da CPI dos Correios, o Governo conseguiu impedir ontem a convocação dos presidentes dos Banco Central, Henrique Meirelles e do Sebrae, Paulo Okamoto, e do dileiro Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona. Também foi rejeitada a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Okamoto, que é contador pessoal do presidente Lula e antecedeu Delúbio na tesouraria do PT, além de ter sido o tesoureiro da primeira campanha do petista à Presidência, em 1989.

Os integrantes da oposição na CPI queriam convocar Okamoto para que ele explicasse o pagamento do empréstimo de R\$ 29,4 mil concedido pelo PT ao presidente Lula. O Palácio do Planalto se recusou a esclarecer a origem do dinheiro que quitou a dívida e, há cerca de duas semanas, Okamoto declarou ter se encarregado de pagar o débito. Para brejar a convocação de Okamoto, o Governo mobilizou todos os aliados na CPI dos Correios: foram 6 votos contra a ida de Okamoto e 12 a favor. Dos governistas, apenas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) votou contra o Planalto. "Isso é molecagem dos abafadores", reagiu a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL).

A quebra do sigilo de Okamoto foi rejeitada por 15 contra e 12 a favor. Na mesma votação, a CPI não aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia Zilmar Fernandes da Silveira. O Governo também derrotou requerimento que previa a convocação do presidente do BC: foram 16 votos contra 11. "É o início da operação abafa do Governo. O presidente Lula é o advogado dos

corruptos neste Governo", disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que protagonizou um bate-boca com o deputado Jorge Bitar (PT-RJ) sobre a convocação do presidente do BC.

ACM Neto argumentou que Meirelles deveria ir à CPI para explicar o motivo do Banco Central não ter identificado as movimentações financeiras internas e externas nas contas do empresário Marcos Valério e não ter apurado as irregularidades que teriam sido feitas pelo Banco Rural. "Querem atingir e derrubar o presidente Lula de qualquer jeito. Mas falta materialidade juri-

dica e apoio do Congresso e da sociedade para qualquer tentativa golpista dessa ordem", afirmou o deputado Maurício Rands (PT-SP).

Gushiken - O Governo também derrubou o pedido da oposição para que o ex-ministro Luiz Gushiken fosse convocado para depor na próxima quarta-feira. Antes de rejeitar a convocação de Toninho da Barcelona, os integrantes da base aliada do PT conseguiram aprovar as convocações dos dileiros Haroldo Bicalho e Jader Kalid Antonio, que atuam em Minas Gerais e são suspeitos de enviar dinheiro para o exterior para

o empresário Marcos Valério.

A CPI dos Correios aprovou ainda a remessa de 40 requerimentos de convocação de pessoas para a CPI da Compra de Votos, entre eles o do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity. Na sessão de ontem, a CPI também aprovou reconvocação de Maurício Marinho e a convocação de Carlos Eduardo Fioravanti, ex-diretor comercial dos Correios. Foi aprovada ainda a requisição da ata da reunião do Conselho Diretor da Telemar que avalizou as negociações relativas à compra de ações da empresa Gamecorp, que é de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Lula.

Caso Daniel é reaberto

BRASÍLIA - A CPI dos Bingos aprovou ontem a convocação do médico João Francisco Daniel, irmão do petista Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em 2002. A decisão foi tomada a partir de um requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PTL-SP), com a justificativa de que há indícios da existência de um esquema de extorsão na área de jogos em proveito de partidos e candidatos. "As denúncias divulgadas pela imprensa são graves e guardam correlação dos fatos de interesse da CPI", alegou, referindo-se à informação

de que o prefeito teria preparado um dossiê denunciando o esquema e que, com a sua morte, o mesmo teria desaparecido.

No requerimento, o senador lembrou da suspeita de que Celso Daniel teria sido assassinado porque sabia de "atos de corrupção contra a prefeitura de Santo André e do desvio de dinheiro para a direção do PT". "O suposto esquema incluiria também o deputado José Dirceu", acrescenta Tuma. Também por sua iniciativa, a comissão vai requisitar à Secretaria de Segurança de São Paulo cópia do inquérito policial sobre a morte do prefeito.

Os senadores vão pedir ainda cópia dos autos de investigações que estariam sendo feitas em Santo André para apurar

denúncias de corrupção que teriam sido praticados no âmbito daquela prefeitura. A medida coincide com a iniciativa da Polícia de São Paulo de ajudar o MP na retomada da investigação sobre a morte do prefeito. A chamada CPI do caso Santo André, de iniciativa do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), foi enterrada pelo Governo em março do ano passado.

Juiza - A comissão aprovou requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) e quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico da juíza da 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília, Maisa Giudice. Ela também foi convocada para depor, em data ainda a ser determinada.

"Lula tem que dizer quem o traiu"

Dirceu alega ignorar a quem o presidente se referia quando se disse traído

BRASÍLIA (Folha press) - O deputado federal José Dirceu (PT-SP) disse, ontem, ig-

Governo em xeque

norar a quem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se referia quando afirmou que se sentia "traído" pelos escândalos de corrupção que envolvem sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). "É o presidente Lula quem tem que responder quem é o traidor", afirmou Dirceu. Na sexta-feira passada, o presidente Lula disse que se sente "traído por práticas inaceitáveis" e que

nunca teve conhecimento das mesmas. Também disse que o PT e seu governo deviam pedir "desculpas" aos brasileiros pelos escândalos. O PT se desculpou oficialmente na quarta-feira, mas não conseguiu abrir uma investigação sobre todos os dirigentes comprometidos, entre eles Dirceu, que desta forma demonstrou manter sua influência no PT.

Dirceu renunciou ao cargo de Ministro da Casa Civil no dia 16 de junho, depois de ser acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o organizador do mensalão. Ele nega a acusação e diz estar disposto a lutar sem

se importar com aqueles que o consideram uma presença incômoda. Dirceu afirmou que não vai renunciar a seu mandato de deputado tampouco sair da lista do Campo Majoritário para a disputa das eleições internas do partido, marcada para dia 18 de setembro. "Do mesmo modo que não renunciei ao mandato de deputado, não renunciarei à lista", disse Dirceu.

Na última quarta-feira, o presidente do PT, Tarso Genro, chegou a discutir o tema com Dirceu. Na conversa, Genro disse que a saída "por decisão própria" não seria interpretada como "um reconhecimento de culpa", mas

como um reconhecimento de que o "núcleo dirigente do PT quer mudar".

Após a publicação da reportagem, Dirceu divulgou nota afirmando que a conclusão que foi dada a sua declaração não "corresponde ao intuito original". "Ao ser indagado se me sentia referenciado pelas declarações do presidente da República ou tinha conhecimento sobre a quem ele se referia quando disse que se sentia traído, respondi, por intermédio de minha assessoria, que a pergunta deveria ser encaminhada ao presidente e não a mim", disse Dirceu, por meio de nota.

CCJ aprova mini-reforma política

Raquel Ribeiro Alves
Agência Nordeste

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a mini-reforma política proposta pelo PFL. O relator do texto, José Jorge (PFL), promoveu algumas alterações no projeto, como punições para as empresas que ultrapassarem o limite de 2% da renda bruta anual, fixado para financiamento de campanhas. As empresas que doarem mais que este percentual a um ou mais candidatos e partidos, correm o risco de ficar cinco anos sem poder assinar contratos e participar de licitações com

entes públicos da União, estados e municípios. A reforma política será tema de debate no II Fórum dos Deputados Estaduais do PFL, hoje, a partir das 9h, no hotel Atlante plaza. O senador Marco Maciel e o líder do Governo na Assembleia Legislativa, Augusto Coutinho, coordenarão o evento.

O prazo para apresentação final das contas de campanha à Justiça Eleitoral - a divulgação deve ser diária pela Internet - subiu de 72 horas para dez dias. Quem não declarar todas as despesas e doações recebidas corre o risco de pena de detenção de três a cinco anos; multa de R\$ 20 mil a R\$

50 mil, além da cassação do registro da candidatura e perda dos repasses do fundo partidário.

Pesquisas eleitorais não poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação no prazo de 48h antes do pleito, até às 18h da votação. Veiculação de propaganda eleitoral em bens cujo o uso dependa de cessão pública fica proibida. Quem desobedecer pode ter que pagar multa de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil.

Candidato estiver comprovadamente envolvido em propaganda de boca-de-urna e contrapropaganda poderá ficar sem o registro da candidatura.

As regras de propaganda na TV - o candidato e algum filiado serão os únicos que poderão participar do programa, que não poderá ter imagens externas nem outros efeitos especiais foram mantidas, mas quem desrespeitar ficará de fora do horário político por dez dias e não mais 30 como sugerido.

Propaganda governamental fica proibida pelo prazo de seis meses - hoje são três meses de prazo - bem como a assinatura de contratos que não estejam previstos no Orçamento daquele ano previamente aprovado pelo Legislativo. A regra vale mesmo que o governante não seja candidato.

Política

Ex-tesoureiro do PT disse que a campanha nacional não teve recursos por fora, mas admitiu que R\$ 457 mil pagaram filmes de Ciro Gomes

Delúbio admite uso de caixa 2 para eleger Lula

Ex-tesoureiro do PT prestou depoimento, ontem à CPI do Mensalão

Letícia Sanderda
DO CORREIO BRAZILIENSE

F em um dos raros momentos em que trouxe alguma novidade no depoimento de

te. Diante da insistência de Redecker, o ex-tesoureiro acabou admitindo: "O dinheiro pagou serviços prestados pelo marqueteiro (Einhart Jacome da Paz, cunhado de Ciro) à campanha de Ciro no segundo turno".

de José Alencar. Confirmou que a reunião entre os dois partidos para definir o acerto ocorreu na casa do deputado Paulo Rocha (PT-PA), com a presença de Lula, Alencar e do presidente do

Marisa Gibson

diário político Jarbas e a reforma

O governador Jarbas Vasconcelos concorda com todas as sugestões que estão sendo feitas para reduzir o custo das campanhas eleitorais, a começar pela redução do tempo de 90 para 60 dias de campanha, e que as novas regras já comecem a vigorar a partir da eleição de 2006. Como o prazo para alterações na legislação termina no dia 30 de setembro, o Congresso trabalha contra o tempo mas, mesmo assim, Jarbas considera oportuno que se tenha iniciativas nesse sentido até porque, posteriormente, pode-se aperfeiçoar o que for aprovado agora. Para o governador, muito dessa crise política é decorrente do descontrole sobre as campanhas eleitorais. Assim, qualquer medida que corrija distorções será bem aceita e não pode ser adiada sob nenhum pretexto. O governador salienta, contudo, que as modificações devem ir além das regras eleitorais. Para ele, o desejável é que se alcance uma reforma profunda, capaz de sanear o sistema político brasileiro com normas sólidas, que evitem a repetição de crises como a que o País vivencia no momento. Um dos pontos fundamentais para esse aperfeiçoamento é a fidelidade partidária, questão defendida há bastante tempo pelo governador, como uma condição da moralização para a prática da atividade política. Jarbas enfatiza também a importância da chamada cláusula de barreira, prevista pela Constituição para entrar em vigor em 2006, que limita a representação de partidos no Congresso a partir de um percentual mínimo de votos nacionais (5%), o que significa o fim das legendas de aluguel.

Reais A redução dos gastos, além de evitar ou pelo menos inibir a corrida desenfreada dos tesoureiros de campanha...

Reais A redução dos gastos, além de evitar ou pelo menos inibir a corrida desenfreada dos tesoureiros de campanha atrás de dinheiro, trará um grande benefício para o eleitor: os candidatos poderão ser avaliados pelas suas próprias qualidades e não pela produção dos programas eleitorais.

Amém A disputa dentro do PT pelo controle do partido aponta que, quem não gostar de José Dirceu, vai ter que se desfiliar do PT. E, quem ficar, terá que obedecê-lo e dizer amém às suas teorias e práticas.

Tucanos De mansos, os tucanos não têm nada. Alimentando a crise com cobranças diárias contra Lula, os resultados estão aí: ontem, vazaram informações sobre pesquisa do Ibope com mais uma desvantagem do presidente. Se a eleição fosse agora, Lula perderia para Alckmin, FHC ou Serra.

Revisão Roberto Freire (PPS) que votou em Lula, no segundo turno de 2002, diz que hoje votaria tranquilamente em Serra. Para o deputado, Serra é mais esquerda do que Lula, segundo revelou no programa Jornal da Clube.

Terrorismo Líder do PP, José Janene (foto) está eletrizando o Congresso. Acusado de ter recebido dinheiro das contas de Marcos Valério e feito a distribuição com vários colegas, o deputado, incluído entre os que podem ser cassados, já disse que, se for prejudicado, dirá tudo o que sabe. Ou seja: mais uma lista.



Equilíbrio Na Câmara dos Vereadores, as diferenças partidárias não estão prevalecendo, pelo menos entre as mulheres. A líder da bancada do PT, Luciana Azevedo considerou muito oportuno o artigo assinado pela petelista Priscila Krause na edição de domingo passado do DIÁRIO, intitulado "Política e Afeto".

Em todas O vice Mendonça Filho está em todas. É o convidado para o lançamento do PÓS, movimento liderado pelo coordenador da FGV no Recife, Paulo Moura, para falar sobre Gestão do Futuro. Será no dia 25, às 19h.

Em alta Depois de conceder reajuste salarial em torno de 15% para algumas categorias do funcionalismo público, o prefeito de Paulista, Yves Ribeiro, está prometendo instituir um plano de cargos e salários e realizar o primeiro concurso público do município, após 14 anos.

En um dos raros momentos em que trouxe alguma novidade no depoimento de ontem à CPI do Mensalão, o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares admitiu que dinheiro de caixa 2 pagou despesas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno da eleição de 2002. O deslize derrubou a tese que ele vinha sustentando até então, de que Lula teria sido eleito sem a ajuda do empresário Marcos Valério de Souza. A ligação do dinheiro de Valério com a campanha de Lula passa pelos R\$ 457 mil sacados nas contas do empresário por Márcio Lacerda, ex-coordenador da campanha à Presidência do hoje ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ciro, que era do PPS, concorreu com Lula no primeiro turno. No segundo, acabou apoiando o atual presidente.

Questionado pelo deputado João Redecker (PSDB-RS) se os R\$ 457 mil eram referentes à campanha de Lula ou de Ciro, Delúbio se atrapalhou. "De Ciro", respondeu ele, primeiramente.

Jacome da Paz, cunhado de Ciro) à campanha de Ciro no segundo turno. "Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou Lula", rebateu o tucano. Ainda mais sem graça, Delúbio explicou que o dinheiro sacado pelo assessor do candidato do PPS tinha como objetivo quitar uma dívida da empresa New Trade, agência de Einhart, que trabalhou com o ministro no primeiro turno da campanha, e no segundo turno atuou para Lula. Em parceria com o publicitário Duda Mendonça, a empresa de Einhart dirigiu gravações para o programa eleitoral do PT, em que Ciro pedia votos para Lula.

Acordo - Nas quase nove horas de depoimento, Delúbio também confirmou o acordo financeiro fechado entre PT e PL para a coligação dos dois partidos na campanha de 2002. Ele argumentou que foi um acordo político, que previa o repasse de 25% do total arrecadado na campanha presidencial para o partido do vice, o PL

a presença de Lula, Alencar e do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Mas corroborou com a versão do presidente do PL, de que Lula e Alencar não estavam presentes na hora do acordo. Traçando mais uma vez para si a responsabilidade, também isentou o deputado José Dirceu (PT-SP) da combinação.

Apesar de assumir toda a culpa pelo esquema ilegal montado com o empresário mineiro, Delúbio irritou os parlamentares, ao insistir que desconhece os detalhes dos valores dos recursos distribuídos com sua agência. Bem orientado, só se referiu a "dinheiro não contabilizado" quando queria dizer caixa 2 e repetiu argumentos frágeis que já apresentara em outros depoimentos. Disse que, embora os dirigentes do partido e José Dirceu tinham conhecimento das dívidas de campanha, ninguém, além dele e de Valério, sabia da forma como os pagamentos seriam. Reafirmou que seu partido "nunca pagou parlamentares ou comprou votos".

TRECHOS DO DEPOIMENTO DE DELUBIO SOARES

• Compra

"O PT nunca comprou voto, nunca comprou deputado, nunca comprou votação."

• Contatos

"No PMDB, rachado em relação ao apoio ao Governo, o contato era feito com o deputado José Bórbia (PR). No PTB, o contato inicial foi com o ex-presidente José Carlos Martinez e, depois de sua morte, com o deputado Roberto Jefferson. No PL, as conversas eram com o presidente, Valdemar Costa Neto. No PP, com o deputado José Janene."

• Acordos

"Eles diziam: 'Devo 10.' Eu respondia: 'Dá para pagar 7. É pegar ou largar.' Aí, feito o acordo, autorizava o Valério a pagar."

• Base

"O PT e os partidos da base aliada elegeram 130 deputados. Com a vinda do PP e do PTB, passamos

para 190. Ficamos com seis ou sete Estados e não muitos municípios. Concluímos que era necessário criar uma base política. Era necessário que em cada município a base tivesse ou um vereador ou um diretório. Para que nas eleições municipais de 2004 houvesse condição de os partidos entrarem no meio das políticas do governo, como o Bolsa-Família. Era o nosso plano."

• Ilegalidade

"O PT assumiu a dívida dos aliados. Parte do dinheiro era para resolver débitos de 2002. Uma parte para planejar, em 2003, as campanhas eleitorais de 2004. E uma parte para a eleição de 2004. Sei que foi uma ilegalidade. Pagar dívida de outro partido com dinheiro não contabilizado é proibido pela Lei Eleitoral."

• Dívidas

"Tem de verificar se foram 55, 56,

58 milhões... Eu assinei, não sei se foram um ou dois (contratos). Antes de assumir o dinheiro não contabilizado, conversei com setores do partido."

• Fórmula

"Tem de buscar recursos de quem tem mais. Infelizmente é assim. A agonia dos que perdem a eleição é muito grande. Encontrei essa fórmula (caixa 2), que parece não foi a mais certa."

• Diretórios

"No caso do PT, normalmente as pessoas que recebiam recursos para as campanhas eram presidentes dos diretórios regionais. Isso aconteceu na preparação da campanha de 2004."

• PL

"Ficou combinado, no encontro na casa do deputado Paulo Rocha

que caberiam 25% do total da campanha para os gastos do partido do vice, algo em torno de R\$ 9 milhões a R\$ 10 milhões."

• Valério

"Vamos trabalhar por uma solução e procurar meios de quitar o empréstimo com Valério. Ainda não pude conversar com ele depois dos acontecimentos. Mas pretendo me reunir com ele."

• Duda

"Não sei se são 12, 16, 17 milhões. Orientei Valério a quitar a dívida com Duda Mendonça e a forma foi feita entre eles. Eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre a forma desse pagamento."

• Direção

"A direção sabia dos empréstimos contraídos por Valério, mas não a forma como o empréstimo deveria ser quitado."

Política

CRISE APRESSA REFORMA ELEITORAL

ELEIÇÕES NA CRISE CCI do Senado aprova mudanças radicais nas regras eleitorais. O texto terá que ser sancionado até setembro para valer em 2006

BRASÍLIA - As denúncias de corrupção investigadas pelas CPIs dos Correios e do Mensalão levaram a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) a aprovar ontem mudanças na lei eleitoral para diminuir os custos de campanha e punir a prática do caixa dois. A proposta aprovada, porém, inclui medidas polêmicas e inseridas de última hora, entre elas a proibição de divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito.

Com o projeto de reforma emergencial do senador Jorge Bomfim (PFL-SC), os tesoureiros das campanhas se tornam responsáveis, ao lado dos candidatos, por todas as informações relativas às contas da campanha. Até ontem, só o candidato deveria responder à Justiça por ilegalidades.

A proposta aprovada é uma espécie de minireforma política. Reduziu o tempo de campanha de 90 para 60 dias, diminuiu o horário eleitoral no rádio e na TV de 45 para 35 dias e criou regras mais rígidas para a publicidade. Também aumentou a pena para casos de caixa dois, variando de três a cinco anos, mais multa de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil.

Nos programas e nas inserções de rádio e TV, a única atração passa a ser o candidato em cenas de estúdio. Fica proibido o uso de imagens externas, computação gráfica e efeito especial, além da participação de pessoa não filiada ao partido ou coligação. Isso elimina, por exemplo, recursos usados com frequência pelos publicitários e encarecendo campanhas.

O ponto que causou maior polê-

A reforma eleitoral aprovada na CCJ

COMO É HOJE	COMO PODE FICAR
1 Convenção partidária É realizada de 10 a 30 de junho	Passará a ser de 20 a 31 de julho
2 Período de campanha De 90 dias	Será de 60 dias
3 Horário eleitoral 45 dias de exposição no rádio e na TV	35 dias de exposição no rádio e na TV
4 Programas de TV Pode utilizar imagens externas e ter apresentador, além da participação, no programa, de qualquer apoiador	Não poderá ter cenas externas, incluindo as inserções de 30 segundos. O apresentador e os apoiadores terão de ser filiados ao partido
5 Showmícios O partido pode fazer quantos quiser, com a participação de artistas	Ficam proibidos. Será vedada a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar comícios e reuniões eleitorais
6 Brindes O candidato pode dar bonês, camisetas, canetas e outros brindes	Fica proibido distribuir camisetas, bonês, canetas e outros brindes durante toda a campanha, até mesmo material que possa proporcionar vantagem ou utilidade ao eleitor. Com isso, fica proibida, por exemplo, a venda de camisetas pelos partidos.
7 Doações Há limite de 2% da receita bruta para pessoas jurídicas. Sindicatos não podem doar. ONGs podem	Mantém em 2% da receita bruta da pessoa jurídica. Doações de sindicatos passam a ser permitidas, mas ONGs perdem a permissão.
8 Pesquisa Pode ser divulgada por veículos de comunicação até o dia da eleição	Fica proibida a divulgação de pesquisas a partir de 15 dias antes das eleições
9 Registro de candidatura O prazo na Justiça termina no dia 5 de julho	O prazo é prorrogado para 5 de agosto
10 Comitê financeiro Prevê apenas o registro do comitê na Justiça Eleitoral	Além do registro, será necessária a referência ao nome do responsável pela arrecadação dos recursos, prevendo também responsabilidade solidária entre o candidato e o tesoureiro

Fonte: substitutivo aprovado ontem na CCJ do Senado

Texto proíbe showmícios e limita as pesquisas

O texto aprovado pela CCJ do Senado, apresentado pelo senador e presidente nacional do PFL, Jorge Bomfim (SC), recebeu 99

candidatos e de suas propostas. Para o cientista político Antônio Luviera, as mudanças apontam

Alekmin afasta timidez e se lança candidato à Presidência em 2006

SÃO PAULO - Em meio a especulações da disputa interna sobre quem será o candidato do PSDB à Presidência em 2006, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, antecipou-se ontem e, pela primeira vez, lançou seu nome na disputa. Até então com discurso tímido, Alckmin, sem citar nomes, partiu para ofensiva contra outras possíveis candidaturas e disse que se sentiria orgulhoso de presidir o País.

"Meu partido, o PSDB, tem bons nomes. Essa decisão deve ser apenas no ano que vem, mas quero dizer que ficarei muito orgulhoso se tiver a oportunidade de trabalhar pelo Brasil", disse ele, que trava no PSDB duelo com o prefeito de São Paulo, José Serra, para ter apoio da direção do partido em 2006.

Alckmin chegou a admitir que a crise política antecipou o debate eleitoral. E criticou o resultado das recentes pesquisas de opinião, que botam Serra como o candidato mais forte para derrotar o presidente Lula em 2006.

"Pesquisa antes do rádio e da TV é um farol voltado para trás. É recall. Se você fizer uma pesquisa hoje, vai ter Lula, Serra, Ciro Gomes, Garotinho e ponto final, porque é a lembrança da última eleição", disse Alckmin.

O governador aproveitou para

negativo. Isso ocorreu, por exemplo, recursos usados com frequência pelos publicitários e encarecendo campanhas.

O ponto que causou maior polémica foi justamente a aprovação de uma emenda, sugerida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), proibindo a veiculação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito. A medida foi considerada por alguns inconstitucional. O argumento é o de que pode ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) em razão do direito à informação.

Já em relação ao ponto que coloca o candidato e o tesoureiro como "responsáveis solidários" pela prestação de contas das campanhas, foram muitos os elogios. Com isso, o candidato não poderá mais alegar não saber de suas contas, como está sendo largamente utilizado por vários políticos flagrados no esquema do publicitário Marcos Valério. A boca-de-uma realizada no dia das eleições passa a ter penas mais altas, com prisão e multas.

A CCJ aprovou o texto substitutivo do relator, em caráter terminativo, por 12 votos a favor e um contra. Agora, a proposta será encaminhada para a CCJ da Câmara, caso nenhum senador peça para que seja votado no plenário do Senado.

O texto aprovado pela CCJ do Senado, apresentado pelo senador e presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), recebeu 99 emendas, das quais 51 foram aceitas pelo relator, o senador pernambucano José Jorge (PFL). Quando for aprovado pela CCJ da Câmara, também em caráter terminativo, poderá entrar em vigor após sanção. E só terá validade para as eleições de 2006 se for sancionado até o final de setembro.

O único voto contrário foi do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que chegou a dizer que pediria vista do projeto, mas não foi atendido. Depois os senadores votaram os destaques. Entre os aprovados estão o que permite aos sindicatos doarem recursos para campanha e o que proíbe a distribuição gratuita de bens ou benefícios pela administração pública no ano da eleição, exceto casos de calamidade ou programas sociais autorizados em lei.

Além de limitar as pesquisas até 15 dias antes das eleições, o projeto também proíbe, na campanha, a distribuição de brindes, camisetas, bonés e outros produtos que possam proporcionar vantagem ou utilidade ao eleitor. O texto veda a apresentação, paga ou não, de atis-

tas em comícios e reuniões eleitorais.

O objetivo é proibir os chamados showmícios, em que os candidatos contratam, por exemplo, cantores para apresentação e que acabou sendo uma das marcas registradas das últimas eleições, principalmente do PT. "As campanhas vão ficar mais simples e baratas. Chato é ver o Brasil assistindo a casos de caixa-dois como temos visto nas CPIs", diz o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

REPERCUSSÃO - Especialistas em campanhas eleitorais que atuam em Pernambuco aprovaram a maioria das alterações contidas no projeto aprovado pela CCJ do Senado. Para eles, algumas medidas poderão reduzir o preço das campanhas, principalmente as majoritárias, e priorizar o conteúdo dos candidatos e de suas propostas.

Para o cientista político Antônio Lavareda, as mudanças apontam para um aprimoramento da legislação eleitoral. "Creio que os políticos vão se adequar. O debate passará a ter maior peso", opinou. Segundo o publicitário José Nivaldo,

que trabalha em campanhas eleitorais desde 1972, os partidos encontrarão uma forma de fazer propaganda eficazes, mesmo depois das alterações.

No entanto, o publicitário fez uma advertência: "Preço de campanha varia muito. Corre o risco de alguns custos migrarem para outros itens", alertou. José Nivaldo frisou que a estratégia fundamental de uma campanha independe dos meios de comunicação.

O jornalista Fernando Veloso, que coordenou vários guias eleitorais, discordou apenas da restrição de fazer cenas externas para os programas. Para ele, a restrição ao estúdio pode surtir o efeito inverso e, ao invés de baratear, aumentar o preço da campanha. "Acho que definir isso sem a orientação de profissionais da área. Quem conhece televisão sabe que produção de cenário pesa no orçamento", afirmou.

que é a lembrança da última eleição", disse Alckmin.

O governador aproveitou para condenar uma estratégia que, supostamente, estaria sendo adotada por Serra, a de renunciar ao cargo

de prefeito para disputar a eleição. "Ninguém deve fazer de um cargo público carreirismo. Você não é eleito para ser candidato, você é eleito para fazer um bom governo. A candidatura é consequência, não é meio", afirmou.

No Recife, onde estiveram ontem à noite para a missa em memória ao ex-governador Miguel Arraes, os senadores tucanos Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM) disseram que é preciso ter muita cautela no tratamento de uma crise que a cada dia se renova em denúncias. "Temos que ter muita cautela. Mas pobre de um País, pobre de um presidente e de um governo, cuja estabilidade depende do Delúbio (Soares, ex-tesoureiro do PT) calar, do Silvinho (Sílvio Pereira, ex-secretário geral do PT) não falar, do Dirceu (deputado federal José Dirceu) não se zangar e de um doleiro não estar dizendo a verdade. Nosso País está vivendo um momento muito infeliz", lamentou Arthur Virgílio.

Escândalo tira Duda Mendonça do Planalto CPI rejeita convocação de Okamoto e doleiro

BRASÍLIA - O escândalo envolvendo o PT e as contas em paraisos fiscais decretaram mais uma baixa: o fim da parceria entre Duda Mendonça e o presidente Lula. O governo decidiu não renovar o contrato com a agência Duda Mendonça & Associados, que venceu ontem. A decisão foi tomada numa reunião entre Lula e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, responsável pela Subsecretaria de Comunicação de Governo (antiga Secom). A verba de fiscalização da Presidência em 2005 é de R\$ 131,8 milhões.

Duda era o marqueteiro de Lula desde a campanha de 2002, mas o seu envolvimento no escândalo dos repasses do empresário Marcos Valério inviabilizou sua permanência. Ele ficou com cerca de 50% da verba da Secom desde que o contrato foi assinado, em agosto de 2003.

A decisão de afastar Duda não foi tranquila. Segundo um assessor do presidente, Lula resistiu muito a encerrar o contrato. O presidente

tem grande afinidade com o publicitário baiano.

O próprio Duda conversou com o ministro Dulci, tentando manter a conta da Presidência. Foi informado de que todos reconheciam sua

Planalto decide não renovar contrato com Duda Mendonça

competência e capacidade técnica, mas a situação era considerada muito delicada no governo. Duda deve buscar ainda algum recurso jurídico para manter a conta da Secom, mas no governo a avaliação é de que o

encerramento do contrato está alicerçado em aspectos jurídicos e na questão da imagem da agência e do marqueteiro, seriamente comprometida com a confissão do próprio Duda, de que recebeu R\$ 15,5 milhões do esquema de Marcos Valério, sendo que R\$ 10,5 milhões depositados numa conta no exterior.

Com a saída de Duda, permanecem atendendo à Presidência as agências Lew Lara e Matisses. A realização de nova licitação para substituir a agência de Duda ainda

está sendo discutida no Planalto. Duda mantém por enquanto outras duas grandes contas no governo. O contrato com a Petrobras vence em dezembro e o com o Ministério da Saúde foi assinado em abril.

BRASÍLIA - Em sessão tumultuada, os governistas conseguiram ontem rejeitar, na CPI dos Correios, a convocação do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do doleiro Antonio Claramunt, conhecido como Toninho da Barcelona, e do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Apesar da operação governista, foi aprovado em bloco, por consenso e em votação simbólica, um pedido que atinge o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi pedida uma cópia da ata da reunião do conselho diretor da Telemar na qual foi aprovada a compra de ações da empresa Gama Corp. A empresa pertence a Fábio Luiz, filho de Lula, e há suspeita por parte da oposição de tráfico de influência.

Toda confusão começou quando os deputados ACM Neto (PFL-BA) e Onyx Lorenzoni (PFL-RS) pediram preferência para votar a convocação e quebra de sigilo bancário de Okamoto, que declarou ter quitado uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o

PT. Os pefelistas argumentaram ser necessário comprovar a operação e seu registro nas declarações de Imposto de Renda, sob risco de o presidente ter cometido crime fiscal. Depois disso começou uma série de debates, finalizada com as votações.

O governo, que tem a maioria dos integrantes na CPI, ganhou com margens apertadas, contando até com o voto do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que foi criticado. Com isso, os requerimentos referentes a Okamoto, Meirelles e Toninho da Barcelona seguem pendentes.

CASO DANIEL - Também ontem, a CPI dos Bingos aprovou a convocação do médico João Francisco Daniel, irmão do peista Celso Daniel,

prefeito de Santo André assassinado em 2002. A decisão foi tomada a partir de um requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), com a justificativa de que há indícios da existência de um esquema de extorsão na área de jogos em proveito de partidos e candidatos. "As denúncias divulgadas pela imprensa são graves e guardam correlação dos fatos de interesse da CPI", alegou, referindo-se à informação de que Celso Daniel teria pre-

parado um dossiê denunciando o esquema e que, com a sua morte, o mesmo teria desaparecido. "Além de que, é praticamente consensual que as circunstâncias da morte do prefeito não foram até agora satisfatoriamente esclarecidas", defendeu Tuma.

CPI dos Bingos aprova convocação do irmão de Celso Daniel

ENTREVISTA]

Se o Super-Homem vier a São Paulo — escreveu o humorista **LUIZ INÁCIO** Luís Fernando Veríssimo --, só terá interesse em conhecer uma pessoa: Lula. Afinal, ele é “O Herói da Classe Trabalhadora”, segundo a revista americana *Newsweek*, que deu esse título a **LULA** um artigo de página inteira sobre Lula, publicado em sua edição de 30 de abril último. Por sua vez, o jornal francês *Matin*, de 23 de abril, também em artigo de **DA SILVA** página inteira, comparou a fama de Lula à de Pelé. O fato é que Luiz Inácio da Silva, o Lula, tornou-se mais conhecido no país e no exterior do que muitos políticos ou artistas brasileiros — fama ainda mais inusitada por se tratar de um líder sindical e não de um jogador de futebol. Essa fama, porém, só começou há pouco mais de um ano, quando os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em São Paulo, entraram em greve liderados por ele, exigindo reposição salarial. Era o primeiro movimento desse tipo desde 1968 e, por isso, —————>

No meu tempo de menino a sacanagem
era muito maior do que hoje.
Um moleque naquele tempo, com 10, 12 anos,
já tinha experiência sexual com animais.
O mundo era mais livre

Quando solteiro, gostava de dançar,
jogar pebolim, tomar minhas cachaças.
Agora mudou. Nem isso dá para fazer.
E quando tenho uma folga, quero
dormir, a Marisa briga

No começo eu era muito inibido.
No dia da posse do sindicato
dei uma entrevista para a TV: fiquei nervoso
de não parar em pé. Hoje, falo de qualquer
assunto com qualquer público

segundo alguns analistas, um dos acontecimentos políticos e sociais mais importantes dos últimos 15 anos no Brasil.

Em março, quando os metalúrgicos deflagraram nova greve, desta vez por reajustes superiores aos índices oficiais, o governo decidiu intervir nos sindicatos e cassar os seus dirigentes. Lula entre eles. Mas nas negociações para conseguir que os trabalhadores voltassem às fábricas e para tentar um acordo com eles, foi com Lula e os outros dirigentes sindicais cassados que os empresários e o próprio governo dialogaram.

Hoje, todos conhecem Lula e reconhecem o seu carisma. O que faltava revelar sobre ele era a sua face mais humana, o seu jeito de ser — longe das assembleias e das lutas sindicais — quando pode se espichar, descalço e de bermudas no sofá da sala de sua pequena mas bem cuidada casa, no Jardim Lavinia, em São Bernardo do Campo, e rir descontraidamente ao relembrar um caso engraçado, sem escolher palavras e sem demonstrar qualquer preocupação em polir sua imagem de líder.

Na boca desse Lula descontraído os palavrões são tão frequentes quanto as tragadas dos cigarros que fuma um atrás do outro. Seu tom de voz só se torna mais grave quando o assunto resvala para questões gerais e de sua classe. Ai então ela se eleva, áspera e forte, num discurso bem articulado. Essa mudança, durante as muitas horas de entrevista — gravada em três sessões, em dias diferentes — que o jornalista Josué Machado fez com ele para PLAYBOY, ocorria também quando Lula, em meio a uma resposta descompromissada sobre tema mais leve (como, por exemplo, cinema e música popular), parecia lembrar-se, de repente, de seus deveres como líder de massas.

Mas logo Lula recuperava o tom de bom humor — e até de irreverência — com que iniciou e pontilhou toda esta longa e reveladora conversa. Nas paredes da sala, pequenos quadros: um com a letra do hino do Corinthians e outros com desenhos mostrando o Lula e suas frases mais famosas, feitos por um operário, Mauro Tiole. Numa estante com várias divisões, um televisor em cores, livros (*Diário da Cía*, *Os Dez Dias que Aboliram o Mundo*, *Esta Noite, a Liberdade*, *Argupélagos* Guiag e alguns volumes da coleção *Obras-Primas da Literatura*), garrafas de vinho chileno que ele recebeu de presente (diz que prefere uma boa pinga) e brinquedos dos filhos: Marcos, 8 anos, Fábio, 4; e Sandro, 8 meses. A mulher, Marisa, 29 anos, e a sogra, Glória Regina, estão nos fundos da casa, preparando o almoço. Fábio aparece correndo, pula no colo do pai e começa a puxar-

lhe a barba. Lula grita para a mulher: "Marisa! Tira este diabo daqui!". Marisa aparece, enxugando as mãos num pano de pratos. Recolhe Fábio, todos riem. E a entrevista começa.

Lula, que tal posar nu para a PLAYBOY? [rindo] Quando você falou sobre a entrevista, eu cheguei pro Djalma Bom [diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo] e disse: "Vou posar pelado pra PLAYBOY". E o Djalma, puto da vida: "Nem fodendo, nem fodendo". Ai eu agüentei sério e comecei a explicar: "Pô, Djalma, que é isso? Não é o sindicato que vai posar pelado. Sou eu, o Lula. Isso não tem nada com o sindicato. Eu quero, vou ganhar um dinheiro, sabe?"

— Marisa, vem cá!

O quarto tá arrumado?

Eu vou tirar umas fotos pelado.

— Maginal!

— Mas eu prometi...

Dizem que as mulheres estão querendo saber como é o metalúrgico, querem saber se ele tem pinto de ferro ou não". O Djalma não quis saber: "Não, nem fodendo. Espera aí que nós vamos fazer uma reunião da diretoria. Você tem que se preservar, não pode ficar entrando nessas, não!". Djalma acatou, tapaz! [pausa] Quer ver a Marisa ficar uma vara também? [grita para a cozinheira] "Marisa, vem cá! O quarto tá arrumado?". MARISA [chegando] Está. LULA [sério] Eu vou tirar umas fotos pelado. MARISA [rindo] Maginal! LULA — São poucas fotos... MARISA [rindo, ainda meio incrédula] — Ah, não inventa, vai, Lula. É tão ridículo! LULA — Vai, mulher, está com ciúme de mim! Vai, não precisa ficar vermelha. Arruma lá a cama que eu preciso posar pelado, vai. MARISA — Você não tem vergonha, Lula? LULA [sério] Eu não.

MARISA [em dúvida] Você teria coragem se não teria...

LULA [empurrando Marisa] Vamos lá, põe aquela colcha de pele que eu vou me arrumar lá.

MARISA [protestando] Não. Um homem de família... Depois vão falar mal de você, vão dizer que você virou um bunda mole.

LULA — Mas eu prometi. A revista está querendo. Vai, põe a colcha de pele. Eu vou fazer uma colherzinha de chá pra você sair do meu lado...

MARISA [rindo, meio nervosa] De jeito nenhum. E agora também não vou arrumar nada.

LULA [rindo descontraído] É brincadeira, bô. O Djalma também acreditou. Você acreditou?

MARISA [rindo, aliviada] Eu não!

Lula, vamos então despir você em sentido figurado, mostrar ao leitor o homem Lula, que ainda é muito pouco conhecido. Para começar, fale de sua vida de sua infância, de sua família. Nasci em Galinhos, Pernambuco, no dia 27 de outubro de 1945, mas sou registrado como de 6 de outubro. No ano em que eu nasci, meu pai veio embora para Santos. Foi trabalhar na IBC, carregando sacos de café. Lá ele arranjou outra mulher, uma prima da minha mãe, mas mandava dinheiro para casa. E minha mãe não sabia de nada. Eu tinha 3 anos ou 4 anos quando ele foi visitar a gente em Pernambuco e trouxe meu irmão mais velho, Chico, para São Paulo. Daqui, meu irmão escreveu, chamando minha mãe, fingindo que era o pai. Pegamos um pau-de-arara, viajamos 13 dias como gado e chegamos. Pau-de-arara é um caninhão com bancos de madeira na carroçaria, sabe? Não é aquele negócio que eles usam por aqui para fazer perguntas pra gente, não. Me lembro até hoje da viagem: criança melecando tudo pelo meio, a gente dormindo no caninhão ou na estrada, em qualquer lugar. Uma noite a gente estava dormindo ao relento e acordou com uma poia chuva pela cabeça. E a comida era fitinha, queijo e rapadura. Eu vim com uma caniseta só, sem trocar desde lá.

Seu pai se assustou com a chegada de vocês? Foi uma merda. Ele tava lá com a outra e mais cinco filhos dela. Depois de alguma confusão, meu pai arranhou uma casa para nós e ficava três dias numa e três dias na outra, com a segunda mulher. Logo todos começamos a trabalhar, a nos virar. Eu vendia tapioca e laranja. Mais tarde, os maiores vieram para São Paulo, conseguiram emprego e foram buscar minha mãe. Eu e meu irmão mais

velho ficamos com meu pai. Meses depois minha mãe mandou buscar a gente pra morar no fundo de um bar, perto de um banheiro fedorento. Éramos dez num quarto e cozinha no bairro do Ipiranga. Meu primo também morava com a gente. Depois todos casaram. Agora minha mãe mora com minha irmã, em São Bernardo. Meu pai morreu no ano passado.

E você estudou? Fiz o curso primário e, quando já trabalhava numa fábrica, aprendi a profissão de torneiro mecânico no Senai. Em 1973, quando já era secretário do sindicato, fiz o curso de madureza. Então parei de estudar, porque no madureza a gente aprende muito pouco. Aprende é a fazer cruzinha. A vida tem me ensinado muito mais. Mas se um dia eu tiver tempo talvez possa estudar alguma coisa.

E a sua infância foi boa? Minha infância foi muito boa. Miserável e muito boa. A gente tinha uma puta liberdade. Por mais pobre que a gente fosse, era bom. A gente vivia no meio da natureza. Lá em Santos, era lagoa pra gente tomar banho, era campo de futebol, era a gente brincando na terra, cavando buraco, fazendo bolinha pra estilingue, sabe? A gente realmente vivia, por mais pobre que fosse, a gente vivia. Andava descalço e não tinha problema de doenças. Essa molecada de hoje tem que andar de sapato, meia, toda encapuzada... Naquele tempo não tinha nada disso e a criança vivia melhor. Eu vejo pelos meus filhos, porque hoje eu posso comprar uma bola para eles, eu posso comprar um... sei lá, eu posso comprar para eles muito mais do que minha mãe podia comprar. Ela não podia comprar nada. Eu acho que a molecada de hoje vive bem mais infeliz do que a gente vivia naquele tempo. Eu lembro que eu tinha uns 10 anos e uma calça, uma só, uma calça marrom que um padrinho tinha me dado... Eu ia com essa calça para a escola semanas e semanas. Só tirava para lavar. Mesmo assim eu me sentia feliz... Nem me passava pela cabeça a idéia "eu sou pobre, não tenho nada, não ganho nada". Aquilo era normal, sabe?

Você disse que agora em geral os pais podem comprar presentes. Isso não significa progresso? É inegável que o país evoluiu. A população se multiplicou. Então é claro que tem muito mais pai podendo comprar as coisas. Mas também tem muito mais pai que não pode. Ganhei meu primeiro presente aos 18 anos,

da namorada. Hoje eu posso comprar para os meus filhos. Ganhando 25 mil cruzeiros por mês, estou acima da média salarial dos trabalhadores. E neste bloco em que moro acho que todos ganham de 12 a 20 mil por mês. Eles podem comprar umas coisas para os filhos. Mas a molecada vive toda aí no cimento, brincando na calçada, sem poder pôr o pé no chão. Já levanta de manhã com o sapato no pé. Naquele tempo a gente levantava e já botava o pé na terra. Era bem melhor para a saúde do que andar de sapato o dia inteiro.

Quem lhe deu o apelido de Lula? Minha mãe. Desde que me entendo por gente me chamam de Lula.

Você falou na felicidade da infância. Você é feliz agora? Não há motivo, mas sempre me considereei feliz. Mesmo quando fui cassado no sindicato. Se não há motivo para tanta alegria, também não há motivo pra ficar se lamentando. Tenho saúde, família, condições de trabalhar... Em termos materiais consegui um monte de coisas que qualquer pessoa gostaria de conseguir. Eu fui casado uma vez com uma boa mulher, perdi essa mulher e achava que não ia dar mais certo em casamento. Então encontrei a Marisa...

Você teve muitas namoradas? Não. Eu era muito tímido, bobinho. Não era de namorar, não tinha tempo, trabalhava muito.

Com que idade você teve sua primeira experiência sexual? Com 16 anos.

Foi com mulher ou com homem? [surpreso] Que quí isso? [risada] Com mulher, claro! Mas naquele tempo a sacanagem era muito maior do que hoje. Um moleque naquele tempo, com 10, 12 anos, já tinha experiência sexual com animais. A gente fazia muito mais sacanagem do que a molecada faz hoje. O mundo era mais livre...

E a mulher que o iniciou, você se lembra? [rindo] Eu fui numa dessas casas em São Paulo, levado por um amigo. Achei bom pra cacete...

Ficou freguês? Não. Eu ia só de vez em quando... Só depois que fiquei viúvo é que virei sacana. Ai eu queria sair com mulher todo dia. Endoidei de vez. Viúvo, eu não tinha perspectiva de vida, pensei que não ia casar mais.

Você ficou abalado? Fiquei. Eu gostava muito

da Maria de Lurdes. Vivi com ela só dois anos, de 1969 a 1971. Ela morreu de parto e eu fiquei muito chocado. Perdi a vontade de tudo. Fiquei uns seis meses bem fodido da vida. Então percebi que estava vivo, não estava morto não, porra! Ai comecei a cair na gandaia. Meu Deus do céu, antes de encontrar a Marisa foram três anos de loucura. Eu queria sair com mulher de segunda a domingo.

Que colosso... Ai, graças a Deus, encontrei a Marisa. Ela ficou viúva no mesmo ano que eu. Eu não queria mais casar com uma virgem. Queria encontrar uma pessoa que tivesse passado pelo mesmo que eu passei.

Como é que foi? Foi engraçado. Eu saía da casa de uma namorada à meia-noite, à 1 da manhã e pegava um táxi na pracinha de São Bernardo. Era o táxi de um velho. Um dia, não sei por quê, contei a ele que eu era viúvo. Então ele me contou que tinha uma nora muito bonita, e que o filho tinha sido assassinado três meses depois do casamento. Ele continuava muito revoltado com a morte do filho e me contou que a nora não ia mais casar. Como eu tinha contado minha história para ele, de vez em quando pegava o táxi e ele desabafava, falava do filho. E às vezes também falava da nora. E eu pensava: "Qualquer dia eu vou papar a nora desse velho...". Nessa época a Marisa apareceu no sindicato. Ela foi procurar um atestado de dependência econômica para internar o irmão. Eu tinha dito ao Luisinho, que trabalhava comigo no sindicato, que me avisasse sempre que aparecesse uma viuvinha bonitinha. Quando a Marisa apareceu, ele foi me chamar.

O que você era no sindicato nessa época? Primeiro secretário e diretor do Departamento de Previdência. Então comecei a encher o saco dela. E ela não queria nada. Escamosa, sabe? Uns três ou quatro dias depois eu passei a telefonar. Mas só depois descobri que Marisa e a nora do taxista eram a mesma pessoa...

MARISA – Primeiro ele preparou o terreno para depois me conquistar. Mas ele foi muito sem-vergonha. Num belo domingo apareceu em casa sem mais nem menos e foi logo conversando com minha mãe. Cara-de-pau!

LULA – Eu tinha perdido a timidez.

MARISA – O mínimo que eu tinha que fazer era convidá-lo para entrar.

LULA – Mas antes houve alguns episódios. Um dia eu estava conversando com você no portão e apareceu a fera atrás de mim, o outro namorado dela.

E daí? Ele se mancou.

MARISA – O outro já estava desconfiado. O horário de trabalho dele variava porque ele trabalhava em turma e de vez em quando me pegava na escola onde eu trabalhava. Então ficou sabendo que eu saía com Lula, que de vez em quando me dava carona...

Você ficou em dúvida entre os dois?

MARISA – Fiquei em dúvida. Não sabia por quem decidir. Aquele eu conhecia desde criança, era um moço direito, de família. Com o Lula eu simpatizava mais, gostava mais do jeito dele, mas não sabia quem era. Então pedi um tempo para pensar.

LULA – O tempo foi cinco minutos...

MARISA – Que nada, levou tempo!

LULA – Levou tanto tempo que em seis meses a gente casou...

Lula, o furacão! MARISA – Um tinha boa intenção, outro intenção ruim. E acabei conquistada pelo que tinha intenção ruim. Mas ele era gamado, viu? Vivia dependurado no telefone [gargalhada de Lula]. Eu só fugia, dizia que estava ocupada, que tinha de trabalhar, mas no fim acabava atendendo.

LULA – Charminho dela... O problema de mulher é você conseguir pegar na mão. Pegou na mão...

Vocês brigam muito? Eu não. Eu não brigo com ninguém. O negócio é o seguinte: se dependesse de mim a gente nunca brigava. A gente briga porque ela reclama que eu chego tarde da noite.

MARISA – Você dá motivo, vai!

O único motivo é esse, ele chegar tarde?

MARISA – Chegar tarde, não levar a família para passear, arranjar compromissos no sindicato no fim de semana... Aí a gente quebra o pau...

LULA – Pelo menos no período da greve ela não reclamou. Eu passava o dia fora de casa, dormia no sindicato e mesmo assim ela não achava ruim. Nem podia, né?

MARISA – Eu estou mais compreensiva, mas ele não reconhece isso. Você vê, agüentar a casa cheia de gente quase todo dia não é qualquer mulher que agüenta, não.

[Depois que Marisa se afasta] O Caetano Veloso disse que aprendeu a franzir a testa com o Victor Macture. E você, com quem aprendeu a fazer esse vinco no meio da testa, em cima do nariz, esse olhar vago, perdido na distância com que sai nas fotos. Isso é ensaiado? Como assim?

Esse seu jeito de "aiatolula tropical"... Não, eu não noto isso, não. Quando eu falo com o pessoal costumo falar olhando todo o espaço na frente para sentir a reação do povo.

Sua barba profética significa alguma coisa especial? Não. Vontade de deixar crescer. Começou em janeiro deste ano. O gozado é que até os 26 anos eu quase não tinha barba. Depois apareceu um bigode e no fim eu queria ver como ficava. A Marisa não queria, mas agora acho que não posso mais tirar. Todo mundo já se acostumou comigo assim.

As mulheres gostam? Ah, não sei...

Não se faça de inocente. Você é o rei do sindicato e elas não caem em cima de você? Não, não caem. Se caírem, eu não percebo [pausa]. Tem uma coisa: na minha situação, na minha posição, eu tenho que tomar cuidado. Tenho de abrir mão de muita coisa. Então eu não faria nenhuma bobagem que me comprometesse.

O que você acha do movimento feminista? [hesita] Eu respeito as mulheres que pretendem lutar por sua independência... Mas não sei que tipo de independência elas querem... Se é sexual, se é no trabalho... Eu gosto quando alguém se dispõe a fazer alguma coisa. Errado ou certo, a gente só vai saber quando a pessoa concluir aquilo que se dispôs a fazer.

Marisa é feminista? Não. Não há condições para uma dona de casa, mãe de três filhos, ser feminista.

MARISA [vindo da cozinha] – Marido pode, mas a mulher...

O Lula é machão? MARISA – Só na rua; aqui não...

Epa! Como assim? [Lula e Marisa riem]

Voltando à sua intimidade, a tensão, o cansaço, o excesso de trabalho não lhe tiram a vontade de fazer sexo? [hesitando] O problema é o seguinte... Não sei se isso é coisa de a gente falar... [pausa] Quando eu chego em casa, 2, 3 horas da manhã, num bagaço filho da puta, pensando que ainda vou ter de levantar às 7, nem penso em sexo.

Você se expressa bem, fala com clareza. Você lê? Eu leio jornais e converso muito. Aprendendo com o dia-a-dia, em contato com os problemas que a gente enfrenta. Eu ganho muitos livros, mas sou preguiçoso para ler.

Quando muito, leio o prefácio, depois deixo depois e acabo não lendo.

Que jornais prefere? Leio todos, mas prefiro Folha de S.Paulo, que cobre melhor a nossa...

Como você se diverte? Seu lazer mudou muito desde que você era solteiro? Muito. Quando solteiro eu gostava muito de dançar, de jogar pelôlim, de tomar minhas cachaças. Depois de viúvo minhas farras eram mais maduras, boêmias. Agora mudou tudo. Quando tinha mais tempo gostava de sair com a família para comer fora, passear por aí, ir a lugares bonitos. Nos tempos de maior movimentação, de greve, é claro que nem isso dá para fazer. Não tem sábado, não tem domingo quando tenho uma folga, quero dormir; a Marisa briga. A culpa é da atividade sindical. Como é que você pode sair do sindicato e ir para casa, largando dez, 20, 30 trabalhadores que querem conversar, saber coisas? Acho que a função da gente é justamente esta: atuar tudo isso. Porque a gente não tem, como a maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, acomodados, horário para entrar e para sair. Eu nunca me preocupei em chegar ao sindicato às 8 da manhã. Mas também nunca me preocupei com a hora de sair.

Você não vai nem ao cinema? Eu adorava cinema. Já faz três anos que não vou. Não posso ficar pensando na minha satisfação pessoal se ela for prejudicar o trabalho no sindicato.

Sobra tempo para a TV? TV sim. Mas só gosto de banguê-banguê e desenho animado.

Eles inspiram você? [rindo] – Distração. Tenho o hábito de ligar a TV. A primeira coisa que faço quando entro em casa é apertar o botão. Mesmo que seja de madrugada. É mania. Mesmo que passe filme que não gosto.

Quais os seus atores preferidos? John Wayne? Sei lá, acho que o pessoal de antigamente era bem melhor que o de hoje. Gary Cooper e os velhos mocinhos que mexeram com a gente quando eu era menino. Marlon Brando, Paul Newman... [pausa] Mas acho que a TV deveria mostrar mais filmes nacionais em melhores horários. O governo deveria exigir que as emissoras de TV passassem filmes nacionais nos horários nobres. Era um jeito de a gente se encontrar com a nossa cultura.

E música? Qual é o gênero que você prefere? Qualquer um. Mas prefiro curtir os cantores de...

antigamente: Orlando Silva, Nelson Gonçalves, Ângela Maria, Ayrault Alves, Jamelão, Silvio Caldas, Elisete Cardoso. Do pessoal novo, o Chico Buarque.

E Caetano e Gil? Ah, eu não gosto, não. Não é o tipo de música que me agrada. Mas acho que a música que eles fazem ajudou a modificar alguma coisa. Mexe muito com o pessoal mais jovem. Só que eu não perco tempo ouvindo... [pausa sorridente] Mas eles têm algumas músicas maravilhosas. Ah, gosto também da Elis e da Beth Carvalho.

E do Roberto Carlos? Teve um tempo que eu gostava. Em 65, 66, 67... Agora não perco mais tempo. O tipo de música que ele faz é um negócio muito pequeno para o mundo que a gente vive hoje. E tem mais: as propagandas oficiais que esse pessoal ajuda a fazer... Não é só o Roberto Carlos. Ele e alguns outros por aí, algumas pessoas que poderiam influir no comportamento do povo...

Que outros? [ênfático] O próprio Pelé deveria ter um posicionamento político, porque pessoas como ele poderiam contribuir para mudar o comportamento do povo... Veja o Roberto Carlos. Promoveu o Ano Internacional da Criança, ajudou a TV Globo a arrecadar dinheiro para fazer a promoção de algumas pessoas, quando a gente sabe que o Brasil tem 25 milhões de menores abandonados, passando fome, e que não é a arrecadação de fundos que vai resolver esse problema. Quando muito, vai ajudar uma ou outra instituição. Todo mundo sabe que o menor abandonado é resultado de baixos salários, do alto grau de miserabilidade do povo. Esse problema seria resolvido com melhores empregos, bons salários. Porque ninguém abandona criança porque quer, ninguém deixa um filho ser trombadinha porque quer. Só se deixa quando não se tem condições de evitar. Por isso é que Roberto Carlos, Pelé e outros deveriam se posicionar politicamente diante dos problemas nacionais. Eles deveriam seguir o exemplo do Marlon Brando no caso do índio americano. O governo erra e eles tomam posições contrárias. Nos Estados Unidos, os jogadores de futebol entraram em greve pelo reconhecimento do sindicato deles. Em São Paulo, quando a gente está em greve, com a polícia descendo o pau, os presidentes de sindicatos de futebol resolvem fazer jogos promocionais, sem nenhuma preocupação política. Eles fizeram festa quando a hora era de reflexão.

Alguns problemas com a Globo? O grande problema da TV brasileira não é a Globo. A gente fala em Globo como eu falo em Volkswagen quando falo em fábrica. Porque a Globo é a que tem mais audiência. O problema não é de uma estação, é do sistema, é da televisão brasileira, que tem uma programação imperfeita, que pouco tem a ver com o país.

Passemos da TV para o futebol. Você tem um quadro com o hino do Corinthians. É um sofredor? Eu sou corinthiano, mas não tenho mais tempo para me preocupar com futebol. Quando moleque, eu era fanático, não perdia um jogo.

Atualmente, quais são os seus maiores prazeres?

Não gosto de Caetano Veloso e de Gilberto Gil. Não é o tipo de música que me agrada. Eu não perco tempo ouvindo

[riso e pausa] Meus maiores prazeres... fora os prazeres íntimos de um homem [ri] ...eu acho que um dos meus grandes prazeres é estar falando com os trabalhadores, participar de assembléias. Eu me sinto bem discutindo os problemas dos trabalhadores. Então meu maior prazer é saber que estou sendo útil à minha classe... Fora isso não tenho tido tempo para procurar prazer em nada, a não ser no relacionamento com a minha família. Ah, também tenho muitos amigos e gostei muito disso.

Você é comilão, gosta de algum prato especial? Não. A minha comida é a de todo brasileiro: arroz, feijão e bife.

Vocês usaram um salão da matriz de São Bernardo durante a intervenção no sindicato. Você é católico? Praticante? Sou católico. Mas não tenho ido muito à igreja... Eu não tenho tempo. Acho

que a Igreja deveria cumprir um papel social muito grande, um papel voltado para a defesa dos oprimidos, dos mais carentes. Porque a Igreja como instituição esteve muito ao lado do poder, do poder econômico. No Brasil está mudando, porque pelo menos algumas pessoas da Igreja têm feito muita coisa boa em defesa dos trabalhadores e dos que sofrem por causa do poder econômico.

Por que a Igreja está mudando? Porque a sociedade também mudou e está exigindo mudanças em todos os setores.

Você acredita em Deus? Eu acredito em Deus. Acredito num ser superior capaz de dar paz espiritual e tranquilidade na hora certa... Sei lá, infeliz daquele que não conseguir acreditar em determinadas coisas. Eu acredito.

Onde foi que você perdeu o dedo mindinho da mão esquerda? Foi numa prensa. Eu tinha feito um parafuso para um cara e tinha que colocar na prensa, na prensadora de metal. E a prensa fechou, benza Deus.

O cara pagou só o parafuso ou o dedo também? Pagou tudo. Eu recebi 250 contos. Faz 16 anos. Acho que perdi esse dedo por descuido do médico. A prensa amassou a metade, então pelo menos um pedaço ele poderia ter aproveitado. Mas achou mais fácil dar anestesia e cortar tudo.

Esta casa é sua? É. Comprei há quatro anos. Dei 60 mil de entrada e comprei pelo BNH. Eu tinha vendido uma casa na Vila das Mercês, juntado um dinheirinho e agora pago uns 2.700 cruzeiros por mês. Só que aumenta todo ano. Nunca a gente acaba de pagar. Quando eu comprei, o saldo devedor era de 90 mil cruzeiros. Agora já paguei uns quatro anos e estou devendo 200 mil cruzeiros [ri]. Quanto mais se paga mais aumenta. O BNH foi criado para construir casa para o trabalhador e depois se apoderou do dinheiro do Fundo de Garantia, que era uma coisa exclusivamente para a gente, e está construindo casa para o empregador.

O que você ganha dá para pagar as despesas todas? Dá, sim, porque nós não temos grandes despesas. Nem podemos ter. Eu, Marisa, os três filhos e a sogra. Só comida e roupa. Sem luxo.

Talvez você seja privilegiado porque tem telefone. É difícil conseguir um em São Bernardo? Custa caro? Custa caro. Eu paguei 20 mil cruzeiros à vista

e já faz algum tempo. Comprei porque com essa vida que eu levo é preciso. Eu viajava e para falar com minha mulher tinha que ligar para a casa de outra pessoa, que vinha dar o recado. Às vezes um diretor do sindicato precisava falar comigo no domingo e não tinha jeito. O telefone para nós é muito importante. Só que agora já está enchendo o saco, porque eu recebo pelo menos 50 telefonemas por dia. Durante a greve e a intervenção foi um negócio. Não tinha hora. Noite e dia. Mas isso é um preço que a gente tem que pagar.

O que você acha do salário mínimo? Não dá para sustentar trabalhador algum. Gostaria é que um ministro da área econômica ou do Trabalho tentasse passar pelo menos um mês com o salário mínimo. Seria muito engraçado...

Você recebe seu salário do sindicato ou da Villares?

Eu recebo do sindicato. Acho que é a melhor forma de manter a independência.

E durante a intervenção no sindicato? Pedi licença na Villares.

Remunerada? É.

Bonzinho o Villares, hein? Pra eles é mais vantagem ter a gente fora das fábricas.

E os outros diretores? O fundo de greve pagava? Não. Todos pediram férias ou licença. Ninguém recebia do fundo. Na verdade, nem temos fundo de greve ainda organizado. O que tivemos foi ajuda de muita gente que mandava roupas, comida e dinheiro. Mas esse não é o fundo que a gente pretende organizar.

Durante a intervenção vocês se reuniram sempre no salão da matriz? Em geral lá. Antes de acontecer a intervenção, a gente já sabia que ela viria. Então tiramos tudo do sindicato, os mantimentos, remédios, e levamos para o salão que o padre Cláudio Hummes ofereceu.

Quais foram as lições das greves? Com essas duas greves que fizemos em 11 meses, a classe se uniu mais, surgiram novos líderes e os trabalhadores passaram a se interessar mais pelo sindicato. Nós aprendemos que melhor que uma luta só duas lutas. Vencemos: os trabalhadores redescobriram sua força. E pela primeira vez em 15 anos, dirigentes cassados foram chamados para negociar.

Ultimamente tem havido muitas manifestações de descontentamento de grupos assalariados. Todos

estão desafiando a lei, alegando que ela não é legítima. Você acha que isso começou com o movimento dos metalúrgicos? Seria injustiça não reconhecer que tudo começou com os metalúrgicos. Eles promoveram a abertura do movimento sindical. Mas o problema é mais sério. Todos ganham menos do que deviam ganhar. A incompetência do governo fez com que a proletarianização tomasse conta de todos os setores assalariados. Então é claro que tem que haver essas manifestações.

Na greve de 78 você procurou o general Dilermando Monteiro, então comandante do II Exército. Por quê?

Porque havia muitos boatos sobre o que ia acontecer, pressões, os patrões mentindo para

Não sou fanático por política. Não faz o meu gênero. Sinceramente não sei o que vou fazer quando terminar meu mandato no sindicato

a imprensa, denunciando coisas que não aconteciam. Como eu sabia que eles haviam procurado o general Dilermando para dizer que os trabalhadores estavam fazendo subversão, achei bom ir expor a nossa versão.

Ele aceitou bem as suas explicações? Achei muito legal a posição do general Dilermando naquela época. Ele disse que, enquanto fosse comandante do II Exército e enquanto dependesse dele, trabalhador não ia tomar pau.

Na greve deste ano, a polícia aparentemente tinha ordem para proteger você. Você sabia disso? Não. O que eu ouvi falar é que havia ordens para que não agredissem os trabalhadores. Mas houve agressão.

Ossos do ofício... Mas até que o policiamento como um todo não foi dos piores. Um ou outro é que exagrou.

Uma das coisas que você disse durante as greves e que marcaram muito foi que a melhor maneira de os estudantes ajudarem os trabalhadores era ficando nas universidades. Por quê? Eu acho que nas lutas específicas dos trabalhadores, estudantes não têm que se meter. Agora, numa luta de nível nacional por uma Assembleia Constituinte, pela anistia, defesa do petróleo, da Amazônia, coisas assim, todos nós podemos estar juntos: estudante, intelectual, trabalhador, todo mundo. Mas na hora de reivindicar salário, melhores condições de trabalho, estudante deve mesmo ficar na faculdade e não vir encher o saco dos trabalhadores. Como eu acho que, na luta dos estudantes, trabalhador não tem que encher o saco.

Algumas pessoas disseram que a Igreja estava ajudando a agitar o movimento sindical. Outras, que o movimento sindical no ABC está sendo influenciado pela Convergência Socialista. Esse pessoal não sabe o que está falando. O movimento grevista se deve ao baixo salário dos trabalhadores, às péssimas condições de trabalho. Quer jogar a culpa de uma greve de 100 mil, 200 mil trabalhadores em cima de meia dúzia de caras que, pelo menos em São Bernardo, não apitam bulhufas, deve ser brincadeira.

E a alegação do governo e dos empresários de que com liberdade para a greve os assalariados poderiam exigir sempre mais? Sem greve, os banqueiros conseguem exigir sempre mais, os fabricantes de veículos, os fabricantes de autopeças, os grandes latifundiários conseguem exigir sempre mais. Por que nós, trabalhadores, não teríamos direito de exigir? Um ou dois meses atrás, uma fábrica de óleo de cozinha seguiu a produção para conseguir aumento de preços, e eu não ouvi o governo falar em intervir na fábrica ou no sindicato da fábrica de óleo. Uma empresa multinacional escondeu leite para aumentar o preço, e o governo não tomou nenhuma posição, porque está comprometido com o poder econômico.

Na discussão de uma nova fórmula de reajuste salarial, os empresários preferem que se use a rentabilidade das empresas e não a produtividade. Por quê?

Acho que as duas precisam ser consideradas. Todo mundo sabe que existem muitas formas de enganar com relação à rentabilidade. Quer dizer, as empresas têm um balanço para o governo, outro para a imprensa, outro para os acionistas. Eu não ouvi falar de um só empresário que admitisse que já teve lucro. Todos dizem que fecham o ano "em vermelho", com prejuízo. O Brasil é o único

Quando os empresários têm prejuízo ao trabalho e continuam crescendo. Enquanto os empresários dizem que os trabalhadores estão sempre melhor. Só que, com o aumento do salário, a cada dia que passa a gente ganha menos coisas.

Quando você se tornou presidente do sindicato? No dia 24 de abril de 1975.

É o segundo mandato? Começou em abril de 78 e vai até abril de 81. Se deixarem, né?

Quando terminar seu mandato, você pretende voltar ao trabalho, continuar na vida sindical ou entrar para a política? Eu não sei o que fazer. A única coisa que aprendi foi ser torneiro mecânico. E também assim acho que já desaprendi, porque estou afastado desde 72 [pausa]. Eu já tinha decidido abandonar o sindicato em 81, para um pouco, descansar. Outros companheiros precisam subir. E também não sou político por política. Não faz muito meu gênero [pausa]. Sinceramente não sei. Acho que vou voltar para o trabalho na fábrica.

Carlos Villares, seu ex-patrão, disse que você era um excelente trabalhador e que vai recebê-lo de braços abertos. Mas o sindicato já andou falando que há listas negras com nomes de trabalhadores mais ativos. Se você quisesse voltar a trabalhar, não teria dificuldade? Se eu chegasse à porta de uma empresa para trabalhar, não sei se seria admitido. Imagino que eles tenham listas negras, porque algumas pessoas da nossa categoria têm muita dificuldade de arranjar emprego. Quando o trabalhador chega à firma, enquanto preenche a ficha, alguém telefona para a empresa de onde ele saiu e toma informações. Se o sujeito não era conveniente e falava muito em sindicato, dizem para ele que a vaga já foi preenchida. Mas acho que todas as categorias vivem esse problema.

Você costuma pedir que não o chamem de líder sindical, mas de dirigente sindical. Por quê? Porque eu ainda não me considero líder.

Mas na última greve, quando a multidão carregava você em triunfo, você se sentiu um líder, um comandante querido? É. De fato em vários momentos eu me senti como verdadeiro líder. Principalmente quando os trabalhadores me carregaram, fizeram música para mim... Mas acho que ainda falta muito para eu ser um verdadeiro líder, o cara que esteja encarnado com os trabalhadores e com quem os trabalhadores se encarnem. Mas acho que a

gente não está muito longe disso. E foi por isso que aconteceu a intervenção no sindicato. Um governo que em nenhum instante tem condições de assumir a liderança, em que a maioria dos representantes são bionicos senadores, governadores, prefeitos, um governo que em 15 anos não conseguiu fazer um líder tem muito medo de um peão que de repente aparece com espírito de liderança. É por isso que muita gente do poder está rezando para que minha cabeça role.

Quando foi que você notou que podia representar bem sua classe? Eu sempre achei, porque sempre me identifiquei com ela. Uma coisa são as pessoas que teorizam, que conhecem os trabalhadores através de livros, e outra as que, como eu, conhecem os trabalhadores do dia-a-dia, de dentro da fábrica. É claro que eu tive momentos de inibição e problemas com a falta de experiência. Eu lembro que, quando assumi a presidência do sindicato, nunca tinha falado num microfone.

Tremia? Não só tremia. A primeira entrevista que eu dei para um canal de televisão foi no dia da minha posse, em 1975. Eu fiquei tão nervoso que quase não parava em pé. Comecei a falar, e as pernas tremiam. No discurso de posse também foi assim. Fiquei com medo de esquecer o que ia falar e pedi, um dia antes, ao advogado do sindicato que me ajudasse a escrever o discurso. Tinha medo de esquecer tudo. Mas na hora de ler a folha tremia tanto que parecia que estava ventando a 100 por hora. Então eu pensava: "Será que eu vou representar os trabalhadores com dignidade? Será que eu mereço o cargo que vou ocupar?". Agora eu sei que o tempo é que faz a gente se aperfeiçoar. Hoje eu não me preocupo, não tenho mais receio nenhum de enfrentar qualquer público, discutir qualquer assunto. É fato de qualquer coisa que uma porção de gente pode pensar que é só para estudioso discutir. Eu acho que não. Acho que o trabalhador tem que meter o bedelho em tudo, porque tudo repercute em cima da gente. No fim, quem sofre as consequências de tudo é a gente mesmo.

Há alguma figura de renome que tenha inspirado você? Alguém de agora ou do passado? [pensa] Há algumas figuras que eu admiro muito, sem contar o Tiradentes e outros que fizeram muito pela independência do Brasil e pela melhoria das condições do povo. Um cara que me emociona é o Ghandi. O que ele fez pela Índia atrasada e escravizada só pode ser

admirado. O livro que eu li sobre o Ghandi, *Esta Noite, a Liberdade*, me emocionou muito. Ele tinha uma boa vida e não precisava se meter em brigas, mas abandonou tudo para se dedicar a uma causa. Outro que eu admiro é o Che Guevara, que se dedicou inteiramente à sua causa. Essa dedicação é o que me faz admirar um homem.

A ação e a ideologia? Não está em jogo a ideologia, mas a atitude, a dedicação. Se todo mundo desse um pouco de si como eles, as coisas não andariam como andam hoje no mundo. Na verdade o mundo é constituído hoje muito mais de covardes do que de pessoas que pensam no próximo, que querem fazer alguma coisa pelo bem-estar coletivo.

Alguém mais que você admira? [pausa] O Mao Tsé-tung também lutou por aquilo que achava certo, lutou para transformar algo...

Diga mais... Por exemplo, o Hitler, mesmo errado, tinha aquilo que eu admiro num homem, o fogo de se propor a fazer alguma coisa e tentar fazer...

Quer dizer que você admira o Adolfo? [enfático] Não, não. O que eu admiro é a disposição, a força, a dedicação. É diferente de admirar as ideias dele, a ideologia dele.

E entre os vivos? [pensando] O Fidel Castro, que também se dedicou a uma causa e lutou contra tudo.

Mais. Khomeini. Eu não conheço muito a coisa sobre o Ira, mas a força que o Khomeini mostrou, a determinação de acabar com aquele regime do xá foi um negócio sério.

As pessoas que você disse que admira derrubaram ou ajudaram a derrubar governos. Coincidência? [rápido] Não, não é coincidência. É que todos eles estavam ao lado dos menos favorecidos.

Mas há algumas diferenças entre eles. O Ghandi, por exemplo, empregava a resistência passiva. Você é a favor da resistência passiva para mudar o que acha errado? A gente nunca deve provocar a agressividade; a gente só deve reagir se for preciso. Também não tem aquela de dar a cara pro nego dar tapa e depois oferecer o outro lado. A gente deve empregar métodos pacíficos, enquanto o adversário não abusar da nossa paciência. Não sei se o método pacífico conseguiria transformar a sociedade. Acho que a gente deve brigar de acordo

com os métodos do adversário. Sou a favor da paz enquanto houver chance de conseguir alguma coisa pacificamente.

No novo Irã já foram mortas centenas de pessoas. Isso não abala sua admiração pelo Khomeini? É um grande erro... [pausa] Em toda transformação de sociedade o grande erro na briga pelo poder é exatamente esse. Um grupo sobre ao poder e começa a matar o outro, que antes o oprimia. Ninguém pode ter a pretensão de governar sem oposição. E ninguém tem o direito de matar ninguém. Nós precisamos aprender a conviver com quem é contra a gente, com quem quer derrubar a gente. Não é justo o Khomeini tomar o poder, ser aplaudido, admirado e depois começar a matar os caras que são contra ele. Então ele teria que admitir como natural que o xá matasse os adversários. Acho que o importante é fazer a coisa de forma que não sobre argumento pra ninguém ser contra.

Isso é meio difícil, não? É difícil. Talvez seja impossível, mas a gente tem de conviver com a gente que pensa diferente, que é contra. Não concordo com esse negócio de que quem tor contra morre. É preciso fazer alguma coisa para ganhar mais adeptos; não se preocupar com a minoria descontente, mas se importar com a maioria dos contentes. Então um cara que conseguiu fazer uma revolução, que conseguiu reunir 90% do povo do lado dele, não deveria ficar preocupado em matar 200, 300 caras. Vamos supor que a coisa mudasse de uma hora para outra, que eu fosse secretário da Segurança ou comandante do II Exército. Acho que não seria justo eu mandar torturar ou matar, por exemplo, o cara que bateu em meu irmão, na prisão. Se eu fizesse isso, estaria contribuindo para que houvesse tortura cada vez que mudasse alguém no poder. É claro que o ideal seria que a gente vivesse num estado de direito, onde a justiça fosse respeitada. Mas eu não partiria para a vingança. Não partiria mesmo. Acho que não é o melhor caminho.

Entre os líderes que você admira, pelo visto não há nenhum brasileiro... [pensa e ri] Aqui é difícil achar alguém para admirar...

Faça um esforço. [longa pausa] Atualmente tá ruim pra cacete [pausa].

Força! [mais pausa, roça a barba] Quem a gente poderia admirar no Brasil?... Meu Deus do céu, tá muito ruim...

O Maluf, talvez? Ah, pô, não brinca. Vamos conversar sério. Acho que podemos falar em gente como dom Paulo Evaristo, dom Hélder... Porque, por Deus do céu, eu não conheço ninguém... O que há de melhor são alguns dirigentes sindicais. Em relação à classe política, está difícil pra cacete. O brasileiro é um povo sem líderes.

Vai desistir ou vai continuar tentando? Não, peraí, me ajuda a achar um líder brasileiro, pô?

Pense, talvez algum líder embutido... [rindo] Só se for um líder secreto, que a gente não consiga ver... [conformado, depois de longa pausa] É, acho que não há líderes por aqui...

Nem no MDB? Que MDB, pô!

O que você acha de Arena e MDB? Acho que Arena e MDB são duas coisas criadas para dar sustentação ao governo: um brincando de ser contra e outro brincando de ser a favor. No fim, os dois têm os mesmos interesses. Veja, por exemplo, em nossa greve. Sabe que nenhum dos dois partidos se manifestou? Como se não estivesse acontecendo nada... Nos grandes momentos os dois se omitem.

Você já foi convidado para entrar para um deles? Algumas pessoas da Arena me perguntaram por que eu não me filiava. Mas como é que eu ia entrar para um partido que compactua com o que o governo faz de errado?

E o MDB? Eles me convidaram para me candidatar a deputado federal. Mas achei que ainda tinha muito a fazer no sindicato. Não dá para fazer bem as duas coisas. Era uma ou outra. Escolhi o sindicalismo. Enquanto existirem só esses partidos não me filio a nenhum.

Você não representaria melhor os trabalhadores do que muitos dos bacheleiros eleitos? Não eu só, mas qualquer um entre milhares de trabalhadores representaria melhor a classe do que muitos que foram eleitos.

Está surgindo um PTB. Talvez dois. Você entraria para o PTB? [rápido] Não, não! Um PTB já é dose pra leão, imagine dois! Um de Ivete Vargas e outro do Brizola. Respeito os dois, mas acho que é muita petulância deles, depois de tanto tempo afastados. Acho que deveriam ver o que vai sair de outros setores que viveram aqui todo o período de maior repressão para se adaptarem às novas condições, às novas exigências da sociedade.

Como precisaria ser um partido para representar os trabalhadores? Esse partido deveria ter um compromisso com as bases, ter trabalhadora, o que a gente está tentando criar. Um partido para todos os que vivem do salário, só operários, mas de todos os que trabalham.

"A gente" quem? Com quem você já conversou sobre esse novo partido? [hesita] Tem uns companheiros, uns dirigentes sindicais que eu faço contatos...

Com quem? Você pode falar ou não? Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Jari Vasconcelos... Tem várias pessoas. Senadores e deputados mais progressistas do MDB, pessoal de atitudes mais coerentes... Mas nada definido ainda. Temos de conversar com várias pessoas para reunir um grupo disposto a organizar um partido onde a classe trabalhadora predomine. O operário precisa participar ativamente da organização do partido, não apenas recebendo a coisa de cima para baixo. Precisa participar da organização do programa, dos princípios do partido.

E os dirigentes sindicais envolvidos, quais são? Lembro alguns: Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco; Jacob Bitar, do Petróleo de Campinas. Tem outros.

Delfim Netto disse que um partido formado por representantes de classe seria fascista. Aré um cara inteligente pode falar asneira. Isso é asneira.

O que você acha do desempenho do Delfim Netto? Ele foi ruim como ministro da Fazenda e andou sendo criticado pelas coisas que fez.

E do ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen? Foi ruim no governo Geisel e será pior no governo Figueiredo.

Do ministro Murilo Macedo. [reticente] É cedo para julgar Murilo Macedo. Acho que ele cometeu alguns erros... Não só pela intervenção em São Bernardo... A gente vai precisar de algum tempo para julgar.

Mas você já disse que o Murilo Macedo é hábil, inteligente. Inteligente e esperto.

O que você achou do governo Geisel? [pensa um pouco] Em termos salariais, inegavelmente foi um governo que abriu umas frestinhas, permitiu uma pequena recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Segundo os estudos do Dieese, foi quando a gente teve

...mas mais chegados à taxa da inflação. É porque isso é certa abertura para a imprensa e deve propriamente ao Geisel, e sim, tudo que toda a sociedade fez.

...o general Figueiredo. Vou ter de falar?...

...sim. É difícil julgar o Figueiredo. O que me levava pouco a sério o que ele agora, mas acho que é cedo para ter motivos para falar mal, por intervenção no nosso sindicato, mas esperar antes de um julgamento.

...e Miguel Arraes. Pelo passado, me dê respeito e admiração. Só eles voltem e continuem colaborando. O país se torne efetivamente livre.

...volta deles, uma das bandeiras da gente ampla, geral e irrestrita. Você indo ou só em parte? Concordo. A oposição está muito ligada. Um medo de encarar a realidade: o problema da seca, da seca, das inundações, outras coisas, como o desemprego. Acho que é a coragem de brigar por importantes.

...a mudança de capital proposta pelo Maluf. Acho que o Maluf, em mudar a capital, de um problema da periferia para procurar humanizar a cidade, de água e esgotos, a mudança da capital é uma mudança de uma cidade para o povo, que convida o povo, grande do Brasil, que convida o povo.

...interior? É uma mudança de Maluf. Ele é um trenzinho da mudança de Maluf. São Paulo.

...a inflação é um problema. Depois de 15 anos, encontra-se a inflação, mas não me interessa revelar. Não convém envolver a categoria em lutas ideológicas.

agora, depois de 15 anos de arrocho salarial, a inflação continua crescendo. O governo precisa criar coragem e enfrentar os banqueiros, os especuladores. Isso é o que causa a inflação e não o salário. Porque o salário só é inflacionário quando se sobrepõe à produção. O governo não sabe ou não quer atacar o lugar certo. Outro dia soltou um pacotinho, mas não atacou os banqueiros, que são a causa da inflação. A Volkswagen ganhou no ano passado mais dinheiro no open market do que com a produção de carros. Isso é que causa inflação, não os salários.

Se você tivesse de escolher entre capitalismo e socialismo para o Brasil, qual escolheria? [rindo]

Fico satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta. Ficaria chateado se dissesse que sou um cara maravilhoso

Mais uma perguntinha pra conseguir minha definição ideológica, né? Não adianta... [pausa] O que nós precisamos é fazer com que a sociedade participe da implantação de um regime que considere melhor. Nem capitalista nem comunista. Sei lá... Eu acho que a prática vai demonstrar que existe... quem sabe... alguma coisa a mais que possa melhorar a situação do Brasil...

Tem muita gente querendo que você se defina ideologicamente? Tem, mas eu jamais fiz isso. Eu tenho que respeitar a categoria que eu represento, tenho que respeitar as ideologias, os pontos de vista que existem na categoria. É claro que eu penso algumas coisas, mas não me interessa revelar. Não convém envolver a categoria em lutas ideológicas.

Alguns empresários não têm grandes motivos para estimar você. Um deles, numa reunião, falando em

você, perdeu a calma e disse: "Sabe o que o Lula é? Um grande filho da puta". Você não fica triste sabendo que há gente que não gosta de você? [rindo] Não. Quando é empresário eu fico até contente. Ficaria chateado se um empresário achasse que eu era um cara maravilhoso, que não fazia mal nenhum a ele. Fico satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta. É sinal de que a gente está fazendo alguma coisa pelos trabalhadores da fábrica dele.

Entre os empresários, há algum que o impressiona mais por qualquer razão? Cada dia que passa eu conheço menos os empresários. Durante a intervenção no sindicato, por qualquer razão eu falei bem do Carlos Villares. No dia seguinte ele mandou embora mais de 300 trabalhadores, furando o acordo e alegando problemas econômicos. Cada dia que passa eles me decepcionam mais.

E o Theobaldo de Nigris, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo? Ele representa o setor mais conservador da classe empresarial. Um radical de direita. Há outros mais liberais, como o Cláudio Bardella, o José Mindlin. Mas são liberais apenas para a imprensa, porque nas suas fábricas são tão radicais como qualquer outro. Os empresários precisam avançar na maneira de ver o relacionamento de capital e trabalho. Precisam entender que os trabalhadores não têm só que sobreviver, mas têm que comer bem para continuar produzindo e dar mais lucro para a empresa. Os empresários têm uma visão muito curta, parece que querem tirar tudo o que podem agora, porque têm medo de que depois não dê mais. Eles têm que evoluir, porque a sociedade vai exigir que eles evoluam.

Nas suas conversas com empresários, generais, ministros e políticos, você se sentiu à vontade ou tremeu? Sempre me senti à vontade, porque o que eu tenho que falar para essas pessoas falo publicamente. É o que eu falo para os trabalhadores o dia inteiro. Eu não tenho que articular palavras, uso a minha linguagem de todo dia, a linguagem do trabalhador.

Muita gente implica com o terno de colete que você usou em ocasiões solenes. Você não acha que deveria andar vestido como um operário? Ora, todo operário gostaria de andar bem vestido. Se eu pudesse, andaria sempre bem vestido. E andar bem vestido não é usar terno e gravata. É uma calça esporte bem-feita, um sapato bom, tecidos de boa qualidade. Só não

ando bem vestido porque não posso. Mesmo assim, acho que estou de acordo com a média dos trabalhadores. Mas, numa entrevista na televisão, eu fiquei puto da vida porque uma pessoa que perguntou sobre meu terno de colete parecia entender que trabalhador nunca poderia andar de terno e gravata. A pessoa que fez a pergunta deu a impressão de que operários deveriam apenas fazer coisas, para "eles" usarem. Aquilo me deixou puto. Tem ocasião que a gente é obrigado a colocar terno e gravata.

Uma dessas ocasiões foi a recepção oferecida em São Paulo pelo chanceler alemão Helmut Schmidt. Por que ele convidou você e o que foi que vocês conversaram? Havia dirigentes sindicais na comitiva dele. Acho que esses dirigentes é que pediram para o chanceler falar comigo.

Mas o convite foi dele ou dos dirigentes sindicais? Foi dele. E ele chegou a dizer que gostaria que nós, alguns dirigentes sindicais brasileiros, fôssemos à Alemanha trocar experiências com os trabalhadores de lá.

Na campanha de vocês, durante a intervenção. Não é um pouco estranho? Não. Não acho estranho isso vindo de um governo democrático. É estranho para nós, aqui no Brasil, com sucessivos governos eleitos por vias indiretas.

Por que você não aceitou o convite? Porque nós estávamos em plena campanha salarial e era mais importante ficar no Brasil, lutando pelas reivindicações dos trabalhadores.

Nesse encontro com o chanceler alemão, você aproveitou para fazer alguma denúncia? Ah, sim. Mas o tempo foi muito curto. O pouco que eu falei foi sobre as arbitrariedades da Volkswagen. O mínimo que a gente espera de uma multinacional é que ela dê aos trabalhadores daqui os mesmos direitos que dá aos de seu país. Foi mais ou menos essa a conversa que tivemos.

Ele respondeu? Não houve tempo para comentários por causa de outras perguntas e do problema de intérprete. Acho que o assunto se perdeu.

Soube que nessa recepção as mulheres de alguns líderes estavam ansiosas para conhecer você. Você notou? Não.

Nenhuma mulher de figurão quis conhecer você de perto? Não... [pausa] A única que eu cumpri-

mentei, que me lembro, foi a mulher do Luís Eulálio Bueno Vidigal, presidente do Sindicato das Indústrias de Autopeças.

Você já a conhecia? Não. Conhecia bem o Eulálio Bueno Vidigal.

Admiraram muito você lá? Afinal você era um corpo estranho numa festa desse tipo. Você não notou nada diferente? Senti algo estranho. Quando cheguei, achei que tinham me transformado em alguma coisa muito importante. Eu passava e percebia que todos estavam me olhando. Talvez como se eu fosse um monstro. Acho que pensavam: "É esse aí o que faz greves..." Acho que esperavam ver um monstro soltando fogo pelo nariz.

Seu trabalho no sindicato impediu que você aceitasse o convite para ir à Alemanha. Mas você já esteve em outros países, como no Japão e nos Estados Unidos. Foi numa época mais tranqüila. Fui ao Japão num congresso de trabalhadores da Toyota e na volta fiquei um dia nos Estados Unidos.

Você estava no Japão quando seu irmão foi preso em 75, não é? Foi. Me telefonaram avisando. Eu estava lá pastando, sem poder comer aquela comida horrível. Então vim embora correndo. Eu pensei: "É melhor ficar preso no Brasil do que solto no Japão, comendo aquilo".

Você já disse que a prisão de seu irmão mudou seu comportamento, sua vida. Como? Eu ganhei coragem. Antes, acho que eu era meio covarde.

Por que seu irmão foi preso? Eles queriam que meu irmão confessasse que o apelido Frei Chico era codinome dado por algum movimento subversivo. Foi preciso que os diretores do sindicato assinassem uma declaração garantindo que o apelido tinha sido dado por nós, lá no sindicato. Ele ficou mais de dois meses preso e apanhou muito...

Na assembleia da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias no Rio, Ari Campista, presidente da CNTI, mandou desligar o microfone quando você e outros dirigentes quiseram falar. Por quê? [rindo] Não é difícil entender. É que ele ainda vive a realidade sindical das décadas de 40 e 50 e estranhou quando surgiram os líderes sindicais da década de 70. Ele estava acostumado a lidar com esse pessoal que vive nos sindicatos há 20, 30 anos, gente acomodada. Ele só provou uma coisa: que ele é um homem de ontem com mentalidade de anteontem; só provou que está morto e não sabe.

Você gosta de frases de efeito, não? Eu já nunca falar isso também do Jânio Quadros e do embaixador Theobaldo de Nigris. [sem se perturbar] Eu tenho culpa de que eles sejam tão parecidos.

Há outras frases suas: "Trabalhador não vale o trabalhador". Tem uma que poderia ser inscrita no túmulo, se um dia você morrer, o que eu acho de [risada de Lula]: "Que ninguém, nunca mais, duvidar da capacidade de luta do trabalhador". Você diz isso espontaneamente ou as decora antes de ir para as assembleias? Não diga isso...

Outra frase: "Se os patrões não atenderem os trabalhadores já, com negociações, serão obrigados a atender mais tarde, Deus sabe como". O que você quis dizer? Que se houver bom senso por parte dos patrões, eles terão que reconhecer a participação dos trabalhadores na produtividade, no lucro das empresas. Eles não podem ficar querendo ganhar tudo e os trabalhadores ganhando o mínimo. Porque, se não for assim, a revolta vai crescendo. Um dia, o povo não estará sequer disposto a negociar. Poderá estar disposto a brigas mais sérias.

Você é uma personalidade. Isso o envaidece? Você gosta da fama, convive bem com ela? Ou ela lhe traz aborrecimentos? Não. Eu sinto saudade do tempo em que andava na rua tranqüilo e não era reconhecido. Eu tinha mais paz, sabe? Hoje acabou. Difícilmente eu passo por pessoas que não me reconhecem. Elas vêm falar. Durante a campanha salarial, vinham dizer que me apoiavam. Algumas querem pagar na minha mão, outras querem que eu abrace seus filhos. É claro que isso tira o meu sossego. Como Lula, pai de família, a fama me chateia e atrapalha. Mas ao mesmo tempo, como presidente do sindicato, acho maravilhoso. Isso significa que o sindicalismo evoluiu. Eu nunca imaginei que um dirigente sindical pudesse chegar aonde eu cheguei. Acho que é uma vitória da classe trabalhadora, que hoje é respeitada. Pelo menos algumas áreas do sindicalismo brasileiro são muito respeitadas. Há alguns anos qual era a visão que a sociedade tinha do sindicalismo? Ou o dirigente sindical era considerado subversivo ou corrupto. Hoje mudou. O dirigente sindical é gente, é trabalhador. Eu contribuí para isso. Como dirigente sindical eu me sinto feliz com a fama, porque a classe trabalhadora ganhou com ela. Ninguém mais tem medo de falar em sindicato. Hoje se fala em sindicato tanto em coquetéis da fina-flor da burguesia como em balcão de botequim. E, sem dúvida, uma vitória da classe trabalhadora. ■

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e srs. Senadores, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp divulgaram na última quarta, na sede da AMB, uma “Carta Aberta à Nação”. Nesse relevante documento, as duas associações nacionais reiteram, o que vem sendo dito, que “a República brasileira enfrenta uma de suas piores crises”. Afirma ainda: “as sérias denúncias de corrupção e emprego irregular de dinheiro afetam alguns partidos políticos e parcela do Congresso Nacional e do Executivo de uma forma nunca antes imaginada pela população”. Na leitura do documento fica evidenciada a defesa da democracia e o combate sem trégua a esse grande mal que é a corrupção.

As associações apresentam algumas posições no sentido de coibir a corrupção e se comprometem a, no prazo de 30 dias, tornar públicas “propostas objetivas na esfera eleitoral, para permitir maior efetividade da atuação da Justiça Eleitoral brasileira no próximo pleito” e, em 60 dias, enviar “outras propostas no âmbito cível e criminal, direcionadas ao aprimoramento de mecanismos que permitam o fortalecimento de técnicas investigativas e de combate à corrupção e à improbidade”.

A Associação dos Magistrados Brasileiros bem como a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público manifestaram alguns posicionamentos que faço questão de ressaltar neste instante:

- 1 – os fatos jamais serão tratados sob o prisma ideológico, devendo preponderar o interesse público e a defesa do Estado democrático de direito;
- 2 – as investigações devem ser isentas e criteriosas e, uma vez comprovadas as práticas ilícitas, a punição deve obedecer à legislação e à Constituição, não existindo ninguém acima da lei;
- 3 – a existência de previsão legal e constitucional para a solução da crise afasta qualquer possibilidade de ruptura institucional. Em qualquer hipótese, será resguardado o Estado democrático de direito.
- 4 – o resgate de valores imprescindíveis como a ética na política, o respeito à lei e ao patrimônio público;
- 5 – a inquietação com indícios de ações fraudulentas no processo legislativo;
- 6 – a constatação de prática corriqueira de fraude na prestação de contas eleitoral que se constitui grave afronta ao sistema eleitoral brasileiro.

A Associação dos Magistrados possui 15 mil associados, juizes; e a Conamp, do Ministério Público, reúne 13 mil promotores e procuradores. Esta carta, portanto, tem grande relevância porque revela o sentimento de parcela significativa dos que compõem o Poder Judiciário brasileiro.

Nós do Poder Legislativo que queremos depurar este Poder, recuperar a sua imagem perante a sociedade, só podemos receber esta manifestação pública de juizes e promotores com enorme satisfação. As propostas que serão enviadas deverão se avaliadas com extrema atenção pois constituem manifestação de parcela dos operadores do Direito, daqueles que vão materializar as leis aprovadas pelo Legislativo. Os posicionamentos que a carta revela estão em sintonia com o sentimento popular. E nós, do Congresso, devemos também nos sintonizar com esse sentimento, misto de indignação e perplexidade, sob pena de pagarmos um preço muito alto neste instante da vida nacional. Devemos ter, isso sim, muito cuidado quando se emprega a palavra pagar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade brasileira vem se manifestando por meio das mais diversas associações de classe, como também da manifestação solitária do cidadão que faz questão de se expressar. Não nos enganemos. Muitas vezes manifestações que ocorrem na capital federal, aqui em frente ao Congresso Nacional, por mais coloridas que sejam, por mais exuberantes que sejam, carecem de legitimidade. Mas recebemos diariamente, aqui no Congresso, *e-mails* demonstrando inquietação, cobrando posicionamento diante deste triste cenário no qual estamos vivendo.

Sinto por parte da sociedade uma grande perplexidade. Nós, do Congresso Nacional, temos responsabilidade e prerrogativa para dar respostas concretas a esta crise moral e ética que se alastra nas instituições. Cada vez mais o brasileiro se mostra mais descrente, e nós, políticos, não podemos nos esquecer que vamos enfrentar esta realidade nas eleições do próximo ano.

Vislumbramos, portanto, um semestre longo pela frente. Um tempo de muito trabalho como o que já estamos vivendo. As apurações devem chegar às últimas conseqüências, e sabemos que isso exige muito denodo, muita persistência. Falo com a autoridade de quem detém a responsabilidade de Relator de uma dessas CPIs, a CPI dos Bingos.

Em uma CPI não deve existir Parlamentar de situação ou de oposição. Deve existir, sim, uma apuração, a mais criteriosa, a mais minuciosa, com igual empenho de todos os Parlamentares, independentemente de posição partidária ou ideológica, para que

os fatos sejam devidamente esclarecidos. Ressalte-se que uma Comissão Parlamentar de Inquérito possui basicamente dois objetivos importantes que não se excluem. O primeiro objetivo, que é o que salta aos olhos da sociedade, é o de investigar e punir ou de encaminhar aos órgãos competentes, Ministério Público e Poder Judiciário, o resultado dos trabalhos para as providências necessárias.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero atestar aqui o que V. Ex^a significa hoje na política. O destino nos colocou no Nordeste. Governamos juntos, estamos juntos. Quero registrar que V. Ex^a significa para o Brasil prudência. Li o livro **A Arte da Prudência**, de Baltasar Gracián. V. Ex^a representa o equilíbrio, a serenidade. É dessa voz que o Brasil precisa. Além de traduzir, de fazer suas palavras, a manifestação de 28 mil filiados à Justiça, eu lembraria Rui Barbosa, que disse que só há um caminho, a lei e a Justiça; a única salvação é a lei e a Justiça. E os que estão aí desobedeceram a lei de Deus: não roubarás. E estão desobedecendo as nossas leis constitucionais, que V. Ex^a clama para este momento. E surge, nos momentos de dificuldade, o MDB, que fez renascer a democracia, com um grupo de autênticos. E V. Ex^a é tão significativo, V. Ex^a está lá, incluído, liderando isso, para ser a esperança, que não pode morrer no Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço o seu aparte, que é fruto da sua generosidade, e, como V. Ex^a disse, da fraternidade que nos une, desse sentimento fraterno que nos une, a nós dois que enfrentamos desafios enormes, como aqueles que foram colocados diante de nós dois quando governamos os nossos Estados.

Por outro lado, agora enfrentamos esse desafio de chegar ao Congresso Nacional e de viver dentro deste Congresso a maior crise enfrentada nos últimos anos na história política brasileira, que é a crise que estamos enfrentando neste momento. A crise certamente atinge todos os Poderes, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário. Cada um desses Poderes, dentro das prerrogativas e responsabilidades de cada um, deve apresentar ao cidadão comum que espera receber do Estado brasileiro nada mais do que a Constituição Brasileira celebra, respostas claras e precisas que depurem e consolidem a nossa democracia e combatam de forma vigorosa a Constituição. E já estamos dando respostas a isso. Há pouco, falava aqui o Senador José Jorge da matéria aprovada

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a reforma emergencial, política e eleitoral.

Portanto, nós que fazemos parte do Congresso Nacional, devemos enfrentar a crise atual, como já disse, principal desafio nos últimos tempos, da nossa História. O Poder Legislativo já se defrontou no Brasil com momentos de extrema dificuldade. Chegou a ser fechado durante os anos Vargas e vilipendiado e destituído de importância durante a ditadura militar. Entretanto, Sr. Presidente, naqueles momentos históricos, o Poder Legislativo era apenas vítima de um processo autoritário, mas detinha, na opinião pública, o conceito suficiente para se reerguer, quando da retomada da normalidade demográfica. E foi o que ocorreu nos momentos posteriores àqueles dois períodos autoritários.

Portanto, não nos intimida, Senador Mão Santa, a crise que aí está. Ela é grave. Vivemos o nosso pior momento como instituição, no entanto, com a apuração rigorosa dos fatos e respostas consistentes que depurem as nossas instituições e o nosso sistema eleitoral, iremos mudar o rumo do barco que conduzimos em direção aos anseios populares. Relembrando o Dr. Ulysses Guimarães, que muito nos faz falta neste momento, eu cito de novo Fernando Pessoa: “Navegar é preciso”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim por até quinze minutos. A seguir, Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Alvaro Dias, Senadora Iris Araújo, eu vim à tribuna para comentar a sanção, publicada hoje no **Diário Oficial**, da medida provisória, agora transformada em lei naturalmente, que fixou o salário mínimo em R\$300,00.

Sr. Presidente Tião Viana, sinceramente não entendi por que na Câmara não houve a votação nominal como ocorreu aqui no Senado, onde cada um votou de acordo com a sua consciência a favor ou contra a emenda que, naquela oportunidade, elevou o salário mínimo para R\$384,00. Isso dá a mim, que olho de longe, a impressão de que não era para valer porque se fosse para valer o salário mínimo de R\$384,00, não tinha como não haver votação nominal também na Câmara. Isso me dá a impressão, e recebi muitos e-mails nesse sentido, de que o valor de R\$384,00 foi

apresentado na linha de que “olha, vamos pagar para ver se vai ser aprovado aqui ou não”.

Não estou, em nenhum momento, desmerecendo a iniciativa do encaminhamento da emenda, porque suscitou um bom debate. Houve quem votou a favor, quem se absteve e mesmo quem votou contra. Respeito a todos, mas eu acho que devia ter havido a votação nominal, como aconteceu aqui no Senado. A emenda seria apresentada, haveria a votação e cada um votaria de acordo com a sua consciência. O projeto foi para a Câmara, que, em votação simbólica, simplesmente mudou o resultado havido no Senado.

Eu recebi um *e-mail*, Senadora, que diz o seguinte: “Senador Paim, não sei se é sorte ou azar. Quando o senhor estava na Câmara o reajuste maior do salário mínimo lá passava e caía no Senado. Eu vim (V. Ex^a foi?) para o Senado, aqui, passa o valor maior e cai na Câmara”. Eu recebi isso como certo elogio. No mínimo, eu dou sorte na Casa em que eu estou na perspectiva de que o salário mínimo seja maior.

Senador Mão Santa, conheço bem a sua posição e também a da Senadora quanto a esse tema, que é uma proposição positiva, afirmativa, como foi sempre o entendimento da Senadora Heloísa Helena, aqui presente. Nós trabalhamos, efetivamente, para que este País tenha um salário decente, que atenda aos milhões e milhões de brasileiros e, também, aos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, eu decidi – estou no terceiro ano do meu mandato de Senador da República – que não votarei a favor de proposta nenhuma que não contemple também os aposentados e pensionistas. Há uma situação de desespero para os idosos, para os aposentados e pensionistas. Veja, mesmo nos R\$300,00, os aposentados e pensionistas vão receber somente 6,5% de reajuste, e o salário mínimo recebe 15,7%. Não tem lógica. São aqueles que mais precisam, que lutaram durante muitos anos de suas vidas para este País ser o que é, e, no momento do reajuste, são sempre colocados quase como peças descartáveis.

Eu, que sou autor do Estatuto do Idoso, fico a me perguntar: o Estatuto do Idoso é importante, mas por que é que fica ainda essa discriminação na hora do reajuste pequeno, como tem sido o do salário mínimo, excluindo aqueles aposentados que pagaram sobre dois, três, quatro, cinco, seis ou sete salários mínimos, e não recebem o mesmo reajuste?

De fato é uma situação constrangedora, delicada. Os dados mostram que a inflação para o idoso é maior do que para outra parcela da população, que a inflação é mais contagiante, mais alarmante nos remédios, nos planos de saúde. Segundo o Ipea e o IBGE, a situação acaba pesando mais para o idoso. E é ele

que recebe o menor reajuste, se compararmos aos outros trabalhadores.

Então, quero então deixar muito claro: não votarei em nenhuma proposta que não contemple também os aposentados e pensionistas.

E digo mais, Senadores: acho lamentável que esta Casa, o Congresso Nacional, não queira instalar a comissão mista de Deputados e Senadores. Isso, aprovamos no ano passado ainda. O Senado indicou, todos os partidos indicaram seus representantes A Câmara não indica, e depois fica esta folia: é R\$310,00, é R\$330,00, é R\$384,00? E, no fim, vira R\$300,00. Parece-me que não há vontade para se fazer uma discussão aprofundada, séria, sobre uma política de reajuste do salário mínimo e que contemple também os milhões de aposentados e pensionistas.

Parece-me que, quando eu era Deputado – é lamentável, Senadora Helena, dizer isto –, mais facilmente eu era indicado até como Relator de salário mínimo. Atualmente, não fui indicado nenhuma vez. Pedi, tentei, mas não me deram. No passado, eu fui indicado diversas vezes e construímos lá, mediante entendimento, propostas de reajuste do salário mínimo que contemplavam também os aposentados. Agora não consigo. Não tem jeito. Parece-me que, ao longo desses últimos anos, tem havido uma dificuldade enorme. Não que eu queria que seja aprovada a minha proposta ou a sua proposta, ou a proposta do Senador Mão Santa, ou a do Senador Garibaldi ou a da Senadora Iris de Araújo. Mas vamos construir, o que estou pedindo é isso. Vamos reunir todas as propostas, ver qual é a mais realista, a mais viável e que, é claro, mais contemple a nossa visão do social, os idosos e aqueles milhões e milhões que dependem do salário mínimo.

É o meu apelo de novo, Senador Mão Santa, porque o Orçamento vai ser votado no fim do ano. O que vai acontecer? De novo, se não tiver contemplado um percentual decente na peça orçamentária, quando chegar janeiro ou fevereiro ou maio do ano que vem, nós vamos de novo brigar: qual o reajuste? É R\$380,00? É R\$390,00? É R\$400,00? E alguém vai alegar: “Ah! Por que vocês não colocaram na peça orçamentária o correspondente ao percentual que poderá ser dado, principalmente para os aposentados e pensionistas?” Porque não há lastro para dar o reajuste.

Eu espero, então, que instalemos ainda este ano a comissão e se faça, Senador Garibaldi. Porque o princípio que V. Ex^a trouxe para o debate – sabe V. Ex^a que concordo, assinei com certeza avalizando – é o princípio do PIB, claro. E eu, um pouco mais ousado, coloquei o dobro do PIB, mas V. Ex^a concorda que poderá haver a vinculação ao PIB. Podemos discutir se é o dobro ou não é, se é mais ou é menos o que

estou propondo, mas temos que ter uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Senador Mão Santa, dou aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, eu nunca vi um nome tão assim bem destinado: pai, pai, Paim. V. Ex^a vai ter que continuar sendo pai não só do salário do trabalhador, mas do aposentado. Quero advertir aqui o Presidente Lula: o número de suicídios de aposentados e idosos está aumentando. Eu ainda não tenho o estudo, mas nós somos observadores do povo, dos nosso Estados e das nossas cidades. E Juscelino Kubitschek, que era aquele otimismo, dizia que é melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errando e continua. Juscelino tem uma reflexão que hoje podemos fazer nossa. Ele disse que a velhice é entristecedora – nós estávamos conversando –, mas desamparada é uma desgraça. Então, estamos desamparando os nossos idosos. E eu quero chamar a atenção para uma pesquisa: o número de suicídios entre eles está aumentando, porque sem condições físicas, sem saúde, na velhice estão desamparados. Então, é essa a sua defesa. Eu quero me apresentar aqui como o Cirineu que ajudou Cristo a carregar a cruz e ajudar V. Ex^a nessa caminhada em defesa dos aposentados e dos idosos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex^a e quero também dar o testemunho de que a sua posição tem sido muito firme, sempre em defesa dos idosos, dos aposentados e, naturalmente, de um salário mínimo mais decente.

Venho à tribuna no dia de hoje mais para fazer uma reflexão e evitar que, no ano que vem, estejamos no mesmo impasse do ano anterior. Só que lá foi R\$260,00 ou R\$270,00. Acabou ficando R\$260,00. Este ano era R\$310,00, R\$333,00, que era um projeto de minha autoria, os R\$300,00 como base e em cima dele o dobro do PIB, que daria onze (5,5 vezes dois); onze sobre R\$300,00 daria R\$333,00. Tinha toda uma lógica, toda uma construção que havíamos feito, mas, infelizmente, essa matéria não foi votada e prevaleceu a outra emenda, de R\$384,00, que foi derrotada na Câmara por uma votação simbólica. Mas, mesmo o valor de R\$384,00, Senadora, não incluía os aposentados. Para o aposentado, dava 6,5. Para o salário mínimo, R\$384,00, dava o reajuste em torno de 50%.

Por isso, reafirmo da tribuna que temos que mudar essa lógica, com certeza absoluta. Havia um tempo em que eu falava em dez anos. Agora já falo em cinco anos. Em cinco ou seis anos, não vai ter um aposentado neste País que vai ganhar mais de um salário mínimo, pela lógica irreal de não manter o valor real de compra do benefício do aposentado e do pensionista, de acordo com a época em que ele se aposentou.

Eu insisto com esse tema. Espero muito – mas, muito mesmo – que o Governo reveja essa posição, que converse com os Senadores e com os Deputados que tratam do tema.

Instalou-se, agora, pelo que soube, uma comissão no Executivo, com agentes da sociedade, para dialogar sobre esse tema. Espero que conversem conosco aqui no Congresso Nacional. Porque a votação final não é lá, é aqui. É aqui que se decide qual o valor do benefício dos aposentados e também do salário mínimo. Então, a responsabilidade é do Congresso Nacional e é também do Executivo.

Eu, mais uma vez, quero fazer um apelo aos representantes do Executivo – Ministério do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho, da Previdência: vamos sentar com os Parlamentares. Vamos evitar o conflito que se estabeleceu nos últimos anos. Eu digo que os últimos três anos todos foram de conflito, não teve um ano que não deu conflito sobre o salário mínimo. E me parece que algumas pessoas não aprendem. Não aprendem! Sabem que o problema vai acontecer.

O ano que vem, Senadora, é um ano eleitoral. Está visto que em maio do ano que vem, em abril, vai de novo se estabelecer aqui um conflito direto de Situação e Oposição. E há aqueles que nesse debate não estão preocupados – e é o meu caso – nem com Situação nem com Oposição. Eu entendo que a maioria dos Senadores está com essa posição. A ampla maioria dos Senadores, eu diria quase 99,9, porque alguns pensam diferente e é legítimo também, estão preocupados que a construção da política de reajuste seja efetiva e permanente. Por isso, Senador Garibaldi, eu faço questão de conceder-lhe o aparte porque sei que V. Ex^a também é um estudioso desse tema e tem conversado muito conosco aqui e com as entidades sobre a possibilidade real de construirmos uma política permanente de reajuste dos vencimentos dos trabalhadores e dos aposentados.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, muito se tem cobrado do Presidente Lula a promessa feita de aumento do salário mínimo. Mas entendo que essa cobrança que V. Ex^a faz de que o salário mínimo deva ter uma política é muito mais legítima. Essa, sim, deveria levar-nos a uma cobrança maior do Presidente da República e do próprio Governo Federal. Ainda bem que V. Ex^a não está clamando no deserto, porque hoje eu sei que há uma preocupação com relação ao estabelecimento dessa política. Eu mesmo tive aquela iniciativa com relação à LDO que foi repetida este ano, mas que eu considero não ser suficiente ainda. O suficiente seria realmente se ter uma política mais consistente que pudesse nos levar a critérios que tranquilizassem a todos aqueles que de-

sejam que o salário mínimo tenha realmente um valor para o trabalhador brasileiro. Então, cumprimento V. Ex^a, sobretudo pela persistência e obstinação. Digo a V. Ex^a que não há ninguém mais obstinado do que o Senador Paulo Paim, principalmente quando defende essa causa de um salário mínimo melhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Concordo com V. Ex^a sobre essa minha insistência. Algumas pessoas dizem que quando terminar este debate e que tivermos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, em todo dia 1º de maio, eu perderei o discurso.

E eu estou louco para perder o discurso. Estou louco para dizer: – Olha daqui para frente, nos próximos dez anos, nós vamos ter reajustes reais, como eu defendo, por exemplo – e pode haver outra proposta até melhor – de o dobro do PIB. Acabou, não existe mais discussão sobre salário mínimo.

(Interrupção do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Busca-se a inflação dos últimos 12 meses e aplica-se o resultado do dobro do PIB. Pronto, isso até que o salário mínimo deste País chegue a um patamar decente.

É como em relação à política de quotas; muitos me dizem que eu insisto nisso.

Sonho com o dia em que eu não precisarei mais falar em política de quotas para ninguém, porque daí a sociedade já terá incorporado e acabado com a discriminação e a política de quotas terá sido anulada. Tanto que eu digo que a política de quotas é o meio; não o fim. E até aceito em colocar a política de quotas por cinco anos, por dez anos até que se resolva a questão da discriminação. Mas enquanto isso não acontecer, claro que eu vou continuar insistindo com a política de inclusão, e a política de inclusão para mim passa, como foi em diversos países, pela aplicação da política de quotas.

E pretendo aprofundar-me neste assunto na segunda-feira. Já vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que falarei aqui da tribuna, na segunda-feira, da Marcha Zumbi Mais 10...

(interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora eu concluo, não quero passar um segundo do tempo previsto. Falarei da Marcha Zumbi Mais 10 na segunda-feira. E falarei da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que eu espero que o Congresso aprove este ano. Seria fundamental que, no dia 20 de novembro próximo, nos 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares....

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E de Dan-

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E de Dandara. A Senadora Heloísa Helena falava hoje comigo de forma muito positiva e lembrava da importância de termos um artigo ali que fale, por exemplo, da luta das mulheres negras e de todas as mulheres – mas já que é o Estatuto da Igualdade Racial que contemple mulheres negras – e sei que o Senador Rodolpho Tourinho está com essa preocupação e vai receber da Senadora uma contribuição nesse sentido. E entendendo que, domingo, numa reunião que faremos, aqui, no Senado, nós vamos conversar com Lideranças da Comunidade Negra para unificar a Marcha Zumbi Mais 10 no mês de novembro.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Nobre Senadora Heloísa Helena, ouço o aparte de V. Ex^a para encerrar o meu pronunciamento.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Nobre Senador Paulo Paim, eu não ia fazer nenhuma consideração, até para que V. Ex^a pudesse fazer a devida explanação. Mas devo dizer que uma das mais belas coisas das nossas vidas é nos reencontrarmos permanentemente com a nossa própria história. Revisitar a nossa própria história e os passos que foram dados é algo maravilhoso. Por isso é que sempre faço questão de apartear-lo e saudá-lo com entusiasmo. Suas lutas aqui, algumas vezes, são inglórias, como são muitas das minhas também, mas nada melhor do que ter a consciência tranquila, saber que passamos por este mundo, circulamos nestes tapetes azuis sem vendermos a nossa alma e as nossas convicções, defendendo aquilo em que acredita. Sei o quanto V. Ex^a fala com entusiasmo. E não se trata de um discurso populista, demagógico. V. Ex^a trata destes temas – dos aposentados, do salário mínimo, da igualdade racial – reencontrando-se com a própria história, fazendo disso um tributo a todas essas gerações que possibilitaram que todos estivéssemos aqui também. Então, parabênizo V. Ex^a. Conversei com o Senador Rodolpho Tourinho, que está supersensível e feliz por ser o Relator de um projeto tão importante como esse de V. Ex^a. Estou à disposição naquilo que puder contribuir, articulando – como bem diz V. Ex^a – com os movimentos sociais, com os movimentos que estão tratando desse tema, para que não seja uma proposta descolada da realidade objetiva de quem está militando nesse movimento social. Eu não poderia deixar de saudá-lo. E fiz um aparte indireto, sem estar no microfone, apenas para dizer que, quando falar de Zumbi, tem que falar de Dandara, de Acotirene – V. Ex^a fala, mas hoje se esqueceu. Então, saúdo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pelo seu entusiasmo em relação a uma questão tão mara-

vilhosa. Digo sempre que uma sociedade não pode se considerar uma civilizada se as pessoas são tratadas de forma diferente em função da cor de sua pele. Que coisa mais medíocre para uma sociedade! Que coisa mais pouco civilizada: a cor da pele da pessoa sinalizar como ela será tratada. Então, o coração, a alma, a experiência, nada disso importa para a sociedade. Essa hierarquia perversa entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, é algo desprezível. E, como já disse, eu não poderia deixar de saudá-lo pelo seu pronunciamento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como havia prometido, termino, agradecendo à Senadora Heloisa Helena, que mais uma vez contribuiu para o meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias por até 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sexta-feira é o dia adequado para o balanço nesta fase de investigação, que tem por objetivo promover no mundo político brasileiro uma assepsia geral.

Nesta sexta-feira, um fato novo surpreende: as denúncias do Sr. Buratti ao Ministério Público, no Estado de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, denúncias que atingem de forma frontal o Ministro Palocci. E o depoimento do Sr. Buratti se deu através de negociação com vistas ao benefício da delação premiada. Todos nós sabemos que a lei impõe resultados para que uma contribuição positiva possa ensejar a concessão dos benefícios. É evidente que, se a exigência é resultado, só pode ser reconhecida como válida para adoção dos procedimentos que atenuam eventuais penas.

Dessa forma, o Sr. Buratti deve ter provas ao denunciar o Ministro Palocci de receber R\$50 mil por mês, quando Prefeito de Ribeirão Preto, da empresa Leão e Leão, como propina capaz de assegurar a manutenção do contrato. Esses recursos seriam, segundo Buratti, repassados ao tesoureiro nacional do PT, Sr. Delúbio Soares.

Se existem provas – e certamente o Sr. Buratti não faria um depoimento sem provas para obter os benefícios da legislação em face da delação premiada –, obviamente fica insustentável a situação do Ministro Palocci no Governo. Deixa o Governo prostrado, na

condição de pato baleado, cambaleante, conforme a expressão inglesa **lame duck**. Creio que essa expressão desenha bem a situação atual do Governo brasileiro e, especialmente, a do Presidente Lula.

O que se configura é da maior gravidade. Esse modelo de corrupção não é novo. Houve um aprendizado anterior: Ribeirão Preto, Santo André. Os promotores públicos de São Paulo já denunciaram que o modelo de Santo André foi transportado para Brasília. Imagino, Senadora Heloisa Helena, que houve aqui, na Capital, o aprimoramento desse modelo de corrupção, a sua modernização para a implantação dessa rede sistêmica e organizada de corrupção no Governo Federal. Sem dúvida, estamos diante do maior escândalo de corrupção da história do nosso País.

E eu vejo, Senador Mão Santa, alguns teimarem em isentar aqueles que, a meu ver, são os principais responsáveis; especialmente há uma preocupação em isentar o Presidente da República. Creio que não temos mais esse direito. É claro que se admite alguém declarar: “Não concordo com o *impeachment* do Presidente Lula, porque o *impeachment* é traumático, porque não temos uma solução adequada na linha de sucessão”. Mas afirmar que não temos razões, que o Presidente não sabia de nada, não participou de nada?! Ora, isso agride a inteligência, subestima a capacidade de interpretar fatos políticos da população brasileira!

Não há como isentar o Presidente da República de responsabilidades, como neste momento o Ministro Palocci é chamado também à responsabilidade e tem o dever de se apresentar diante da sociedade para esclarecer os fatos a ele imputados, que são da maior gravidade. Não podemos, a pretexto de blindar a economia, poupar quem quer que seja em nome do futuro deste País.

Ora, o que contamina a economia não é a investigação da corrupção, não é o combate implacável a ele, não é o ato de colocar à luz a corrupção para que possa ser denunciada, combatida e condenada. O que contamina a economia é a corrupção, e não o seu combate e a sua investigação. A corrupção, sim, é responsável pelos males econômicos e sociais que atormentam o nosso País há tanto tempo, não a única, mas certamente a principal responsável.

Srª Presidente, Srs. Senadores, já há claramente um desenho desse modelo de corrupção. Tenho a convicção arraigada, sincera, nestes dias de investigação, de depoimentos e análises de documentos, de que o dinheiro público foi utilizado fartamente no abastecimento desse esquema que tinha por objetivo a arquitetura de um projeto de poder de longo prazo, onde o Presidente Lula seria o principal beneficiado.

Não tenho dúvida, Senador Mão Santa – concederei em seguida o aparte a V. Ex^a –, que os recursos públicos foram subtraídos, sim, dos impostos pagos com tanto sacrifício pelo povo deste País, razão direta da pesadíssima carga tributária adotada no Brasil, uma das maiores do mundo.

Esses recursos foram subtraídos por meio de contratos superfaturados, de aditivos concedidos por interesse político, muitos dos quais excedendo as limitações impostas pela legislação vigente no País. Ainda hoje pela manhã, na TV Bandeirantes, o Sr. Maurício Marinho afirmava que tomou conhecimento de um aditivo no contrato do Sr. Marcos Valério com os Correios da ordem de R\$20 milhões de R\$70 milhões para R\$90 milhões, por indicação política, sendo que R\$10 milhões destinados a eventos não identificados.

De que natureza seriam esses eventos? Seriam os eventos que estamos revelando na CPI dos Correios, às portas do Banco Rural, com assessores de Parlamentares sacando na boca do caixa recursos supostamente destinados ao pagamento da conta do mensalão? Seriam esses os eventos? Contratos superfaturados, licitações fraudadas, privilégios concedidos a determinada instituição financeira, especialmente o Banco Rural, para empréstimos supostamente concedidos a meu ver, apenas operações contábeis, portanto, empréstimos fictícios, utópicos, para justificar o repasse do dinheiro público oriundo desses contratos superfaturados em todas as áreas do Governo? Ou seriam empréstimos garantidos por depósitos de somas extremamente significativas de fundos de pensão, contas do INSS, enfim, contas públicas, de valores vultosos, que justificariam os empréstimos, realizados ou não, conferindo o *funding* necessário para a concessão de empréstimos, já que o Banco Rural, por exemplo, não teria o *funding* necessário para a concessão de empréstimos tão vultosos? Recursos públicos repassados através de operações bancárias espúrias, desonestas, decorrentes de uma associação promíscua de agências de publicidade, empresas do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural e agentes da política instalados no Governo e fora dele e nos partidos políticos portanto, uma associação promíscua do Governo, de alguns partidos, alguns políticos e alguns empresários. Operações internas, ou seja, no âmbito do País, e operações internacionais, tendo em vista o repasse de recursos que tinham origem nas empresas do Sr. Marcos Valério, através do Banco Rural, utilizando-se de empresas fantasmas, como a Garanhus, em São Paulo, que tem matriz em Montevidéu, a Export Trading. É claro, evasão de divisas, crime, por intermédio da Beacon Hill ou MTB Bank, com destino de contas em agências bancárias em vários paraísos fiscais. Um

caminho ou um descaminho para o dinheiro público. Um descaminho para a subtração de recursos públicos que são sonegados à saúde, à educação, à geração de empregos, ao desenvolvimento econômico do nosso País. Este é o modelo de corrupção implantado, que teve origem em alguns municípios paulistas, como já se configura em Ribeirão Preto e em Santo André, e que, naturalmente, com o aperfeiçoamento alcançado em Brasília, instalou-se no Governo da República, para escândalo nacional e indignação de todo o povo brasileiro, exigindo responsabilidade pública na apuração dos fatos e, sobretudo, na condenação dos envolvidos.

Concedo ao Senador Mão Santa, com prazer, o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estou atentamente ouvindo o seu contundente pronunciamento. É por essa razão que V. Ex^a ganha todas as pesquisas para Governador e Senador no Estado do Paraná. Eu não sei por que o seu Partido não pensa em seu nome; fica naquela antiga política café com leite e não busca um homem do Paraná como candidato a Presidente. Mas V. Ex^a, que é muito mais culto que eu, muito mais preparado, já deve ter lido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bondade de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...todas as obras de Shakespeare. Eu buscaria aquela que tem até um nome muito oportuno, Senadora Heloísa Helena: Rei Lear. Rei Lear, rei Lula, é assim mesmo. Hamlet diz o seguinte: “Há algo de podre no Reino da Dinamarca.” Vai mais adiante, Senador Paulo Paim, diz que “é melhor ser um mendigo em Nápoles do que rei na Dinamarca”. Eu fico a pensar como faria Shakespeare se fosse descrever o reino de Lula. Mas já que Lula não gosta mesmo de ler, eu lembraria apenas quando o mesmo Shakespeare escreve Júlio César, Senadora Heloísa Helena. É muito oportuno: o povo. O Lula pensou que aquele povo da Esplanada era dele; pensou que ele era dono do povo. Júlio César, no Senado, diz “Até tu, Brutus!” e morre. Brutus é ovacionado porque disse que ia acabar com o imposto. Vem Marco Antonio, faz as exéquias, e de repente o povo que estava com Brutus volta-se contra ele, que sai pelo fundo. Assim é a história. Então, a história se repete. Ô, Lula, ainda há tempo! Não saia pelo fundo, expulso pelo povo brasileiro. Tenha esses instantes de oportunidade e busque a verdade que nos levou a elegê-lo Presidente da República.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, aprendo muito com V. Ex^a, com a sua simplicidade. Aliás, sabedoria não é sofisticação; a sabedoria está realmente na simplicidade. E as lições

da história que V. Ex^a busca sempre para nos orientar se constituem num aprendizado de cada dia aqui no Congresso Nacional. Agradeço a generosidade de sempre de V. Ex^a.

Para finalizar este pronunciamento modesto, Sr. Presidente, afirmo que evidentemente tenho que respeitar a convicção pessoal de cada um, mas não posso deixar de, com absoluta sinceridade, expor o que penso: o Presidente da República hoje não tem autoridade moral para conduzir os destinos do País, ele está contaminado pelo escândalo de corrupção de forma definitiva. Isso não nos leva a propor irresponsavelmente o *impeachment*, porque não nos cabe. Cabe-nos julgar a conveniência do *impeachment* se ele for requerido pela sociedade brasileira, por meio de suas representações adequadas. *Impeachment* – é bom insistir sempre – é exigência nacional. Esta é a condição indispensável. *Impeachment* só se admite quando há clamor popular irrecusável. Portanto, nós não estamos propondo *impeachment* porque não nos cabe propor. Cabe, sim, à população brasileira. Isso não nos tira o dever de enunciar a nossa opinião sobre a presença do Presidente da República neste episódio. Desde o primeiro momento tenho insistido: é ele sim o maior responsável. Ele foi eleito para saber e diz não saber. Ele não foi eleito para ignorar e diz ignorar. Ele foi eleito para escolher, organizar, comandar, decidir, tomar providências. Não impôs autoridade. Foi conivente, omissivo, relapso. Demonstrou despreparo e não pode agora ser isentado de responsabilidade quando estamos exatamente buscando os principais responsáveis...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...por tudo o que ocorreu no País nos últimos dois anos e meio.

Sr. Presidente, é lamentável ter que afirmar, com tanta contundência, essa convicção pessoal que se arraigou nos últimos dias em decorrência das investigações que estamos procedendo como integrante da CPMI dos Correios.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por até 15 minutos, e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena, última oradora a fazer uso da palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador

Alvaro Dias, foi contundente o pronunciamento de V. Ex^a. Eu só queria dizer que entendo a confissão como a rainha de todas as provas. Se Buratti está confessando a parceria de ministros do Governo Lula com esta corrupção em busca da delação premiada, a gravidade aumenta. Entendo, Senador Paulo Paim, que administrar é fácil. Deus me permitiu ser prefeito da minha cidade, Senadora Heloísa Helena, e quando saí da prefeitura fui para o meu consultório de médico e para a sala de cirurgia, templo de trabalho, onde essas mãos, guiadas por Deus, tentavam salvar um aqui e outro acolá, trocando o instrumento bisturi pelo instrumento caneta para poder fazer mais bem à gente do Piauí. Apreendi que é fácil, basta buscar ser justo. Senador Paim, é isto: ser justo. A justiça é o pão que mais a humanidade quer.

Cristo, quando andou no mundo, Senadora Heloísa Helena, nas montanhas, não havia televisão, rádio, som, mas bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É isto que se está precisando no Brasil: justiça! Ainda mais aqui, que a Justiça defende o seu salário, que era de R\$18 mil e tanto, passou para R\$21 mil, para R\$24 mil e chegou a R\$27 mil, que já estão garantidos.

E o pobre do salário mínimo? No mundo organizado, civilizado, a diferença é dez vezes entre o menor e o maior. Senadora Heloísa Helena, um homem da Justiça não nasceu com cem estômagos e o trabalhador com um; não foi assim. É dez vezes a diferença. Ouvi o Suplicy dizer que, na Alemanha, a diferença era de sete vezes entre o maior e o menor; aqui são quase cem vezes. O Presidente sancionou o aumento.

Mas venho falar de outro assunto. Primeiro, aprendi, Senadora Heloísa Helena, que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Apreendi no colo de minha mãe, terceira franciscana. Quero agradecer a audiência que tivemos com a Ministra Marina Silva, que até se parece com a Senadora Heloísa Helena. Eu disse: “Ministra, vim aqui pedir. Jamais vou falar mal da senhora na tribuna, porque a Heloísa Helena não deixa. Entrei de leve outro dia, e ela veio de forma pesada, mas estava com a verdade e a razão. Quero dizer que saio desta audiência, Ministra, e quem vai defendê-la não é mais a Senadora Heloísa Helena, não; sou eu”.

Fui para isto: denunciar. Mas o Governo é grande, é complicado. Senadora Heloísa Helena, Sófocles disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a maior delas é o ser humano”, ou seja, homem e mulher, quando se unem por amor para perpetuar a espécie. Essa é a mais importante. Sei que há rios, aves, mangue, flora, vegetação, mas temos que entender a filosofia.

Solicitamos, então, uma audiência. O Senador Sibá Machado foi muito prestativo, como sempre, e fomos juntos o Senador Alberto Silva, o Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador Reginaldo Duarte, o Senador João Batista Motta e eu, para defender uma riqueza que apareceu. As coisas não aparecem assim.

Há mais de 20 anos, palidamente, começou a prosperar uma das riquezas: cultivo de camarão. Camarão é ouro. V. Ex^a pode chegar em qualquer restaurante, Senadora Heloísa Helena – deixo para comer lá no meu Piauí, pois ganho de presente –, que camarão é sempre o prato mais caro, lagosta e camarão.

Quando eu governava o Piauí, comecei a estudar as riquezas e esse litoral, e os meus estudos mostraram que o maior produtor de camarão do mundo é o Equador, cuja capital é Quito. Mas não é Quito o maior produtor, é uma cidade no litoral, Manta – Quito não é litoral –, próxima a Guayaquil. Manta é a maior produtora de camarão criado pelo homem. Trata-se da carcinicultura, não do camarão pescado, mas criado.

De repente, Senadora Heloísa Helena, houve uma peste, uma epidemia, e o camarão ficou amarelo, anêmico. Assim como a “vaca louca” na Inglaterra, houve uma patologia nos camarões, e houve queda na produção. Eu governava o Piauí, e aquilo me chamou a atenção. Fui a Manta e trouxe muitos biólogos e muitos técnicos, porque houve uma queda na produção e na procura. Levei-os para o Delta, para o Piauí. Outros Governadores do Nordeste, como o Sr. Garibaldi Alves Filho e Tasso Jereissati, incentivaram-me. Se consultarmos a Geografia, veremos que as condições do litoral do Equador, de Manta, são as mesmas do Nordeste. É como se estivéssemos no Nordeste – o sol, a salinidade, a luz, o vento.

Foi uma maravilha, Senador Paulo Paim. Temos um litoral bem pequeno, 66 quilômetros – o menor do Brasil –, mas é como perfume francês: é pequeno, mas muito importante. Há também o Delta. De chofre, a carcinicultura passou a ser uma riqueza igual para o Piauí à cera de carnaúba, secular, que apresentava a maior exportação. No meu governo, Senador Garibaldi, chegamos a produzir no Piauí mais de 1.200 toneladas. Isso, em dinheiro, em exportação, porque ele é ouro, foi equiparado à riqueza da carnaúba. Mas caiu, caiu para 500 e pouco. Trata-se de falta de sensibilidade política de muitos técnicos do Ibama, que dificultam para os empresários.

A tecnologia fez, Senador Alvaro Dias, com que os técnicos, lá do Equador, debelassem a epidemia, a patologia. E aqueles técnicos que trouxemos para

o Nordeste começaram a voltar, e o Equador voltou à riqueza. O Piauí, que teve 19,6% da carcinicultura do Brasil, baixou para 2,4%. De 1.200 e tantas toneladas, baixamos para 500 toneladas, porque técnicos não sabem que a sensibilidade política tem que andar junto com a responsabilidade administrativa. Eles desprezam o mais importante da natureza, o ser humano, que se emprega e se enriquece.

Fomos buscar e acreditamos que a Ministra, que tem sensibilidade – é uma mulher religiosa, de fé –, possa atender ao Nordeste, ao Piauí. Apesar de o Estado do Rio Grande do Norte ter muitas riquezas – o petróleo, a bacia leiteira, o gado, o sal –, o camarão é hoje uma importante riqueza do Nordeste. É isto que queremos da Ministra: que ela chame para si, acompanhe e encontre um meio termo para que haja e continue a produção e a riqueza da carcinicultura. Fomos acompanhados pelo Senador Alberto Silva, que nos ajudava com a sua inteligência privilegiada e a sua experiência; pelo Garibaldi Alves, cujo Estado se expandiu muito, de tal maneira que o Presidente da carcinicultura brasileira é do seu Estado, Itamar. Associados aos interesses do Ceará, do Espírito Santo e do Piauí, queremos encontrar apoio para aqueles empresários que se dedicaram e que investiram na carcinicultura.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves, que, desde o início, transformou a carcinicultura do Nordeste e do Rio Grande do Norte numa riqueza palpável.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, acredito que aquela audiência poderá determinar um novo rumo para a carcinicultura, já que a Ministra Marina Silva revelou sensibilidade para com o nosso pleito. Acreditamos que a atividade da carcinicultura não se constitua um problema para o desenvolvimento sustentável. Creio que a carcinicultura pode perfeitamente prosperar sem trazer para o meio ambiente os problemas que, muitas vezes, os ambientalistas lhe atribuem. Percebi, durante a audiência, como V. Ex^a mostrou-se obstinado no sentido de defender essa oportunidade para a economia do Piauí. Hoje, o Rio Grande do Norte é o maior produtor e exportador de camarão do País, e isso se deu graças a uma atividade exercida por pequenos criadores. Noventa e cinco por cento dos produtores de camarão no Rio Grande do Norte são pequenos criadores, e são eles que estão fazendo com que o camarão represente algo de muito significativo para as nossas exportações. Por isso, assim como V. Ex^a, pedi a sensibilidade da Ministra. Sei que no Piauí – cada caso é um caso, as características são diferentes – existem cinco grandes empresas que se

constituem no sustentáculo da atividade do camarão. Nós precisamos tanto das grandes empresas como dos pequenos criadores. Agora, com a má vontade que às vezes existe por parte do Ibama e por parte de determinados técnicos do Governo, nós estamos encontrando grandes dificuldades. Mas nós vamos superar isso, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a participação e ressaltamos a luta do Senador Garibaldi Alves Filho, que fez do Rio Grande do Norte um dos Estados com melhor qualidade de vida hoje no Brasil.

Mas o Piauí não pode, jamais – terra querida, filha do sol do Equador –, deixar diminuir de 1260 toneladas para 500; de 19,6%, que fomos na carcinicultura, para menos de 3%. O destino do Piauí é avançar através do trabalho. Esperamos, estamos confiantes – Marina Silva realmente parece irmã da Heloísa Helena, são duas grandes mulheres. Apenas como mais sofrido e velho, Senador Paulo Paim, acho que o PT precisa entender que são necessárias duas pernas na caminhada deste Brasil: sensibilidade política e responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não só sensibilidade política: é preciso ter responsabilidade administrativa. Foi isso que fez o PT capenga.

Creemos que a Ministra, que é uma mulher de fé, uma mulher evangélica, vai saber resolver o problema e propiciar ao Piauí aquilo que está na lei de Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. O povo do Piauí só quer ter o direito de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, ficou exatamente no tempo.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que falará como Líder, e apelo a S. Ex^a para que seja breve e nos permita terminar a sessão às treze horas e trinta minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Preciso de um minuto apenas, Sr. Presidente, para dizer que encaminho à Mesa discurso homenageando os maçons, até porque os meus dois avós, paterno e materno, eram maçons – cheguei de Recife atrasado e não pude participar da homenagem à Maçonaria.

Em segundo lugar, gostaria de me associar à homenagem feita pelo Senador Teotônio Vilela, muito sentida, ao seu falecido irmão, José Aprígio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Líder Arthur Virgílio, já foi dado o devido encaminhamento ao seu pronunciamento junto à Mesa.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

Hoje vamos conseguir encerrar a sessão no horário previsto, ou seja, às treze horas e trinta minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente há uma nova denúncia, agora envolvendo diretamente o Ministro da Fazenda.

A esquerda sempre fez formulações distintas sobre a ética da guerra, a ética da paz, a ética do capital, a ética do trabalho e, portanto, sempre tratou essa questão da ética no espaço público – refiro-me a alguns setores da esquerda – como se fosse um moralismo pequeno burguês, um moralismo farisaico, defendendo que a ética não deveria ser uma bandeira especial para tratar o espaço público. Isso sempre foi muito discutido entre nós, especialmente entre nós da esquerda.

Digo sempre que tive uma sorte muito grande na vida por ter tido a oportunidade, em minhas primeiras leituras, de ler grandes obras. Ainda criança, no interior de Alagoas, no sertão, em Palmeira dos Índios, as primeiras coisas que li foram o Livro do Povo de Deus, a história de luta e de libertação do povo de Deus – e tive muita sorte, porque não convivi com a igreja sofisticada, rica, luxuosa, vaidosa e servil dos grandes e poderosos; convivi com uma outra igreja, na qual os padres e freiras holandesas me davam as mais belas lições, diziam-me que a história do povo de Deus era uma história de luta e de libertação e não uma história de subserviência aos grandes e poderosos e uma articulação permanente com o luxo.

Ao mesmo tempo, ao lado dessa experiência, li também a história do povo nordestino escrita pelas mãos de um velho comunista, Graciliano Ramos. Essas primeiras leituras, sem dúvida, foram um privilégio para mim. Mesmo em uma família pobre, tive o privilégio de, em minhas primeiras leituras, ter acesso à história de luta e libertação do povo de Deus, pela Bíblia, na comunidade católica e, ao mesmo tempo, à história do povo nordestino, também uma história de luta, pelas mãos de um velho e grande comunista chamado Graciliano Ramos.

O Senador Mão Santa estava falando sobre a história da Bíblia. Há uma passagem muito interessante, uma passagem em Amós, que fala dos políticos sem-vergonhas que comprem os pobres com sandálias e outras coisas mais. E há uma palavra muito bonita em Eclesiastes, chamada “Os Sacrifícios”, que diz assim:

“A oferenda daquele que sacrifica um bem mal adquirido é acumulada”. Então, não adianta alguém estar apresentando um bem roubado, como se fosse um sacrifício, uma oferenda a Deus, porque vai para o inferno do mesmo jeito.

E ele dizia assim: “O Altíssimo não aprova as dívidas dos injustos nem olha para as ofertas dos maus. A multidão dos seus sacrifícios não lhes conseguirá o perdão dos seus pecados. Aquele que oferece um sacrifício arrancado do dinheiro dos pobres é como o que degola o filho aos olhos dos pais”. Veja que coisa forte, Senador Mão Santa.

Em outro trecho: “O pão dos indigentes é a vida dos pobres. Aquele que lho tira é um homicida”. Portanto, político ladrão que, ao roubar os cofres públicos, acaba retirando o pão, a vida dos pobres, é tido pela história do povo de Deus como um homicida; não é só ladrão, é um homicida.

“Quem tira de um homem o pão do seu trabalho é como um assassino do seu próximo. E o que derrama o sangue e o que usa da fraude no pagamento de um operário são irmãos.” Veja só que maravilha! Por isso é que é bom ser socialista. Não é à toa que uma passagem lindíssima diz que “ou se serve a Deus ou ao diabo”. E quem serve ao capital, ao dinheiro não serve a Deus. Então, é evidente que quem é capitalista sabe que terá como destino ser churrasco do diabo. Ainda bem que alguns de nós somos efetivamente socialistas.

Tenho, várias vezes, tido a oportunidade de dizer aqui algumas coisas em que pessoas não acreditam; algumas pessoas acham que, porque recebemos açoites e humilhações no processo de expulsão do PT, nos alegamos com sentimento de vingança por estar vendo as denúncias gravíssimas de corrupção contra os principais dirigentes da cúpula palaciana do PT e o Presidente Lula. Não comemoramos porque são histórias de grandes militantes do nosso País, e isso cria um impacto também para a Esquerda de modo geral. Não generalizamos para todos os militantes, Parlamentares, dirigentes do PT, como não fazemos em relação a outros Partidos também. Então não se trata de uma generalização.

Agora, é muito duro essa denúncia sobre o ex-assessor do Sr. Palocci porque, várias vezes, já usei a tribuna para dizer que o problema do Governo Lula foi a associação com conhecidos sabotadores e saqueadores dos cofres públicos que, em vez de terem sido obrigados a devolver o que roubaram em governos passados, foram devolvidos aos cargos para continuar a roubar.

Muitas pessoas ficam irritadas com as denúncias que fazemos porque acham que isso fortalece a Direita. Mas perguntamos: qual Direita? Há uma banda da

Direita do País que está na Oposição, e outra banda da Direita do País está dentro do Governo Lula. Não apenas a grande estrutura da elite política econômica, que é o capital financeiro, os parasitas sem pátria, os únicos que ganham muito com o aprofundamento do projeto neoliberal, com o projeto do Governo Lula, que é mais do que a continuidade do modelo econômico de Fernando Henrique, é o aprofundamento do projeto. Não é à toa que o PT, que era o maior Partido de esquerda da América Latina – sem generalização perversa com os militantes, Parlamentares e dirigentes –, hoje é o exemplo, é o instrumento da propaganda triunfalista do neoliberalismo.

Por isso é que os banqueiros, na ocasião do pronunciamento do Presidente Lula, foram os únicos – até os dirigentes do PT criticaram o pronunciamento como insuficiente – que disseram que o pronunciamento era maravilhoso. Isso porque para eles não é o que importa. O capital financeiro não se importa e jamais correrá uma lágrima nos seus rostos sofisticados por uma criança pobre vendendo o corpo por um prato de comida. Essa gentinha não se incomoda com isso. Eles, quando falam em estabilidade econômica e governabilidade, não estão preocupados com a dor, o desemprego e a miséria da grande maioria do povo brasileiro. Eles só se preocupam com a banca, com o que eles vão ganhar e que os boatos não gerem uma histeria no mercado a fim de que eles não percam dinheiro. Portanto, os parasitas sem pátria e os senhores banqueiros, quando falam de estabilidade econômica e governabilidade, estão simplesmente pensando nos seus medíocres interesses financeiros. Eles não se preocupam com a dor e o sofrimento da grande maioria do povo brasileiro.

O que é duro nesse episódio é que muitos de nós combatemos com veemência a corrupção – não por moralismo farisaico, falso moralismo –, porque sabemos que, quando alguns saqueiam os cofres públicos, tratam o espaço público como se fosse a caixinha de objetos familiares, para seus bandos e suas quadrilhas, tiram dinheiro de algum lugar. Isso é claro! Por isso dizem que não tem dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública, porque uma parte do Orçamento público vai para a pocilga do capital, para os banqueiros se chafurdarem com alegria, e outra parte vai para o roubo das quadrilhas, das gangues partidárias que se articulam parasitando os cofres públicos. Aí sobra para quem? Para os Senadores e Deputados? Não! Até pode sobrar, como ocorreu ontem, quando colocaram uma bomba lá embaixo, infelizmente onde não há Senador nem Deputado, apenas funcionários, coitados.

Então, sobra para a desmoralização da democracia representativa. Já não vivemos numa democracia. Democracia sem justiça social não se constitui como tal. É uma democracia representativa a que muitos chegam comprando e vendendo mandatos, quando aqui estão, para serem subservientes às estruturas palacianas, não é efetivamente democracia representativa.

Mas o que é mais triste – e sei da tristeza e da vergonha de muitos militantes, Parlamentares e dirigentes do PT – num dia como hoje é assistir à promiscuidade na relação Palácio do Planalto/Congresso Nacional. E agora estamos vendo que esses que hoje estão roubando o espaço público em conluio com delinquentes de luxo dos governos anteriores não são aprendizes. Isso é que é o mais doloroso. É como se o esquema de corrupção, a metodologia perversa de usar o espaço público em conluio com setores empresariais para viabilizar estruturas partidárias ou riquezas pessoais não é aprendido de agora. Isso que é mais doloroso para os petistas; isso que é especialmente doloroso para muitos que dedicaram as suas vidas, enfrentaram obstáculos gigantescos para ajudar na construção do Partido. Sei que essa dor é ainda maior porque se vê que o passado também fazia. Essa é a dor maior. Agora alguns podem dizer: “ora, mas se associaram a fulano, a sicrano, a não sei mais quem, tudo o que fazíamos no passado, lembra?” E é por isso que há alguns dizendo que é golpismo, é um absurdo se querendo o **impeachment**. Por quê? Porque estão vendo as pessoas que ali estão. Fazíamos uma generalização perversa no passado, em que gritávamos nas praças públicas e nas manifestações contra muitos dos Governos que eram corruptos. Hoje esses Governos corruptos do passado mandam dentro da estrutura do atual Governo. Isso que é muito doloroso para muitos militantes.

Ouvi uma frase, Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, que me machucou muito. Não no meu caso, porque já disse, várias vezes, que, apesar da dor e do sofrimento, não tenho mágoa nem rancor, mas agradeço a Deus por lá não mais estar porque sei o constrangimento de quem está, de quem é honesto e a dor por que passa. Alguns Parlamentares estavam pensando em sair do PT – agora, não no nosso caso –, por estarem se sentindo incomodados e dizendo que, se não mudasse a estrutura partidária, não haveria como ficar. Vi uma frase nos jornais dizendo que se tratava de um dirigente do campo majoritário e dizia assim: “são os ratos que estão abandonando o navio afundando”.

Ora, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Pelo contrário, o navio está tomado de ratos, e as

pessoas não conseguem conviver lá. É outra coisa. Ou põem para fora os ratos, ou as pessoas acabam tendo que sair. Como uma pessoa diz isso e não tem sequer a humildade de reconhecer os problemas gravíssimos, o constrangimento e a tristeza que está provocando em quem ainda está militando no PT? Como tem a ousadia de dizer isso, como se fossem as pessoas acovardadas que estivessem pulando do barco como os ratos fazem? É o contrário. São pessoas que, para sobreviver com dignidade, para conseguir olhar no olho das outras, estão pedindo que se mude a estrutura porque a tristeza e o constrangimento são muito grandes.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Heloísa Helena, eu gostaria, se o Presidente permitisse, que me desse um pouco mais de tempo do que um simples aparte, porque tenho muito o que falar. Em primeiro lugar, quanto a essa metáfora do navio: o navio é o Brasil; o navio não é o Partido. É uma arrogância dizer que estão abandonando o navio. Abandonar o navio é, diante de tudo isso, pegar um avião e morar fora do Brasil porque se cansaram do Brasil. Eu não vou cansar-me do Brasil. Mas temos que estar nos vetores e motores de melhor funcionamento que puxam o Brasil. E o PT está perdendo isso. Eu disse que queria falar mais porque não escondo que fiz parte daqueles que defenderam a sua saída do Partido dos Trabalhadores. Hoje V. Ex^a deve me agradecer, embora não desculpar, talvez. Continuo achando que, quando estamos em um partido, temos de votar conforme a direção determinar, até o dia em que sairmos dele. De qualquer maneira, eu me lembro que eu disse, àquela época, que eu defendia a saída de V. Ex^a pelas suas qualidades, que se diferenciavam das qualidades do PT. Hoje, eu começo a achar que as qualidades do PT estão desaparecendo, que a sua saída era somente por causa das suas qualidades. Mas não somente por causa desses últimos atos, Senadora Heloísa Helena. O que me preocupa mais do que esses últimos atos éticos – que serão resolvidos – é a falta de um projeto para o “navio Brasil”. O PT não está sendo o motor para o Brasil que nós queremos. Não está sendo instrumento de transformação. Eu lembro, há dois ou três anos atrás, talvez ainda no Ministério, eu fiz um artigo sobre esse fato, chamado “A Revolução Estancada”, publicado na **Folha de S.Paulo**. Eu dizia que o PT não estava sendo um vetor da transformação social. E é isso o que mais me incomoda hoje. A ética é de alguns. Esses vão sair, ou vão dominar o Partido – quem sabe? Agora, essa militância, boa, decente, honesta e que

ainda sonha, de fato está muito sofrida. E eu, às vezes, agrego sofrimento quando manifesto que, para reaglutinar as esquerdas, inclusive com o P-SOL e outros partidos, vamos precisar, certamente, estar fora do PT, porque o PT amarra, não está libertando para desenvolver esse papel. Há pouco me perguntavam se eu saía do PT. Eu disse: “Eu jamais sairei do PT que me elegeu em 1994, que me elegeu em 2002”. Mas o PT de hoje, como o próprio Mercadante disse, não é aquele PT de 1994 nem de 1998. Penso que a raiz estava no momento em que nós, inclusive eu, tomamos a decisão de fazer sua saída do Partido. Ali estava o germe de muitas coisas. Penso que era um erro seu não votar, tendo em vista a disciplina partidária, mas havia razões mais profundas, que foram percebidas não sei se por sua intuição política, feminina, ou o que seja, mas que muitos de nós, inclusive eu, não percebemos. Não vou pedir desculpas, porque acredito que eu estava certo naquela hora, mas faço essa confissão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte a V. Ex^a, agradeço mesmo, Senador Cristovam Buarque. Lembro de uma coisa ocorrida quando V. Ex^a falava sobre o que é o Partido. V. Ex^a sabe que defendo que, mesmo as pessoas que não são militantes de Partidos, estejam aqui nas instâncias de decisão política, nos espaços do poder. O Deputado Fernando Gabeira tem projeto sobre isso, eu também. Trata-se justamente das listas da sociedade, para que as pessoas que compartilham uma visão de mundo, uma compreensão de projeto nacional, mesmo que não queiram estar inscritas no partido, até por se sentirem acorrentadas na estrutura partidária, possam estar aqui representadas. Infelizmente, é algo que cada dia tem sido mais difícil, porque as burocracias partidárias, as cúpulas partidárias, sempre com risco de degeneração, precisam das listagens das mercadorias parlamentares, inclusive para traficar influência com as estruturas de poder. E aqueles parlamentares que poderiam vir dos movimentos sociais, representando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT RS. Fazendo soar a campanha.) – Tem V. Ex^a mais um minuto para concluir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL AL) ... um pensamento da sociedade, eles não podem estar aqui.

Eu me lembro de uma coisa em um processo de muita dor por que passei. O Padre Heraldo, sertanejo muito querido nosso, como o Padre Guimarães, o Padre Manuel Henrique e tantos outros, dizia que partido é meio; não é fim. É o mesmo que a igreja. Ele

dizia: “Sou padre, a Igreja é meio, o fim é o Reino de Deus.” Então, partido realmente é meio. Partido não é propriedade. O partido não é proprietário das mentes, dos corações e das idéias. Não é. As concepções programáticas da esquerda socialista e democrática e as bandeiras históricas da classe trabalhadora não são propriedade de partido nenhum e não serão do P-SOL também. Não são. As estruturas partidárias nascem e muitas vezes morrem, apesar de existirem juridicamente, como é o caso do PT. Morrem na sua razão de existir, mas continuam sendo articuladas e até existindo juridicamente.

Então, eu não poderia deixar de aqui compartilhar este depoimento, porque sei quanta tristeza existe na mente e no coração de muitos militantes que ainda estão tentando a reconstrução partidária. Eu sei o quanto de tristeza existe. Se existe a tristeza diante da corrupção desvairada, dos tentáculos montados na estrutura dos Correios, na empresa pública, no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional, saber que eles não eram simples aprendizes, saber que já usavam a metodologia da corrupção mesmo em experiências anteriores, isso, com certeza, marca muito mais profundamente a mente e o coração dos militantes honestos que ainda não puderam sair da estrutura partidária.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT RS) – Os Srs. Senadores Zérgio Zambiasi, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte e Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

33ª EDIÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE GRAMADO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana, a cidade de Gramado, na Serra Gaúcha, vive um importante momento de efervescência cultural e artística. O Festival de Cinema de Gramado, que já está na sua 33ª edição, se destaca como uma das mais importantes mostras competitivas do país e se traduz em um espaço ideal para o debate, a troca de idéias e de sonhos projetados na grande tela. O evento começou no dia 15 de agosto e se encerra no próximo sábado, dia 20.

Neste ano, 51 filmes do Brasil e de outros países da América Latina concorrem no Festival. Além de aumentar o número de filmes participantes, a organização do evento alterou os horários das exibições, reservando as noites apenas para produções nacionais.

Além das Mostras Competitivas Nacional e do Cinema Latino, que acontecem no Palácio dos Festivais, o Centro Municipal de Cultura promove exibições diárias de produções nacionais. Ali, também ocorre o Concurso Oficial de Curta e Média-Metragem 16 milímetros, a Mostra Gaúcha e o Especial de Filmes Clássicos Brasileiros Restaurados.

O objeto de desejo dos participantes da competição é o Kikito, a estatueta símbolo e prêmio do Festival de Gramado. Criado pela artista Elisabeth Rosenfeld, o Kikito, que representa o deus do bom humor, é feito em bronze e tem 33cm de altura.

Todos os anos, os organizadores do evento prestam homenagens a personalidades do cinema nacional. Nesta edição, os homenageados foram os atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, que receberam o Troféu Oscarito em reconhecimento aos mais de 40 anos de carreira em TV e cinema. O diretor argentino Hector Babenco, que dedicou toda a sua vida ao cinema, recebeu o troféu Eduardo Abelin.

Além de reunir atores, diretores e produtores cinematográficos, o Festival de Cinema atrai um grande público de fãs e admiradores à Serra Gaúcha, incrementando o já privilegiado turismo da região. Com máquinas fotográficas, papel e caneta, pessoas de todas as idades se aglomeram junto ao tapete vermelho estendido na entrada do Palácio dos Festivais, na tentativa de algum contato com seus ídolos. Todo esse clima de admiração confere ao Festival um aspecto ainda mais humano e faz o interesse do público em geral pelo cinema crescer a cada edição do evento.

Sr. Presidente, é importante destacar também a presença do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul no evento. Desde 2003, o Parlamento Gaúcho concede prêmios aos melhores filmes de 35 milímetros e 16 milímetros, além do melhor roteiro, diretor, fotografia, edição, ator, atriz, direção de arte e melhor música dos 10 curtas-metragens selecionados para a Mostra Gaúcha.

E, neste ano, Assembléia inovou mais uma vez, realizando um acordo que prevê a exibição de filmes gaúchos na TV Assembléia. O protocolo de intenções foi uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura, através do Instituto Estadual de Cinema, a As-

sociação Profissional de Técnicos Cinematográficos, e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Até janeiro de 2006, serão exibidos oito longa metragens, quatro médias e 20 curtas, todos produzidos no Rio Grande do Sul.

Também foi assinado um protocolo de intenções com a empresa Brasil Telecom e o Banrisul que viabiliza o projeto "Cinema na Assembléia". A idéia é permitir que o Teatro Dante Barone, tradicional espaço do Parlamento gaúcho, realize semanalmente a exibição de filmes gaúchos e nacionais, com entrada franca para o público.

E o Festival de Cinema de Gramado quer crescer ainda mais. Os planos dos organizadores é que, até 2010, a mostra competitiva reúna produções de todos os lugares do mundo. Gramado também está se preparando para ser a Cidade Cinematográfica, com um cine-teatro de três mil lugares, o Museu do Festival de Gramado, a Escola de Cinema, estúdios e toda a infra-estrutura necessária para ampliar os investimentos no cinema brasileiro, latino e – por que não dizer – mundial!

E pensar que naquele longínquo 1969, esse evento em expansão era traduzido em pequenas mostras durante a tradicional Festa das Hortênsias. E foi o entusiasmo da comunidade artística nacional, da imprensa, dos turistas e dos moradores da cidade que transformou o Festival de Cinema em um evento de caráter oficial, apoiado pela Prefeitura Municipal de Gramado, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, a Embrafilme, a Fundação Nacional de Arte e as secretarias de Turismo e de Educação e Cultura do Estado.

Hoje, Gramado se transformou no palco que traduz a própria história do cinema nacional. A partir dos anos 80, com o aprimoramento das discussões sobre arte e cultura nos espaços do Festival, o evento conquistou naturalmente o título de um dos maiores do gênero no país.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acreditamos que, tão importante quanto fomentar a economia e promover a igualdade social, é a promoção do acesso à cultura. E, nesse sentido, o Festival de Cinema de Gramado e todos os eventos nele inspirados são fundamentais para o enriquecimento cultural do Rio Grande do Sul, do Brasil e da América Latina.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a responsabilidade social das organizações já se confirmou como um dos preceitos básicos

para a moderna administração empresarial. Diversas campanhas e atividades são desenvolvidas, atualmente, pelas grandes companhias, no sentido de ajudar e promover o bem-estar de seus funcionários e da comunidade em geral.

Esse é o caso da Fundação Ruben Berta, entidade formada pelos funcionários da Varig, que está completando 60 anos de existência. Dentro de sua trajetória de engajamento e comprometimento social, desenvolvendo atividades de promoção da cidadania, a Fundação Ruben Berta tem se afirmado como entidade modelo de assistência e apoio a seus beneficiários.

Sua gênese, no ano de 1945, está ligada à figura magistral de Ruben Martin Berta, ex-presidente da Varig, que propôs a criação de uma fundação voltada para os funcionários da empresa. Inspirado na doutrina social católica, Ruben Berta pretendia completar as deficiências da Previdência Social e promover o bem-estar dos empregados da Varig.

E o tempo se encarregou de ratificar a sua privilegiada visão. Com mais de 87 mil beneficiários e mais de R\$3 milhões em benefícios diretamente concedidos, além de atuação decisiva no conselho de administração das empresas do grupo Varig, a Fundação Ruben Berta demonstra pujança e vitalidade na passagem de seu sexagésimo aniversário.

Suas atividades, Sr. Presidente, nunca se restringiram ao assistencialismo paternalista. Como Ruben Berta fazia questão de destacar, a entidade sempre distinguiu claramente os benefícios concedidos, advindos de resultados financeiros da companhia e mediante contrapartida laboral, da beneficência ou mera prestação de favores. É nessa diferença que reside o foco de sua atuação: a injeção de cidadania e de responsabilidade, firmando um compromisso inabalável com o futuro.

Pude constatar, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela leitura do Relatório de Atividades de 2004 da Fundação, a extensa gama de serviços oferecidos pela entidade. A amplitude de sua atuação surpreende: são inúmeros convênios com institutos educacionais, planos de saúde, companhias seguradoras, bancos, empresas de telecomunicações e fabricantes de equipamentos de lazer, tudo para proporcionar aos seus beneficiários uma melhor qualidade de vida. Somente em convênios com outras empresas, Senhor Presidente, a Fundação movimentou mais de 72 milhões de reais por ano!

A Fundação Ruben Berta também investe em cultura. A entidade mantém 3 corais musicais e um centro de tradições gaúchas em plena atividade, promovendo concertos e festivais por todo o País. Com o apoio de

empresas parceiras, tem permitido aos seus beneficiários o acesso a *shows*, peças de teatro e mostras de cinema, compreendendo perfeitamente que um povo sem cultura é um povo sem alma.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o estatuto da Fundação Ruben Berta não permite que recursos da entidade contemplem quem não pertence ao seu grupo de beneficiários, tal proibição não impediu a sua intensa atuação voluntária pelo programa chamado Atitude Cidadã. Responsável por ações como o Projeto Doar de milhas voadas, o projeto Barriga Cheia e pela doação de roupas e donativos para os desabrigados de enchentes e calamidades públicas, o Atitude Cidadã revela o firme propósito da Fundação de ajudar a construir um país melhor.

É por tudo isso, meus Caros Colegas, que quero aqui prestar minha mais sincera homenagem, em razão do sexagésimo aniversário da Fundação Ruben Berta, desejando profundamente que seu exemplo de trabalho e compromisso com a cidadania frutifique e se espalhe por todo o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar algumas matérias publicadas em jornais de grande circulação nas suas edições de 12 agosto de 2005. Nelas, os jornais mostram que a imagem ética do Partido dos Trabalhadores foi destruída com os inúmeros casos de denúncias e escândalos de corrupção que vieram à tona no atual governo.

As denúncias de corrupção nos Correios, o pagamento do “mensalão”, o envolvimento de figuras do alto escalão do governo petista em escândalos, a troca de cargos políticos por apoio no Congresso Nacional, mostram a cara do atual governo. Por fim, o depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios, dizendo que recebia do caixa 2 do partido dos trabalhadores em paraíso fiscal, coloca o PT definitivamente na lama.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A lama sobe a rampa

SÃO PAULO - O depoimento do publicitário Duda Mendonça é um torpeda mortal na linha de flutuação da defesa do PT e, por extensão, do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Duda deixou claro que o esquema Marcos Valério/Delúbio Soares/PT não é apenas caixa dois, o que já seria um crime grave. Mas há outros crimes: remessas ilegais de dinheiro para o exterior, sonegação fiscal e sabe Deus o que mais acabará aparecendo a cada depoimento.

O do publicitário do rei mostra que não foram apenas deputados os beneficiados pelo valerioduto. Foi o próprio presidente da República, cuja propaganda foi paga com esse dinheiro. Pior: não foram pagamentos feitos durante a campanha e, portanto, antes da Presidência de Lula, mas depois da posse e depois de a agência de Duda ter obtido contratos de publicidade do governo.

Duda destroça também slogan caro ao governo, o de que não rouba e não deixa roubar. Deixa sonegar, sim, senhor, e sonegação é roubo. Mais que deixar sonegar, estimula a sonega-

ção, na medida em que o tesoureiro do presidente pede que o marqueteiro do presidente abra uma conta no exterior para receber seu pagamento, naturalmente "por fora".

A alegação de que o presidente não sabia de nada não o exime de responsabilidade. Seus homens de confiança, do marqueteiro ao tesoureiro, do chefe da Casa Civil ao presidente de seu partido, sabiam. De duas uma: ou Lula é omissa ou é conivente.

Mais: deixa circular a enrolação sobre o pagamento de uma dívida sua com o PT, que seu amigo Paulo Okamoto diz ter pago, mas que seu também amigo (e ministro) Jaques Wagner diz que nunca existiu.

Mais: seu partido participa na CPI, da farsa de montagem de lista falsa, o que evidencia o quanto apodreceu. Até a tropa de choque collorida tinha mais ética.

Está passando da hora de o presidente dizer a verdade. A lama sobe a rampa.

@ → crossl@uol.com.br

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

A DERROCADA

PESQUISA Datafolha publicada hoje por este jornal revela que a avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva piorou de maneira insustentável. A percepção negativa do escândalo do "mensalão" disseminou-se pela sociedade, e a derrocada do primeiro mandatário parece irreversível. Pela primeira vez, uma sondagem sobre intenção de votos para o pleito de 2006 indica que o presidente seria derrotado em segundo turno.

Para tornar o quadro ainda mais difícil, novos desdobramentos trazem a corrupção para muito perto do Palácio do Planalto. Ontem, diante da CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça afirmou que parte do "pacote" de marketing político que negociou com o PT, do qual constava a campanha para a Presidência de 2002, foi pago com dinheiro de caixa dois em depósitos realizados numa empresa criada nas Bahamas —um conhecido paraíso fiscal.

A confirmar-se a versão, o presidente Lula perde o pouco de autoridade que lhe restava como chefe de governo exigir dos cidadãos e das empresas o cumprimento de obrigações fiscais se o mais alto magistrado da República chegou ao poder valendo-se de operações fraudulentas? Conhecesse ou não os fatos, trata-se de algo de extrema gravidade.

Não foi esse o único pagamento nebuloso a envolver o presidente. Também a liquidação de um empréstimo contraído com o PT, assinalado em prestação de contas da legenda, desperta inquietações. No dia 17 de julho, antes de publicar reportagem acerca da operação, esta Folha solicitou um pronunciamento do governo —mas não recebeu nenhuma resposta. Posteriormente, uma nota emitida pelo Palácio do Planalto transferia a questão para o PT.

Agora, o presidente do Sebrac, Paulo Okamoto, apresenta-se como o responsável pela quitação. Tesou-

reiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto disse que retirou de sua conta pessoal os recursos para saldar o compromisso de cerca de R\$ 29 mil. O generoso companheiro do presidente declarou ter "providenciado" recursos em espécie e tê-los transferido ao partido, sem dispor de meios, porém, de comprovar a operação. Okamoto afirmou, ainda, que preferiu não avisar Lula sobre seu magnânimo gesto. Seria, pois, mais um caso acerca do qual o presidente nada saberia.

Questões a respeito do empréstimo surgiram na CPI dos Correios, onde se aventou a hipótese de o pagamento ter sido realizado com dinheiro de caixa dois do esquema PT-Marcos Valério. Okamoto veio a público no intuito de dirimir as dúvidas, mas o tempo decorrido, sua participação na comitiva presidencial que viajou a Garanhuns no início do mês e a história que contou terminaram por alimentar as desconfianças.

Até aqui, o presidente tem se esquivado de pronunciamentos à sociedade brasileira para oferecer sua visão sobre o escândalo. Prefere manifestar-se, de maneira exaltada e emotiva, diante de audiências previamente selecionadas, numa linha de atuação já chamada de *chavista* em referência ao presidente venezuelano, Hugo Chávez —recebido ontem, aliás, em inesperada visita a Brasília.

Vendo seu prestígio deteriorar-se, Lula vinha procurando respaldo na população menos informada. Agora, diante dos novos fatos e dos resultados trazidos pelo Datafolha, suas perspectivas se tornaram sombrias.

O presidente da República poderia considerar-se favorecido pela sorte se conseguir terminar seu mandato, pois a hipótese de impeachment, remota até poucos dias atrás, se afigura hoje como possibilidade palpável.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/LULA NA MIRA

LULA

Lula é um homem de bem. Se ficar provado de alguma forma que esse não é o presidente do meu sonho, eu nunca mais vou fazer campanha política. [...] Ele é um idealista.

Eu queria fazer aquela campanha [de Lula em 2002] a qualquer preço.

DUDA MENDONÇA
publicista

VALÉRIO

Nunca recebi da [agência publicitária] SMPB. O pagamento era feito na agência do Banco Rural. [...] Não me importo.

Não recebemos diretamente de Marcos Valério. Queríamos preservar nossos clientes, mas chegou a um ponto em que não era mais possível.

ZILMAR FERREIRAS
sócia da Duda Mendonça

Marqueteiro afirma que recebeu de Marcos Valério R\$ 11,9 milhões relativos a dívidas de 2002, mas procura preservar Lula.

Duda diz que caixa 2 pagou campanha do PT

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Em depoimento surpresa na CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça admitiu ter recebido do PT, por meio de Marcos Valério de Souza, dinheiro de caixa dois referente à campanha eleitoral de 2002, inclusive com depósitos feitos em uma conta em um paraíso fiscal no exterior.

Marqueteiro de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, Duda disse acreditar, no entanto, que a campanha do presidente, parte de um "pacote" de serviços prestados por ele ao PT, tenha sido paga com dinheiro "oficial" (legalmente registrado), já que houve "alta arrecadação". Ele não apresentou provas de origem lícita dos recursos, mas se comprometeu a disponibilizar dados de sua empresa.

Duda revelou ter recebido R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.

Os recursos seriam referentes a dívidas das campanhas de 2002 e também a serviços prestados em 2003. "Esse dinheiro era claramente de caixa dois, a gente não é bobo. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção, queríamos receber", disse ele, em depoimento de quase dez horas que terminou às 22h10.

No caso específico da campanha presidencial de 2002, ele teria emitido notas fiscais, mas não as apresentou à CPI. "Eu não posso garantir a precisão e a veracidade de uma campanha do presidente Lula foi disso. Eu só criei as figuras que eu emiti com a contabilidade do PT para vir se a campanha de 2002 se paga por dentro ou por fora."

Após ser indagado se chegou a comentar esses pagamentos com o presidente, Duda disse que não tinha buscado isentar Lula. Segundo o publicitário, os contratos financeiros eram feitos apenas com Delúbio.

A dificuldade alegada pelo marqueteiro para discriminar o dinheiro recebido da campanha presidencial deve-se ao fato de ele ter montado um pacote para o PT em 2002 incluindo as campanhas de Lula, de José Getúlio ao governo de São Paulo, de Aécio Mercadante ao Senado, de Benedita da Silva para o governo do Rio de Janeiro e de um senador pelo Rio de Janeiro que não

sabe especificar.

Além de tentar separar a campanha presidencial das demais, Duda também procurou isentar o senador Aécio Mercadante (PT-SP), argumentando que o custo da prestação de serviço a ele teria sido baixo pelo fato de sua empresa de marketing político já estar com uma estrutura montada em São Paulo.

Provocado pela oposição, Duda disse acreditar na honestidade do presidente Lula em meio ao atual escândalo de corrupção que abala seu governo e seu partido. "Se ficar provado de alguma forma que esse não é o presidente dos meus sonhos, eu nunca mais faço campanha política", disse ele, que trabalha para o PT desde 2001.

Duda possui três empresas: a CEP Comunicação e Estratégia Política, de marketing político; a Duda Propaganda, que sucedeu a D&M; e a Promark, que presta consultoria na área de marketing.

Estava previsto ontem apenas o depoimento da sócia do marqueteiro, Zilmar da Silveira, que foi convocada pela CPI para explicar o saque em dinheiro de R\$ 15,5 milhões das contas das empresas de Marcos Valério. Ela acabou depondo junto com o ex-sócio.

A estratégia de Duda foi colaborar com a comissão parlamentar de inquérito para não ser acusado de conivência com o esquema montado pelo PT e Marcos Valério. O marqueteiro chegou algumas vezes durante o depoimento ao falar de sua trajetória e do contrangimento pelo qual estava passando.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) disse que o marqueteiro confessou crimes e pode ser enquadrado nas leis do "colarinho branco" e da lavagem de dinheiro.

Após o depoimento, Duda Mendonça pediu a presença de Valério e começou a retrucar. "Ao ruano, João Redeker (PS) que fez menção aos filhos de Duda, levantou a voz. 'Não ponha meus filhos. Eu não mereço isso'."

Sentido-se julgado moralmente pelo deputado José Rocha (PFL-BA), disse: "Pom-ba, eu tô morto. Dormi há 48 horas nesta madrugada. Desculpe-se se estou estourado, mas é um mal, mas é um mal".

PARAFISCAL

Segundo os depoimentos, ao cobrar dívidas do PT em 2003, Zilmar teria sido orientada por Delúbio a procurar Marcos Valério.

Ele teria pedido à sócia de Duda para abrir uma conta bancária no exterior, onde seriam depositados recursos.

Duda disse que procurou o BankBoston e foi orientado a abrir uma offshore — empresa em que os sócios não são identificados — nas Bahamas. Na conta da empresa, chamada de "Dusel-

COMO FUNCIONOU O ESQUEMA

- 1** Em fevereiro de 2003, a dívida do PT com a CEP Comunicação e Estratégia Política, de Duda Mendonça, foi paga por R\$ 15,5 milhões. O dinheiro veio de Marcos Valério, então tesoureiro do PT, por meio de Zilmar da Silveira, sócia de Duda. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.
- 2** VALÉRIO RESOLVEU PROBLEMAS. Em fevereiro de 2003, a dívida do PT com a CEP Comunicação e Estratégia Política, de Duda Mendonça, foi paga por R\$ 15,5 milhões. O dinheiro veio de Marcos Valério, então tesoureiro do PT, por meio de Zilmar da Silveira, sócia de Duda. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.
- 3** ORIGEM DOS DEPOSITOS. Os R\$ 15,5 milhões de Marcos Valério foram depositados em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.
- 4** OUTRO PACOTE. No final de 2002, o dinheiro de R\$ 15,5 milhões foi pago por R\$ 15,5 milhões. O dinheiro veio de Marcos Valério, então tesoureiro do PT, por meio de Zilmar da Silveira, sócia de Duda. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.

que voltou ao banco para receber mais duas parcelas de R\$ 300 mil nos dias seguintes.

Em fevereiro de 2003, a dívida do PT com a CEP Comunicação e Estratégia Política, de Duda Mendonça, foi paga por R\$ 15,5 milhões. O dinheiro veio de Marcos Valério, então tesoureiro do PT, por meio de Zilmar da Silveira, sócia de Duda. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda recebeu R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Duda entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão. Duda também entregou à CPI cópias de faturas recebidas das empresas de publicidade: Imagem, com R\$ 1,5 milhão; e a Duda Propaganda, com R\$ 1,4 milhão.

Questionado se estava arrependido de ter contribuído para a vitória de Lula, respondeu: "Não. Do fundo da minha alma também estou triste com o que está acontecendo, mas acho que este presidente é um homem de bem e acredito que ainda vai ter muito orgulho da campanha que fez. Nem sempre as coisas ruins que acontecem a gente pode culpar o chefe. É difícil controlar até mesmo a própria família com os dados da mão, imagina o resto?"

Questionado por integrantes da CPI, Zilmar negou que tenha pago despesas pessoais da presidente Lula ou da primeira-dama, Marisa Letícia. "Se custo da campanha, como palete e figurino", disse ela. Desse modo, se paga um termo da grife Ricardo Almeida para a posse do presidente Lula, Zilmar negou e acrescentou: "que nem sempre os termos mais caros são os melhores nas gravatas".

CAIXA DOIS. O marqueteiro não conseguiu discriminar os valores de cada campanha realizada em 2002. Disse ainda que, ao efetuar os pagamentos, Delúbio não diria a que serviço era referente. "O Delúbio sempre dizia que dinheiro não tem corrimão", disse ele. O publicitário afirmou que não emitiu notas fiscais em suas empresas.

O líder do PSDB, deputado Alberto Goldman (SP), questionou a legalidade das campanhas municipais do ano passado, já que foram declaradas como "quadrantes" nos Tribunais Regionais Eleitorais e Duda afirmou ter visto uma dívida de R\$ 14,7 milhões com o partido referente a esses pagamentos.

VALÉRIO. O marqueteiro disse ter encontrado Marcos Valério apenas duas vezes, uma no comitê da campanha presidencial, no início de 2002, e outra posteriormente, no diretório do PT. A responsável pela parte financeira seria Zilmar, que teria mais contato com o publicitário mineiro.

TUCANOS. Duda trabalhou na campanha de reeleição ao governo de Minas Gerais do hoje senador Eduardo de Azevedo (PSDB-MG), em 1998, e disse acreditar que não houve caixa dois nessa ocasião. Ele afirmou também não lembrar de Valério nesta época.

A sensação que tem é que o dinheiro pago toda oficial, não veio nada por fora. Não estou dizendo que não houve, pode ter havido porque não é uma coisa nova", disse.

Valério revelou à CPI que tomou empréstimos bancários e resposou para a campanha de deputado coligados à campanha de Azevedo. Esses recursos não foram declarados, mas o senador tucano afirma que não tinha conhecimento do caixa dois. Azevedo colocou a responsabilidade no tesoureiro de sua campanha,

Cláudio Mourão.

Duda e Zilmar tentaram minimizar a afinidade com o peista ao afirmar que possuem atualmente o mesmo número de contratos com a administração federal do que no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), mas admitiram que recebem agora o dobro do valor.

Elas possuem os contratos da Petrópolis, da Secom (Secretaria de Comunicação Social) e do Ministério da Saúde; no governo FHC possuíam os da Telebrás, do Banco Central e da BR Distribuidora.

516105. Falando em nome próprio e no de sua sócia, Zilmar Ferreira, afirmou que aceita a qualquer dia ser julgado por crimes fiscais, o da dívida e o das suas empresas. "Sem o menor problema, perfeitamente. Só que o juiz não vai julgá-lo, vai julgá-lo de quem ver exatamente como", disse ao ser perguntado pelo deputado Onay Lorenzon (PFL-RS).

LEGISLAÇÃO ELEITORAL. Para Duda, a legislação eleitoral é "injusta" e se os integrantes da CPI quiserem tirar um saldo positivo do episódio teriam que modificá-la. Uma das sugestões dadas pelo marqueteiro para a Câmara dos Deputados é substituir os programas políticos na televisão por debates semanais.

"É baratinho, isso aí custa zero, não há influência do poder econômico. O que vai prevalecer é o conhecimento dele (do candidato), o carisma", disse o marqueteiro.

SILÊNCIO. O publicitário disse que havia ficado calado até agora para preservar seu cliente, o PT, e também para se preservar. Teria mudado de ideia ao ver notas na imprensa referentes à "offshore" e interpretou isso como uma chantagem de Marcos Valério, porque só ele, Duda e Zilmar sabiam dessa coisa no exterior.

"Estava me escondendo, usando. Nossa história é diferente da de Marcos Valério. Eu não nasci para mentir. Prefiro dizer o que sei e ir dormir. Hoje [então] eu vou dormir", disse ele.

61605. Duda foi questionado sobre sua prisão pela Polícia Federal durante uma reunião de julho no Rio de Janeiro em outubro passado. Segundo o deputado Eduardo de Azevedo (PSDB-RJ), o afastamento dos delegados posteriormente comprovou a comprovação

do trânsito de Duda com o presidente. Duda contestou e se irritou com o episódio da prisão. Na verdade o que aconteceu ali foi perseguição política. Se eu tivesse influência no governo não teria sido preso.

FERNANDA BRARQUES, LERA SUWANE SILVA/NAVARRO

OFFSHORE

Essa conta [aberta em uma offshore nas Bahamas] foi aberta 100% para receber o dinheiro dele [Marcos Valério]. [...] Pela coação do dólar, entrei pelo cano.

DUDA MENDONÇA

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, o instituto brasileiro de geografia e estatística – o IBGE – divulgou o valor do produto interno bruto de nosso país no primeiro trimestre deste ano: quatrocentos e trinta e seis bilhões e oitocentos milhões de reais.

Ao mesmo tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – o IBPT – informou a carga tributária paga pelos contribuintes no mesmo período: cento e oitenta e um bilhões e setecentos milhões de reais. Ou seja: de acordo com o IBPT, a carga tributária representou, no primeiro trimestre de 2005, quarenta e um vírgula seis por cento do PIB.

Esses mais de cento e oitenta bilhões arrecadados em três meses, Senhor Presidente, equivalem a dois bilhões por dia, oitenta e quatro milhões por hora, um milhão e quatrocentos mil por minuto, ou vinte e três mil reais por segundo. Imaginem, Sras. e Srs. Senadores: a cada segundo, no período de tempo em que mal se diz um “ai”, o Governo tunga vinte e três mil reais dos cidadãos brasileiros. Como a moeda em nosso País, nestes tempos de PT, parece ser o mensalão, podemos dizer que o Governo está arrancando, do pobre contribuinte, quase um mensalão por segundo.

E para fazer o quê, Sr. Presidente? Será que é justamente para pagar o mensalão? Deve ser, porque não temos notícia de bons investimentos naquilo que realmente interessa. Não se investe – ou se investe mal – na segurança, na saúde, na educação, no saneamento, na habitação e nos transportes. E o que sobra é jogado em aviões ou lençóis de luxo, em viagens, reuniões e festas desnecessárias...

Espero, Sr. Presidente, que não mais queiram atribuir essa mazela dos nossos dias à famosa “herança maldita”, desculpa esfarrapada que já não disfarça as trapalhadas do Governo do PT. No Governo anterior, o máximo de carga tributária que tivemos, no primeiro trimestre de um ano, foi em 2002: trinta e oito vírgula quatro por cento. Desse modo o Presidente Lula pode usar, mais uma vez, seu bordão preferido: “Nunca na História deste País a carga tributária no primeiro trimestre tinha passado dos quarenta por cento”. Pois é. Mais um feito deste Governo: conseguiu chegar aos quarenta e um por cento.

O IBPT utiliza uma imagem, chocante, para expressar a voracidade de nosso Fisco: no final de 2005, Sr^{as} e Srs. Senadores, os brasileiros terão trabalhado quatro meses e vinte dias exclusivamente para pagar

os tributos – impostos, taxas e contribuições – exigidos pelo Governo federal, pelos Governos estaduais e pelos municipais. Isso significa, vejam só, que neste ano de 2005, até o último dia 20 de maio, todos os brasileiros trabalharam de graça.

É uma situação, Sr. Presidente, que não pode ser tolerada. Em termos de percentual sobre o Produto Interno Bruto, países como a Alemanha, a Suíça, o Canadá e tantos outros, que oferecem a seus cidadãos as delícias do Estado de bem-estar social, cobram deles uma carga tributária menor que a nossa. Na América Latina, países como México, Argentina e Chile têm carga tributária que fica na faixa de vinte por cento do PIB; ou seja, praticamente metade da suportada pelos contribuintes brasileiros.

É hora, portanto, de darmos um basta! É urgente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nos unamos contra esse apetite feroz do Fisco. Tal como ocorreu no caso da Medida Provisória nº 232, é preciso que a sociedade – os trabalhadores assalariados, os profissionais liberais, os pequenos, médios e grandes empresários, os produtores rurais, a mídia e nós, parlamentares, todos, enfim –, nos unamos em torno dessa causa importantíssima para a cidadania e, acima de tudo, justa, essencialmente justa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do ex-Ministro de Estado, Governador e Senador, Jarbas Passarinho, intitulado “O parlamentarismo do PT”, publicado no jornal **Correio Braziliense** no dia 9 de agosto do corrente.

Apesar do Presidente dizer para todo mundo que tudo deve ser apurado e que os culpados devem ser punidos, na prática fez o possível para evitar as CPIs. E, no meio dessa lama, Lula divide a população dizendo aos pobres que a culpa da crise era da elite, mostrando-se em plena campanha para a reeleição.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O parlamentarismo do PT

Vivemos um escabroso período de farsas na política. As denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, sem as provas que as amparassem, transformaram-se de verossímeis em verdadeiras, à medida que os depoimentos na CPI dos Correios revelavam as fraudes praticadas pela quadrilha que havia tomado conta da direção do PT, bem assim do PTB, cujo presidente, rompendo com José Dirceu, teve o mérito de mostrar o lodaçal.

O presidente da República diz que tudo deve ser apurado e os culpados punidos. Mas na prática faz o contrário. Assina uma medida provisória que cerceia a CPI. Quebra a praxe parlamentar fazendo presidente e relator das CPIs, ambos do PT e aliados. Censura publicamente o presidente petista da CPI dos Correios, porque, depois do festival de cinismo dos depoentes, admitiu a existência do mensalão, tudo o que o governo mais teme e a quadrilha dos tartufos mais nega.

Se o dinheiro — comprovadamente repassado por Marcos Valério, conforme ele admitiu na entrevista de 5 do corrente ao Es-

tação — é para mensalidade aos vendilhões de votos, ou para outro fim (quem sabe benemerência social?), que diferença faz? Haverá quem ache mera coincidência que o repasse da dinheiro se tenha dado nos dias de votação importante no Congresso? Que dizer do vultoso dinheiro passado, sem exigência de recibo, não apenas aos partidos que se alugaram para apoiar os projetos do governo, mas também para vários petistas, como o próprio líder do PT na Câmara, apadrinhado de Dirceu? Não seria — é claro — para assegurar o voto favorável do governo, seu dever. Para só agora, dois anos e meio depois da eleição de 2002, a dinheiro se destina a pagar débitos? E justo quando o PT é o maior beneficiário de dígitos de milhares de petistas, parlamentares a empregados em funções de confiança? Quem defendeu no Congresso a contribuição dos aposentados, milhões de petistas, obrigados a um novo pagamento de 11% dos seus proventos, em troca de nada, pois a aposentadoria já fora conquistada? Trata-se de um direito adquirido, violado vergonhosamente pelo Congresso com os votos de aluguel.

Foi para coisas desse tipo que serviu o mensalão. A desculpa tardia do caixa 2 é obra da manobra jurídica, que a imprensa atribui ao próprio ministro da Justiça junto aos advogados do PT, para desviar para a Justiça Eleitoral o julgamento do crime de parlamentares venais. A estranha entrevista de Lula, em Paris, a uma desconhecida jornalista, veio a propósito, ao dizer que o caixa 2 é prática habitual de todos os partidos no Brasil. Como foi candidato, quatro vezes, infere-se que é veterano no procedimento ilegal. Logo o inefável Delúbio o plagiou. E o mesmo fez Marcos Valério combinado com Delúbio.

Confessar o mensalão, jamais confessarão os autores do negócio sujo. Os grandes mitômanos da literatura, o Barão de Münchhausen, Tartarin de Tarascon e Pinóquio eram pobres de imaginação diante dos Delúbios, Valérios, Dirceus, Silvinhos et caterva, a bem mentir na CPI. Ferino, mas convincente, Roberto Jefferson perguntou olhando para as câmeras de TV: "Você acredita nisso?" Na desfaçatez do hoje humilde Dirceu, de que não opinava nas decisões do PT, crimes que reconhece e debita exclusiva-

mente à direção erixotada do PT? Dirceu sempre disse que tudo o que fez era do conhecimento de Lula. Logo não pode confessar — sem comprometer o presidente — que aprovara os saques e os destinatários e distribuidores do "excremento do diabo", assim chamado por Almeida Garrett. Gente como Valdemar Costa Neto, do PL, José Janene, do PP, José Borba, do PMDB governista, segundo afirma Valério na entrevista citada, agora que, desgostoso, decide "falar aos poucos" o que sabe. Pergunta ele: "Alguns banqueiros daria aval para Delúbio e Valério?" E ele mesmo esclarece que "os bancos sabiam que por trás da dupla estava Dirceu".

Delúbio presta-se ao holocausto ao assumir como de sua iniciativa o crime. Só ele é culpado. Ninguém sabia de nada. Genoino, presidente do PT, não sabia exatamente, a despeito de avalista de vultoso empréstimo. Fê-lo em confiança. Há quatrocentos anos Shakespeare, no Hamlet, pela boca de Polônio advertia: "Não emprestes nem tomes emprestado / Perdem-se o emprestado e o amigo". O "querido Zé", (como Lula grafou na carta de aceitação da exoneração de

José Dirceu) também de nada sabia. O presidente que se disse "afastado do PT há três anos", chefe de Estado, não sabia. Estava sempre em estafantes viagens pelo mundo, fora da órbita do "companheiro Bush", em campanha para o Brasil ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a direção da OCM e do BID. Pleitos todos perdidos, infelizmente, enquanto Dirceu governava como primeiro-ministro.

Entretanto, o presidente se considera traidor no Brasil. Ataca as elites que o prestígiavam, faz bravatas e desaios, exaltado e com a face tomada pela ira, provoca os eleitores: "com ódio ou sem ódio terão que me engolir novamente". É a campanha para reeleição, recomendada pelo desgoverno que faz. Visita os mais pobres, a quem ele prometeu fazer três refeições diárias. Chora lembrando a mãe. Dedicar-se à tática perigosa de dividir a população entre excluídos e incluídos. Melhor forbradar contra a "classe dominante", as elites petistas que de fato governavam sob o lema repetido de Dirceu: "Este é um governo que não rouba nem deixa roubar". De fato, não é, Valério?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "O elogio da mediocridade", de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

O artigo fala que além de pobre politicamente o discurso do Presidente Lula foi cheio de elogios medíocres. O autor se referiu ao constante "auto-elogio a respeito da criação de empregos, 104 mil por mês, na média dos seus 30 meses de governo, ou 14 vezes mais que a média dos anos 90. Mesmo que os dados

estejam corretos e não sejam mais um dos caixa dois desse governo cheio de truques, ainda assim é um desempenho medíocre".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

O elogio da mediocridade

SÃO PAULO- *Além de pobre politicamente, o discurso de sexta-feira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contém um segundo pecado mortal: o elogio da mediocridade.*

Refiro-me a seu constante auto-elogio a respeito da criação de empregos, 104 mil por mês, na média dos seus 30 meses de governo, ou 14 vezes mais que a média dos anos 90. Mesmo que os dados estejam corretos e não sejam mais um caixa dois desse governo cheio de truques, ainda assim é um desempenho medíocre.

O metro para julgar a mediocridade, aliás, é fornecido pelo próprio Lula, o candidato de 2002. Lula dizia, então, que era preciso criar 10 milhões de empregos no período presidencial que se iniciaria em 2003. Dez milhões em quatro anos dá 2,5 milhões por ano ou 208 mil por mês.

Se estão sendo criados apenas 104 mil/mês, tem-se, portanto, que apenas a metade das necessidades do país estão sendo cobertas.

Se seu time de futebol, depois de 30 rodadas, tivesse conquistado apenas metade dos pontos em jogo, você es-

taria orgulhoso ou iria para as arquibancadas gritar “burro, burro, burro” para o técnico?

Se você, empresário, cumprisse apenas metade das metas necessárias para a boa saúde da empresa, já não estaria às portas da falência?

Se você, estudante de direito, tivesse terminado o curso mas sido reprovado no exame da Ordem, estaria orgulhoso ou desempregado?

Se você, assalariado, fizesse apenas a metade de suas tarefas, continuaria no emprego?

O presidente orgulha-se dos resultados medíocres de seu período porque quer estabelecer como paradigma a gestão Fernando Henrique Cardoso. É um direito seu ter, como diz a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), um caso de amor/ódio mal resolvido com o tucanato (ou mais especificamente com FHC).

Mas o país rejeitou esse paradigma por dois terços dos votos em 2002. Votou pela mudança. Ganhou a mediocridade. Orgulhosa mediocridade.

@→ crossi@uol.com.br

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, hoje, já tem sido debatido com muita preocupação por meus pares. Trata-se da emigração ilegal de brasileiros, que é tema investigado pela Comissão Parlamentar Mista que está funcionando nesta Casa, presidida com todo empenho pelo senador Marcelo Crivella.

O Estado de Goiás está na lista dos Estados brasileiros de onde parte um dos maiores contingentes de pessoas para tentar a vida no estrangeiro.

Eles partem aliciados por agentes inescrupulosos, que, agora já se sabe, são verdadeiros criminosos, integrantes de quadrilhas.

No início deste mês, voltaram ao Brasil, 31 goianos deportados dos Estados Unidos. Eles fizeram parte do grupo de 318 brasileiros obrigados a voltar depois de presos na fronteira entre o México e os Estados Unidos.

Entre eles, havia um grande número de jovens na faixa dos 20 aos 30 anos. Muitos eram desempregados, com baixa ou média escolaridade.

Sua situação e de todos aqueles que vêm tentando, com sucesso ou não, emigrar de nosso país é bem um retrato da falta de perspectiva que enfrentam.

Foi para eles e para os 3,5 milhões de jovens desempregados que o governo federal prometeu, e fracassou, nas sucessivas propostas de políticas para

a juventude, em especial as voltadas para a inserção no mercado de trabalho.

Nesses dois anos e oito meses de governo, foram criados nove programas voltados para os jovens, entre eles o Primeiro Emprego, o ProJovem, a Escola de Fábrica, o Soldado Cidadão e o Consórcio Social de Juventude. Seus resultados foram pífios.

Assim como os jovens, homens e mulheres na faixa dos 40 e 50 anos também têm emigrado clandestinamente do Brasil. Essa verdadeira diáspora de cidadãos brasileiros está a exigir reflexões profundas. O Brasil precisa, mais do que nunca, de um projeto que compatibilize desenvolvimento social com crescimento econômico sustentado, que permita a real melhora da qualidade de vida, com geração de empregos, e não apenas o controle da inflação.

Se não forem adotadas medidas para a redução do nível de desemprego, da informalidade e das desigualdades sociais, o governo deve estar preparado para os custos econômicos, sociais e políticos que advirão.

Por exemplo: os 318 deportados representam pouco mais de 1% dos 25 mil brasileiros que ainda estão nas cadeias norte-americanas à espera da ajuda do governo brasileiro.

No entanto, quem está agindo é o Congresso Nacional. Desde o início da atual legislatura parlamentares das duas Casas têm denunciado a rede de emigração clandestina que alicia brasileiros para convencê-los a deixar o país.

O maior exemplo é a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal, da qual faço parte.

Acredito que, ao lado das investigações que a Comissão está iniciando com tanto empenho, será fundamental esclarecer à população sobre os aspectos legais e ilegais da emigração.

Entrar em outro país de forma clandestina é assumir riscos, inclusive de vida, e alimentar um esquema criminoso que, esse sim, atravessa fronteiras à luz do dia sem medo das consequências.

Ao governo cabe a tarefa de cumprir o que prometeu: tornar o Brasil um país digno de se viver para os brasileiros, onde o sonho não esteja além fronteiras, mas nas oportunidades aqui criadas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS)
– Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos)

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos.)

(OS Nº 15598/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS